

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Departamento de Políticas e Articulação Institucional
Coordenação-Geral de Supervisão da Gestão das Instituições Federais de Educação
Profissional e Tecnológica



*Educação, Tecnologia
e Profissionalização
para Pessoas com
Necessidades Educacionais
Especiais*

Brasília-DF, Fevereiro de 2006

ANAIS

Seminário Nacional
Brasília/DF, 13 a 16 de dezembro de 2005

Fernando Haddad
Ministro da Educação

Eliezer Pacheco
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC

Cláudia Dutra
Secretária de Educação Especial - SEESP

Jaqueline Moll
Diretora de Políticas e Articulação Institucional – DPAI

Gleisson Cardoso Rubin
Coordenador-Geral de Supervisão da Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - CGSIFEP

Cândida Emanuela de Jesus
Franclin Costa do Nascimento
Eduardo Josimar das Neves Alves
Maria de Nazaré B. de Oliveira
Grupo Gestor Central do Programa TEC NEP

APRESENTAÇÃO

O Seminário Nacional “Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - Programa TEC NEP” foi direcionado às Instituições da Rede Federal de Educação Tecnológica, Sistema “S”, instituições privadas e associações voltadas para essa clientela e em seu palco houve discussões sobre condições de acesso, permanência e saída com sucesso de alunos com necessidades educacionais especiais em curso de formação inicial e continuada, técnico e tecnológico na Rede Federal de Educação Tecnológica, incluindo cursos que habilitem ou reabilitem esses alunos às atividades laborais permitindo acesso ao mundo produtivo e a sua emancipação econômica e financeira.

Realizar este Seminário foi a concretização de um processo político timidamente iniciado em 2000, que tinha em seu bojo a primeira experiência de ação integrada entre duas secretarias-fim do MEC (a então SEMTEC e a SEESP).

O Ministério da Educação ao desenvolver este Seminário estava quitando uma dívida antiga que precisava, ser sanada urgentemente, no que se referia à educação profissional e tecnológica destinadas a esse público bastante expressivo da população brasileira (14,5%).

Foram 05 anos de sonhos de bravos guerreiros hoje chamados “tecnebianos”, que tinham como objetivo instrumentalizar toda a Rede Federal de Educação Tecnológica para receberem pessoas com necessidades educacionais especiais, garantir-lhes a permanência e saída com sucesso para o mundo produtivo.

Atualmente, o Programa TEC NEP conta com 80 Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - NAPNEs, consolidou o Grupo Gestor (Central, 05 Regionais e 12 Estaduais), capacitou 250 docentes e técnicos-administrativos na Rede Federal de Educação Tecnológica, fomenta o desenvolvimento de estudos e pesquisas na área e o desenvolvimento de tecnologias assistivas.

Além do Seminário Nacional em 2005, foram desenvolvidos, desde 2001, 14 seminários estaduais de sensibilização envolvendo além da Rede Federal, Secretarias estaduais e municipais de educação, órgãos ministeriais, associações e organizações não governamentais.

Para 2006 está previsto o desenvolvimento de 08 cursos de Especialização *Lato Sensu* em atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais. Além disso, estão sendo iniciados estudos para o desenvolvimento de Mestrado sobre a temática na Rede Federal de Educação Tecnológica.

PROGRAMAÇÃO

13/12/2005

10:00 h - Abertura Oficial.

Composição da Mesa

Eliezer Moreira Pacheco - Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação

Vilma Rodrigues de Moraes - Diretora-Geral do Centro Cenecista de Educação Profissional, Felipe Tiago Gomes – CNEC

Ivone Maria Elias Moreira - Diretora de Políticas e Articulações Institucionais do Ministério da Educação

Kátia Barbosa – Coordenadora-Geral de Planejamento da Educação Especial do Ministério da Educação

Isabel Mayor - Coordenadora Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência da Secretaria de Direitos humanos da Presidência da República

- Execução do Hino Nacional (em LIBRAS).

SAUDAÇÕES INICIAIS

KÁTIA BARBOSA

Bom dia a todos! É com grande satisfação que eu venho hoje aqui, representando a Professora Cláudia Dutra, Secretária de Educação Especial que se encontra em um outro evento muito importante também para a inclusão das pessoas com necessidades especiais em todos os níveis educacionais, de trabalho e social, que é a criação da Rede Ibero-Americana de Informática. Trata-se de um evento do qual já participamos no ano passado e que agora está se concretizando com a implementação.

O Ministério da Educação já tem esse programa desde a gestão anterior. Um programa que vem crescendo com as ações que estão sendo implementadas e a adesão das escolas técnicas, todas as IFIS de toda a rede federal tecnológica e técnica.

Nós que estamos no Ministério e que temos acesso à Rede Federal ligada ao TEC NEP podemos ver, todos os dias, informações novas, de como os gestores e os professores realmente incorporaram a idéia desse programa, trazendo notícias, as próprias ações que acontecem dentro do CEFETS, a criação dos NAPNEs (Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais) nos CEFETS, nas outras escolas federais que não tinham esse núcleo. Sentimos que realmente hoje, não é só uma ação Ministerial, mas é uma ação que acontece em toda a rede e isso é motivo de satisfação para todos.

Temos consciência do quanto precisamos ainda crescer, investir e assumir esta responsabilidade. A questão de não termos tantos alunos a nível técnico inseridos hoje no sistema escolar, não é somente uma questão do ensino técnico e profissionalizante é um estrangulamento que acontece do Ensino Fundamental para o Ensino Médio, mas que

também tem progredido. Do ano de 2004 para o ano de 2005, a etapa que mais cresceu em número de matrículas foi o Ensino Médio, ainda é um número insignificante, mas ela cresceu de 2004 para 2005, 31%. Estamos, realmente, começando a ver um movimento que não havia nas crianças e nos adolescentes matriculados com necessidades educacionais especiais. Estas matrículas pareciam estanques e agora vemos um fluxo, vemos um progresso e podemos analisar isso cada vez melhor, através dos dados do Censo e dessa parceria entre as Secretarias dentro do próprio Ministério.

Infelizmente não poderei participar de todo o Evento, assim como o Professor Eliezer, mas vamos ter a Professora Roseneide que estará sendo uma Palestrante e vamos ter também, dois técnicos educacionais da Secretaria de Educação Especial que estarão aqui durante todo o Evento, e assim que eu puder retorno para acompanhar, porque a agenda desses quatro dias é muito interessante, muito forte, com temas que precisamos trabalhar e assumir como compromisso de Governo, como compromisso de educação.

Obrigada a todos e que realmente tenhamos muito proveito com todas as experiências que vamos trocar nesses dias de trabalho.

VILMA RODRIGUES DE MORAES

Bom dia! Gostaria de desejar as boas vindas a todos. O CNEC se sente honrado em tê-los aqui presentes e desejo um bom encontro.

IVONE MARIA ELIAS MOREIRA

Bom dia a todos e a todas! Gostaria de desejar as boas vindas à Brasília e a todos os nossos convidados que vieram de outros Estados, desejar também a todos, um bom encontro, um bom Seminário. Esse é um momento que culmina com todo o trabalho que foi feito ao longo deste ano de 2005, em vários Estados do Brasil.

Penso que a pauta que está colocada é muito significativa e espero que, ao fim desses quatro dias de encontro, de trabalho, possamos indicar novas ações e novas atitudes para 2006, em relação ao Governo Federal. Sabemos que nossa atuação nessa área é ainda um pouco tímida, mas muitos diretores, muitos gestores, professores e estudantes têm se envolvido nesse trabalho, porque é um trabalho de quebra de muitas barreiras, tanto as físicas quanto as mentais. Estamos trabalhando nessa perspectiva.

Acreditamos na equipe que coordena este trabalho. A equipe tem todo o nosso apoio, mesmo que não signifique muito em termos da substância financeira que podemos oferecer, mas é significativa porque esse Governo colocou no seu Plano Plurianual, uma ação que deu um suporte a esse Programa. Mesmo com uma caminhada que é longa e que vem quebrando essas resistências, nós estamos à disposição e gostaríamos de colocar nossa Diretoria à disposição dos senhores que estão aqui, nesses dias, em Brasília para que possam se locomover, se organizar, buscar as informações que forem da necessidade de vocês e desejo um bom trabalho nesses próximos dias.

Obrigada!

ISABEL MAYOR

Agradeço pelo convite. Bom dia a todos, bom dia à Mesa e Auditório.

Gostaria de expressar os nossos mais felizes elogios a essa iniciativa da Secretaria de Educação Tecnológica e ao Ministério da Educação, como um todo.

Fazer parte de uma época em que as pessoas com deficiência começam a ser lembradas em todos os Programas de Governo é um momento muito feliz para todos nós.

Começamos ontem à noite a VI Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, e hoje à tarde eu farei a apresentação da Criança e do Adolescente com deficiência, como entre as ações do Governo deve constar o acesso à educação e acredito que para o país a educação, no nível tecnológico é talvez, o grande salto de qualidade que pode alavancar todo o nosso potencial de País em desenvolvimento para se tornar um país desenvolvido fiz questão de alterar uma das planilhas e colocar o TEC NEP como uma das ações do Governo do Presidente Lula. Essa é uma maneira que eu tenho de mostrar toda a nossa alegria de ver o trabalho que vocês têm tido durante esses anos de preparação e que me foi apresentado pela equipe, pelo Franclin, pela Nazaré que estiverem na CORDE e mostraram toda essa capacitação que foi feita com a comunidade das antigas escolas técnicas, hoje centros de educação tecnológica, que eu conheci muito bem. O meu irmão foi um aluno de escola técnica e sempre tivemos, na família, uma especial atenção pelo ensino profissionalizante no 2º grau. O Brasil precisa de doutores, sem dúvida nenhuma, mas é preciso que todos nós tenhamos uma profissão antes e aí consigamos entrar no mercado de trabalho.

A pessoa com deficiência não chega a ter hoje, a metade da renda das demais pessoas e esses tiveram sorte em entrar no mercado de trabalho. Incentivos para o ingresso no mercado de trabalho nós temos, talvez seja verdade que hoje em dia existam mais vagas do que pessoas preparadas. E se esse é o problema, a resposta está, em parte, nesse Programa. Essa é a visão que eu tenho dessa iniciativa, essa é a visão com a qual nós gostaríamos de participar das iniciativas que estão por vir, agora que começa, realmente, a implementação de uma forma mais acelerada e fica o nosso empenho de participar como Coordenadoria Nacional nas ações que o Programa TEC NEP necessitar.

Muito obrigada!

ELIEZER MOREIRA PACHECO

Saúdo meus companheiros e minhas companheiras de Mesa. Senhores e Senhoras aqui presentes. Quero registrar, não apenas formalmente, mas com muita sensibilidade, a minha satisfação de participar desta abertura porque o exercício pleno da cidadania, para todos os brasileiros e brasileiras, ainda é um desafio colocado para todos nós. Penso que temos avançado muito, inclusive nessa área dos portadores de necessidades especiais ligados ou não, a uma deficiência. Temos tido políticas consistentes e avanços significativos.

Na área de educação fundamental o censo nos demonstra um avanço extraordinário em termos de inclusão, mas os números ainda são muito tímidos quando nos referimos à educação profissional e tecnológica e educação superior, na medida em que vai elevando a escolaridade, essa dívida social com as pessoas portadoras de necessidades especiais aumenta e se agrava muito mais quando vinculamos isso a questões de gênero e de raça, portanto, esse é um desafio muito forte para o nosso Governo, temos consciência dele e temos um comprometimento político e ideológico com a sua superação. O exercício pleno da

cidadania é uma obrigação que o Estado tem para com os Brasileiros. Não é nenhuma política que se faz por uma razão assistencial ou de favor, mas é uma dívida social, mesmo com todo o significado que essa palavra possa ter. Isso se aprofunda muito mais no mundo globalizado, nessa economia extremamente competitiva que explora valores nem sempre os mais condizentes com a compreensão integral e cidadã do ser humano e que também nos coloca, por essa razão, uma obrigação muito maior de superar essa concepção neoliberal, competitiva que mitifica o mercado, mitifica a competição e onde são vitimadas todas as pessoas excluídas de um modo geral, inclusive aqueles com necessidades especiais, portanto, isso tem que ser uma política de Estado, independente do Governo, porque eu quero acreditar que, embora esse Governo, por razões políticas e ideológicas tenha um profundo comprometimento com essas necessidades, quero acreditar que por um dever de civilidade inclusive, qualquer outro Governo deveria e deverá ter esse comprometimento.

Devemos ter a preocupação de não apenas definir políticas para esse Governo, mas definir políticas de Estado, inclusão social, inclusão educacional para as pessoas com necessidades especiais. Portanto, esse Encontro tem uma importância muito grande do ponto de vista estratégico para todos aqueles que querem construir um País melhor, uma humanidade melhor.

É um belo desafio que tem sido trilhado de uns tempos para cá, mas que precisa ser muito mais aprofundado e estou certo que, especialmente, a rede federal pela sua excelência, pelas condições de trabalho que ela dispõe, tem condições de ser um referencial extremamente importante no sentido de constituir uma Política de Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais que sirva de parâmetro para todas as Redes de Educação no nosso País.

Muito obrigado e um bom trabalho para todos vocês.

I - CONFERÊNCIA MAGNA: “A Educação Profissional e Tecnológica como Fator de Desenvolvimento e inclusão Social”.

Conferencista: Scheilla Abbud Vieira, Gestora Regional Norte do Programa TEC NEP.

Boa tarde a todos e a todas, obrigada pela presença de vocês nesse evento, quero inicialmente cumprimentar a Gestão Central do Programa TEC NEP, por ter conseguido organizar esse nosso Seminário Nacional tão esperado. Parabéns ao Franclin, ao Josimar, a Nazaré e a Cândida e agradecer o apoio das duas Secretarias.

Quero esclarecer que minha fala está dividida em três partes:

- primeiro um panorama de educação inclusiva em nível geral;
- depois um panorama sobre a educação profissional e as pessoas com necessidades educacionais especiais;

- propostas de ações que nós, enquanto membros do TEC NEP, e pessoas que estão na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica poderemos desenvolver, implantar e implementar nas nossas instituições.

Temos que parar um pouco para refletir sobre a questão da educação no Brasil. Hoje, a educação vem exigindo cada vez mais ações diversificadas e que estejam presentes nos planos de desenvolvimento das instituições. Na fala da parte da manhã, a Ivone mencionou uma coisa muito importante sobre a questão de recursos que nós pensamos, muitas ações, mas precisamos de recursos para implementação delas. Então, está na hora do recurso

financeiro entrar com mais força para que consigamos realmente desenvolver essas ações. Devemos pensar que a educação inclusiva não é apenas para as pessoas com necessidades especiais, ela tem que ser pensada como uma educação para todos e também compreender que esse papel específico da escola nas mudanças sociais exige essa ação da compreensão de que a escola deve ser para todo mundo.

Temos acompanhado, ouvido, discutido, debatido feito tudo a respeito da inclusão e temos defendido ou não a inclusão, mas veja o que temos:

A Organização das Nações Unidas - ONU quantifica as pessoas com deficiência no mundo, o que não é pouca gente. Hoje, temos 600 milhões de habitantes portadores de algum tipo de deficiência. Isso se considerarmos só as pessoas com deficiência. Se envolvermos os familiares, esse número salta para cerca de 25% da população da terra. Essa quantidade de pessoas nos obriga a implementar cada vez mais ações voltadas para que essas pessoas possam ser favorecidas. Estou cometendo um erro quando digo “essas pessoas”, mas eu tenho que me incluir nesse contingente porque tenho perda auditiva.

Se existem tantas pessoas com deficiências ou envolvidas conosco, porque presenciamos tanto essa dialética da exclusão e inclusão? Por que vivenciamos tanto isso, tem que haver uma explicação?

Os princípios filosóficos da inclusão se reportam à nossa realidade social e embora o TEC NEP pense e atue mais diretamente para as pessoas com necessidades decorrentes de deficiências de condutas típicas e de altas habilidades. Há esses outros excluídos que estão nas nossas escolas também. Somos 23 milhões de brasileiros vivendo em situação de extrema pobreza. No mundo existem muitas pessoas que vivem com um dólar por dia, e as crianças e as mulheres são as mais atingidas por essa situação de extrema pobreza. Temos que pensar porque existe essa situação. Por que estamos trabalhando para a inclusão se há tanta exclusão, ainda. Por que mesmo trabalhando nessa direção, nós mesmos ainda excluimos tantas pessoas? Temos que lembrar que essa situação da exclusão é muito mais cultural do que social, nós somos criaturas excludentes. Deveria ser o contrário, deveríamos ser criaturas inclusivas, mas na verdade, somos naturalmente excludentes. Percebemos que começa nas escolas, quando somos pequeninos, nossa geração não trabalhou muito com a questão de trabalhos em grupo. Eu não tive essa oportunidade de trabalhar em grupos quando eu era criança, só fui ter essa oportunidade a partir do ensino médio, mas a minha experiência foi de exclusão. Ninguém queria fazer grupo com a Scheilla, poucas pessoas queriam fazer grupo com a Scheilla, porque ela escutava pouco. A Scheilla é isso, o fulano é muito gordo, ele é muito magro, ele é muito alto, ele é muito bonito, ele é muito simpático, ele é antipático, ele tem muita grana, ele tem pouca grana. Dessa forma, vamos, culturalmente, criando esse leque de exclusão nas nossas relações sociais, por isso que eu afirmo que a exclusão é muito mais cultural do que social.

A exclusão se faz por meio das instituições que vão criando os regulamentos. Vejam uma coisa: falar em exclusão no ensino fundamental é fácil, mas quando entramos no ensino médio é um pouco mais complicado, principalmente em se tratando de ensino técnico, porque o ensino técnico tem essa história de fortalecimento é a história de resultados muito positivos no Brasil. Não só no Brasil, e aí você começa a repensar a escola quando chega nessa parte do ensino médio, do técnico profissionalizante já é um pouco mais complicado porque a escola vai ter que se reavaliar em muito mais coisas do que se fosse, no nosso caso, nos cursos básicos. Comecem a refletir a respeito dessa situação. Curso básico, curso médio, curso técnico, como vamos encontrar diferenças a respeito disso.

Quem é sempre excluído? Uma pessoa estranha, diferente é sempre excluída. Aquele que chega depois de todo mundo, que vem participar do grupo, se ele for estranho, será tratado com estranhamento. Ele vai ser excluído. Quero que vocês percebam bem esse

slide que está sendo mostrado agora. O que vocês vêem nele? Só nessa figura central, nós temos pessoas com deficiência visual na sala e por isso peço desculpas, vocês só vão poder perceber essa figura depois que eu comentar o que é. Alguém consegue identificar alguma coisa nessa figura? Alguém viu morcegos? Alguém viu anjos? Tem anjos e morcegos. Isso é o retrato da nossa visão a respeito do que é diferente, ora a gente vê o diferente, conseguimos identificar com facilidade, ora de uma forma, ora de outra. Ora esse diferente ele é um anjo para nós, ora ele é um demônio, depende da nossa condição social, da nossa condição cultural, do modo como fomos formando, construindo a nossa concepção do outro e com essa divisão é que precisamos ter cuidado, como nós vemos o outro, como é que ele se apresenta para nós. É uma divisão perversa, ela discrimina, rotula e desqualifica o diferente, por isso nós temos que ter cuidado com a forma como vemos o outro, que é diferente da gente, sempre. Sempre será diferente porque nós somos únicos, insubstituíveis, pessoas que não podemos ter iguais entre uns e outros.

Precisamos ver essa diferença e compreender que, o que não sou eu e o que não é meu, nem igual ao meu, por isso mesmo é que merece respeito. Eu não posso respeitar e querer ter do meu lado só quem é parecido comigo, a diversidade é composta disso, de muitos e de muitas diferenças, isso é a diversidade é com isso que temos que pensar. Porque pensar na diferença exige mudança e para mudarmos, temos que ser flexíveis.

O primeiro princípio da mudança é a **flexibilidade**, sem flexibilidade não vamos mudar nada na educação profissional e tecnológica, não vamos mudar nada em lugar nenhum, na verdade.

O nosso foco, a nossa ação é voltada para a educação profissional e tecnológica e eu vou me referir sempre a ela. A nossa atual política de educação propõe essa mudança. Reestruturação dos nossos locais de trabalho, mas como implementar essa mudança de forma que ela atenda a diversidade, de forma que ela atenda a multiculturalidade que se manifesta nas nossas escolas, de modo que ela realmente ofereça a equiparação de oportunidades e de desenvolvimento para todo mundo, mas em todos os aspectos. Não é em uma situação ou em outra, é em todos os aspectos, todos terem oportunidades semelhantes e caminhar.

Todos nós queremos pertencer a algum grupo, é básico no ser humano, ninguém quer ser só. Nem mesmo as pessoas com autismo que o conceito primeiro do autismo é a questão do isolamento, nem mesmo eles desejam ser sós. Temos que permitir e temos que nos permitir pertencer a algum grupo.

A educação inclusiva se pauta no princípio da **alteridade**. Não só a educação, o respeito pelo outro passa por este princípio, se nós não percebermos o outro, a partir do que ele nos apresenta, nós não vamos avançar em nenhuma relação.

Os princípios filosóficos da inclusão são três:

- a preservação da dignidade humana;
- a busca da identidade;
- o exercício da cidadania.

Preservar a dignidade humana significa, não discriminar e afirmar o direito de todos e brigar por esse direito. Como nós do TEC NEP, podemos brigar pelos direitos das pessoas com as quais estamos envolvidos. Fazendo o que procuramos fazer através dos núcleos, ou mesmo as instituições que ainda não tenham os núcleos implantados. Eu não preciso estar dentro de uma instituição para brigar pelo direito do meu semelhante, posso fazer isso de onde eu estiver, na fila, no banco, na escola, no meu local de trabalho, dentro da minha casa porque nós, às vezes, permitimos o que é para nós, mas não permitimos o direito do que é para o outro. Eu fiquei muito constrangida comigo mesma, por causa de uma moça que

trabalhou na minha casa e eu percebi que só tinha a primeira série do ensino fundamental, ela já estava comigo há dois anos. A minha história de trabalho sempre foi dentro da educação. Da educação das pessoas com necessidades especiais e também da educação de jovens e adultos e eu tinha dentro da minha casa uma pessoa assim e eu não tinha percebido que ela estava fora do processo educacional, principalmente porque ela trabalhava desde que era criança. Então eu não briguei pelo direito dela, por ignorância. Quantas vezes estamos fazendo isso com nossos alunos, com as pessoas com as quais estamos envolvidas, por desconhecimento dos procedimentos legais. Não só a legislação, não só conhecer Lei, Decreto, Portaria, mas o que é legal, o que transita numa sociedade numa forma positiva.

A questão da busca da identidade é reconhecer o potencial desse outro e permitir que ele interaja e a questão da cidadania é a oferta da igualdade de oportunidades, que é diferente de oportunidades iguais. Oferecer oportunidades iguais para pessoas diferentes é um pouco complicado. Igualdade de oportunidade, sim, de saber conviver com a adversidade, de saber valer a liberdade e a tolerância, de respeitar os costumes, as crenças e os valores. Porque às vezes estamos ali brigando pelo direito da pessoa que tem deficiência que está ali conosco, mas do nosso lado tem uma pessoa de etnia diferente, e não brigamos por isso. Eu sou espírita e não tolero que um budista esteja do meu lado, que um católico esteja do meu lado ou eu sou católico, ou eu sou evangélico e eu não tolero que esteja um espírita do meu lado, no meu grupo de convivência. São essas pequenas coisas que vão criando os mecanismos de exclusão. E são esses mecanismos aos quais temos que estar atentos o tempo todo nas nossas ações. Somos aqui na sala, cerca de 83 pessoas e todos somos responsáveis pela questão da inclusão, do respeito ao outro, desde que nós temos consciência disso. Todos que nós envolvidos no Programa TEC NEP, principalmente, somos responsáveis pela redução desse mecanismo de exclusão.

A profissionalização das pessoas com necessidades educacionais especiais vem crescendo, embora ainda seja muito restrita. E um dos responsáveis por esse crescimento é a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Temos 144 escolas na Rede e temos um universo muito grande de núcleos (NAPNEs) implantados e mesmo aquelas escolas que não têm o núcleo implantado já estão desenvolvendo ações voltadas para pessoas com necessidades especiais. Apesar disso tudo, não podemos pensar que a educação profissional e tecnológica é a tábua de salvação para a questão do desemprego ou para a questão do subemprego, ou ainda, para a questão da precariedade do trabalho, às vezes ficamos nessa ansiedade, o TEC NEP vai resolver, vai conseguir, finalmente, emprego para as pessoas, vai conseguir que eles realmente se capacitem, sejam capacitados em nível técnico tecnológico, e elas vão estar no mercado de trabalho de modo competitivo. É ótimo pensar desse jeito, mas não podemos nos enganar, pensando que isso vai ser a tábua de salvação para a situação que é mundial. A questão do desemprego é mundial, mas também não significa que deixaremos de trabalhar nessa linha.

Temos que pensar que embora nós venhamos caminhando nessa direção, tem uma expressiva parcela da população mundial que está excluída do mercado de trabalho, seja em razão de suas deficiências, ou não, seja em razão da falta de qualificação, da baixa qualificação, das próprias exigências do mercado de trabalho porque as escolas não se preocupam em alinhar cursos que realmente tenham a ver com as exigências da demanda daquela localidade. Seja lá por que motivo for, existem muitos fatores que vem permitindo que as pessoas com necessidades especiais se mantenham à margem dessa qualificação e também do mercado de trabalho. Dos 24,5 milhões de portadores de deficiência no país, só 9 milhões estão empregados, 29,2% de pessoas com deficiências cursaram o ensino fundamental só de 5ª à 8ª série e um percentual de 33%, só cursou da 1ª à 4ª série. E o ensino médio? Porque que eles não estão no ensino médio? Porque essa questão da educação no ensino regular, ela é um pouco mais recente do que a história de

educação que nós temos. Até pouco tempo atrás as pessoas com necessidades especiais estavam mais localizadas em instituições especializadas, ou estavam em classes especiais, e aí nesse caso fica um pouco mais difícil ter escolaridade, quando a pessoa não está no ensino regular. Por isso que temos esse índice ainda pequeno de pessoas que já tem de 5ª à 8ª série.

Outro dado que considere importante é que o índice de alfabetização é menor entre deficientes com mais de quinze anos de idade do que na média geral da população. Quanto maior o número de anos estudados, menor a proporção de pessoas com necessidades especiais. Esses são dados preocupantes, a função do Programa TEC NEP é tentar reverter esse panorama da educação. Essa é a nossa função.

Quanto de vocês realmente conhecem o que é o Programa TEC NEP? Essa situação é geral, às vezes estamos numa ação, temos uma noção do que é essa ação, mas não tivemos ainda a oportunidade de ter um documento em mãos que esclareça qual é a nossa função.

O Programa TEC NEP tem o objetivo de modificar o contexto das instituições da rede federal, disseminando conceitos, divulgando experiências, sensibilizando as comunidades escolares, para a questão das necessidades especiais. Para que aos poucos possamos ir eliminando medos, preconceitos e apagando um pouco esse panorama de exclusão que temos. Isso nós estamos fazendo aqui. Os Seminários Estaduais, Seminários Regionais que já aconteceram, as capacitações internas em cada instituição tem essa função.

Outro objetivo do TEC NEP é modificar a atuação docente divulgando metodologias, provendo materiais de apoio, gerando estratégias de capacitação. Nós também já estamos fazendo isso, todo mundo está fazendo isso? Ainda não, tem núcleo que foi implantado agora, mesmo alguns núcleos que já estão a mais tempo não têm aquilo que eu falei ainda há pouco, não tem dinheiro para fazer isso, a entrada das pessoas com necessidades especiais nas nossas instituições, requer dinheiro sim, e não é pouco. Porque redimensionar uma estrutura educacional é um processo muito grande, a inclusão é isto, uma reestruturação do sistema educacional. Não é simplesmente prover matrícula para os alunos com necessidades especiais e isso requer muito dinheiro.

O terceiro objetivo é modificar a gestão, fortalecendo a articulação dos diferentes atores da educação profissional. Se pensarmos que a reestruturação do sistema educacional requer investimento financeiro, temos também que pensar que ela requer muito mais investimento humano. Quanto de nós atuamos diretamente com os alunos com necessidades especiais em sala de aula? Quanto têm especialização em educação especial, na sua especificidade? Quanto já fizeram as capacitações que os NAPNEs estão oferecendo? É necessário investimentos humanos, profissionais que atuem diretamente ou indiretamente com as pessoas com necessidades especiais, precisam saber como trabalhar com elas, que mecanismos estão disponíveis para a ação. Precisamos entender de legislação, precisamos saber o que o deficiente auditivo precisa, o deficiente visual precisa de que? Uma pessoa portadora de condutas típicas, com altas habilidades precisa de que? Com quais recursos posso prover na minha escola, como vou planejar, como vou montar o meu planejamento estratégico para a escola, fazendo provisão de recursos para essas pessoas, se eu sequer sei o que eu preciso. Temos que pensar nisso tudo. É uma situação muito complexa.

Para nos ajudar a compreender quem são essas pessoas com necessidades especiais, trouxe uma definição que o MEC usa:

“Quem são as pessoas com necessidades educacionais especiais?”.

Temos que ter claro que ela abrange uma quantidade muito grande de especificações, mas ela se refere, principalmente, aos educandos que durante o processo

educacional demonstram dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que vão dificultar o acompanhamento do aspecto curricular, de tudo que está envolvido no currículo. Elas podem ser de duas origens: as vinculadas a uma causa orgânica ou as não vinculadas a uma causa orgânica.

O segundo grupo são as pessoas que tem dificuldade de comunicação e sinalização diferenciada e elas demandam adaptação de acesso ao currículo. Os surdos, os cegos, qualquer pessoa com qualquer dificuldade de comunicação, que vai ter uma forma de comunicação através de figuras, de um teclado adaptado, seja lá do que for, tem uma forma de comunicação diferenciada, está enquadrada nesse segundo grupo.

O terceiro grupo são as pessoas com altas habilidades e superdotação que nós não temos idéia de que elas estão nas nossas escolas porque não conseguimos identificar, porque não sabemos ainda qual é esse procedimento de identificação. Nós estamos desperdiçando talento. O Brasil precisa de pessoas talentosas, são as pessoas com altas habilidades e superdotação que também nos ajudarão a impulsionar o desenvolvimento da Nação. Se conseguirmos começar a identificar esses alunos nas nossas instituições, nossas salas de aula, vamos sim, avançar em muitos aspectos. Porque eles poderão, também, ser nossos parceiros das ações. Temos sempre que pensar nisso. Esse aluno que está lá na nossa Instituição, ele é o nosso parceiro na ação do TEC NEP, sempre, ele é o foco da nossa ação, ninguém sabe mais sobre um cego do que o cego. Ninguém sabe mais da necessidade de uma pessoa com deficiência auditiva do que ela mesma. Eu sei da minha necessidade. Eu posso ter dificuldade de externá-las, mas eu sei delas, é o caso das pessoas autistas. Elas têm dificuldade de externar as suas necessidades, mas elas sabem delas e aí, mais uma vez é nossa função estar atuando junto a essas pessoas e trazendo elas para serem parceiras nas ações do TEC NEP.

Tudo o que estou expondo é um desafio muito grande para a educação brasileira. Nós somos componentes dessa briga, desse desafio, temos que garantir o acesso aos conteúdos básicos para as pessoas com necessidades especiais. São os conteúdos básicos que são proporcionados para todos os indivíduos, para todo mundo.

Temos que reestruturar os sistemas de ensino porque eles têm que dar respostas educativas às necessidades educacionais dos alunos. O que são essas respostas educativas: se eu tenho uma pessoa cega, na minha sala de aula. É complicado pensar que essa pessoa vai utilizar para aprender, somente um gravador. Ele pode até acompanhar os estudos, mas se eu oferecer a ele material impresso em braile, que é um recurso mais imediato, se ele tiver oportunidade de ter um computador em que ele tenha acesso aos programas específicos para pessoas com deficiência visual, desta forma sim, estarei garantindo esta resposta educativa para a necessidade especial que ele tem.

Essa mentalidade, aos poucos, está se firmando na educação brasileira. Temos pressa, mas ao mesmo tempo temos que lembrar que a nossa história de Brasil é de 505 anos, quer dizer, uma história de educação de 500 anos não se consegue mudar em 10 anos, desde de 1996 que a questão da educação inclusiva vêm sendo discutida. Não podemos ficar angustiados a ponto de querer que tudo se transforme em dez anos. Temos que trabalhar nessa direção e devagar estamos mudando essa mentalidade de que a escola deve ser para todos. Que a pessoa entre com qualidade na escola, que se mantenha com qualidade e que saia da escola com qualidade, para que tenha acesso a um mercado de trabalho de qualidade, não para o subemprego que é o que temos na maioria das vezes.

O passo inicial para começar essa transformação já foi dado. No Brasil, os 24,5 milhões de pessoas com deficiência, o censo escolar indica que um total de 41.913 alunos com necessidades educacionais especiais foram matriculados na educação profissional. Isso quer dizer 7,3% do total de matrículas na educação profissional, então temos uma quantidade expressiva de pessoas com necessidades educacionais especiais.

Um outro dado aponta que o crescimento de matrículas de 2001 para 2004, foi de 46%. Isso quer dizer que cada vez mais jovens vem nos procurando, cada vez mais jovens com necessidades especiais estão saindo do ensino fundamental, porque a grande maioria não está mais em instituições especializadas só, eles estão no ensino comum, nas classes regulares. Então eles vão começar a perceber que as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica são um bom filão para ingressarem. Todo mundo percebe que os alunos que saem da nossa rede são bem preparados.

Para garantir o acesso de alunos com necessidades especiais a cursos profissionalizantes temos muitos documentos, de âmbito nacional e internacional.

Legislação Internacional:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948;
- Conferência Mundial de Educação para Todos, de 1990;
- Declaração de Salamanca, de 1994;
- Declaração de Copenhague sobre Desenvolvimento Social, de 1995;
- Convenção da Guatemala, de 1999, aqui no Brasil foi promulgada pelo Decreto 3956, de 2001;
- Organização Internacional do Trabalho, que é a Convenção de número 159;

Legislação Brasileira:

- Constituição Federal, de 1988;
- Lei nº 7853, de 1999;
- ECA, instituído pela Lei 8069, de 1990;
- LDB, atual;
- Decreto 3298, de 1999;
- Portaria do MEC;
- Lei 1098, de 2000;
- Plano Nacional de Educação;
- Portaria 646, de 1997, do MEC;
- Resolução nº 2, de 2001, do MEC;
- Lei 1043;
- Decreto 3956;
- Decreto 5296;

Leis, Normas, Decretos, Portarias não são suficientes. Por isso que eu gosto tanto dessa fala do Carlos Drummond que diz:

“Se lei fosse suficiente, os lírios estavam brotando por aí”.

Para reverter essa situação temos instituído os NAPNES. Esta é a preocupação do TEC NEP, reverter toda a situação que eu mostrei até agora. A implantação dos NAPNES tem aqueles objetivos que eu mostrei e a função de articular pessoas e instituições, por isso a importância das parcerias. O NAPINE desenvolve ações de implantação e implementação do TEC NEP, no âmbito da Instituição. Ele envolve sociólogos, psicólogos, supervisores, orientadores educacionais, assistentes sociais, todos os profissionais que estão dentro das nossas escolas. Só listei esses, mas quem não se sentiu contemplado, por favor, sinta-se

agora. Todos os profissionais das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica são membros natos do NAPNEs, bastou estar lá dentro para poder fazer parte do Núcleo de Apoio à Pessoa com Necessidades Especiais.

O objetivo principal do NAPNEs é criar cultura de educação para convivência, aceitação da adversidade, para eliminação das barreiras arquitetônicas atitudinais e educacionais.

Enfim, nós que somos membros do NAPNE, temos a função primeira de brigar, lutar, valorizar a educação inclusiva e fortalecê-la também. Para fazer isso temos três tipos de ações que podemos pensar: a curto, médio e longo prazo.

Em curto prazo a maioria já executou. Acho que é fundamental mapear essa demanda em potencial que está fora das nossas instituições. Depois mapear a demanda real desses alunos que estão dentro das nossas instituições. São dois dados importantes: quem pode chegar e quem já está. Mapear a demanda de profissionais com necessidades especiais, porque apesar de estarmos focando o aluno temos que pensar na inclusão de todo mundo. Temos colegas com deficiências em nossas instituições, então temos que batalhar por ele também. O maravilhoso na inclusão é que quando brigamos para que as pessoas com necessidades especiais estejam dentro da nossa escola, na verdade estamos brigando para que toda a nossa instituição esteja bem para todos. Porque a reestruturação do sistema educacional em função dessas pessoas é boa para todo o sistema educacional. Temos que pensar em novas alternativas de ensino dentro da nossa sala de aula, novas estratégias, novos recursos, em recursos diferenciados que envolvam não mais aquela aula que só está ali no quadro-de-giz ou que só trabalhe com a maioria que tem na sala de aula, sem observar aquele aluno que tem uma dificuldade de aprendizagem que nem sempre é decorrente de deficiência. Na maior parte das vezes essa necessidade especial é decorrente do nosso processo de ensinar. Nossa maior dificuldade na educação reside no processo de ensinar, não são problemas de aprendizagem que nós temos. Nós não sabemos trabalhar com a adversidade que se manifesta dentro da nossa escola. Essa é a verdade, e isso é difícil admitirmos. Ora, como vou dizer que não sei trabalhar com esse aluno? Não. Ele é que não sabe trabalhar na minha escola, que não está pronto para trabalhar na minha escola. Por isso que se usou durante anos, o aluno ir primeiro para a classe especial para depois ir para a classe regular, porque a intenção era deixá-lo pronto para depois entrar no ensino comum. Na verdade o processo era diferente, nós é que ainda não estamos prontos para estarmos com esses alunos na nossa sala de aula. O foco central é aprender a trabalhar com as pessoas com necessidades especiais.

Uma outra ação é estabelecer um regime de cooperação entre Estado, União, Município, as Organizações Representativas de pessoas com deficiências e para pessoas com deficiências, os empresários, o Sistema S, as Organizações não Governamentais. Enfim, todas aquelas instituições que podem vir a somar conosco, vamos estabelecer um regime de cooperação com ela.

Realizar eventos com cada seguimento das IFETs, para sensibilização.

Implantar mecanismo para ingresso dessa demanda nas IFETs. Vai ser por reserva de vagas, ou não? Como vamos fazer isso? Precisamos pensar.

Mapeamento dos outros serviços da comunidade da área de saúde, de educação, da assistência social, para que essas ações possam ser implementadas.

Levantar o potencial de Recursos Humanos, para que se consiga formar uma equipe multiprofissional. Às vezes temos ao nosso lado um profissional que sabe trabalhar com uma pessoa que é cega, por exemplo, mas ele está lá na escola e nunca comentou a respeito e eu não identifiquei esse meu colega ali, e às vezes, numa ação dessa de sensibilização essa

capacidade se manifesta e ele vai somar conosco para compor essa equipe multiprofissional.

Demonstramos as ações em curto prazo. Muitas já foram desenvolvidas.

As ações em médio prazo:

Oferecer assessoramento e capacitação aos profissionais das IFETS, isso somos nós, membros dos NAPINE. Nossa função é oferecer assessoramento. Como é que vou assessorar se eu não tiver conhecimento? Por isso é importante estudarmos o tempo todo. Precisamos saber de tudo, inclusive de legislação.

Estabelecer regime de cooperação entre União, Estado, Município.

Criar e/ou programar ações interfaceadas nos NAPNEs com os diversos segmentos nas IFETS. Às vezes o NAPNEs trabalha sozinho, mas aquele outro setor da instituição não sabe o que o NAPNE faz. Isso é muito comum infelizmente, e não é só nas Instituições Federais é de um modo geral. A Secretaria de Educação tem uma coordenação de educação especial e os outros departamentos não sabem o que aquela coordenação de educação especial faz? E não querem saber. Isso é geral.

Porque precisamos fazer isso? Para garantir o sucesso e a permanência bem sucedida desse aluno e a saída bem sucedida também.

Dotar as IFETs de serviços educacionais especializados complementares às ações pedagógicas. O que são esses serviços educacionais especializados? São os intérpretes de língua de sinais ou das comunicações diferenciadas. São os recursos materiais. Tudo que é relativo aos serviços é necessário que a gente faça provisão nisso, ainda no nosso planejamento estratégico.

Garantir o atendimento integral do aluno mediante fortalecimento de parcerias com as áreas de educação, promoção social e trabalho e também com a área de saúde. Porque às vezes, aquele aluno que está lá na nossa escola requer atendimento da área de saúde também, e não é função da escola cuidar da saúde. Para isso precisamos fazer parcerias.

Articular com 100% dos seguimentos das IFETs, as ações que possam incluir as pessoas com necessidades especiais. Todos têm que estar juntos nessa nossa ação.

Implantar como serviço de apoio pedagógico especializado, como complemento pedagógico, as oficinas permanentes de libras e de Braille.

Instalar o serviço itinerante intra-institucional de orientação e supervisão pedagógica para atuar junto aos alunos e junto aos professores. Esse professor que é intra-itinerante, que é itinerante tem essa função: trabalhar com os alunos na sala de aula e trabalhar com os professores também na sala de aula. É um profissional especializado ou especialista que atende a cada uma dessas especificidades de acordo com a sua formação.

Instalar o serviço de professores intérpretes para atenção a 100% dos alunos surdos, surdo-cegos e outros alunos que demandem diferentes comunicações e sinalização.

Proceder à reorientação curricular. Como posso pensar em ter esses alunos dentro da minha escola se ela não tiver uma reorientação? Estaremos sempre fazendo ação dirigida para aquele aluno e não para todo mundo. O aluno com necessidade especial dentro da escola [...] veja a necessidade da sua reestruturação educacional, tem que repensar o currículo, repensar o que esse aluno vai poder fazer no mercado de trabalho.

Esse aluno vem para nós com uma carga grande, porque a educação especial traz essa carga da reestruturação dos sistemas educacionais. É complicado, mas é factível. A demonstração de que tudo o que estou dizendo é factível é que já obtivemos bons resultados.

Promover a adequação dos espaços físicos e mobiliário das IFETs em termos de acessibilidade e de mobilidade das pessoas com necessidades especiais.

Ações em longo prazo:

- realizar estudos e pesquisas voltadas para avaliação das ações propostas.
Avaliação das IFETS e do aluno.

- viabilizar os procedimentos de certificação por competências.

- capacitar 100% dos profissionais das IFETS para adequada atenção às pessoas com necessidades especiais.

- consolidar parcerias com as instituições que podem ser nossas parceiras.

- implantar nos CEFETs através dessa gerência de pesquisa e pós-graduação, pesquisas e estudo de casos relativos ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos que apresentam necessidades especiais.

- implementar a certificação por competência laboral dos alunos com necessidades especiais que não estão matriculados nos IFETS.

- organizar em todos os níveis de ensino, atividades que possibilitem a participação efetiva de qualquer aluno como estágio curricular ou extracurricular nas ações do NAPNE. No CEFET/PA, alunos de cursos de formação de professores, licenciaturas, tem o estágio obrigatório. Eles podem estagiar junto às pessoas com necessidades especiais, são estagiários natos no NAPINE. Isso é uma forma de trazer os alunos dos cursos para interagir, para saber como trabalhar com esses alunos, principalmente os alunos dos cursos de licenciaturas, porque serão professores. Porque os alunos são da escola.

Todas essas ações que eu falei antes têm que ser o tempo todo monitoradas, permanentemente monitoradas, revisadas, avaliadas, para ver o que está dando certo, ratificar, aquilo que não está bom, retificar.

O meu conceito de educação inclusiva é ensinar a pensar que o outro também pode pensar, mesmo que seja um pensamento diferente do meu. O que nos faz humanos são as nossas diferenças.

Inclusão é melhorar a sociedade, porque a humanidade caminha para a diversidade e esta se refere às diferenças individuais, isso é inclusão.

Inclusão é um direito e a escola é um instrumento de efetivação desse direito. A escola é o lócus da maior parte das nossas relações, a gente sempre está nela. Então a escola é o melhor local da efetivação do direito à diversidade, é onde se negocia tudo, onde se tem o encontro de diversas culturas, é o local adequado para a questão da inclusão. Isso implica em revisão de valores sobre o outro, rever a questão do respeito às diferenças, implica em admitir que existem diversas formas de percepção de sentimentos, de ser, de estar, de permanecer, de fazer. Implica no exercício do princípio fundamental para construção de uma perspectiva inclusiva na educação e na sociedade, o princípio da alteridade.

Pensar o aluno com todas as suas necessidades é repensá-lo como homem, com potenciais ignorados e surpreendentes.

Finalizo com uma fala do Boaventura da Silva:

“Temos o direito a sermos iguais quando a diferença nos inferioriza e temos o direito a sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”.

Nossa tarefa não é fácil, já fizemos muita coisa, mas temos muito mais a fazer.

Estamos todos de parabéns pelo simples fato de estarmos aqui, batalhando pela inclusão, buscando novos conhecimentos, isso denota que todos nós acreditamos na inclusão.

Obrigada pela atenção de vocês. Bom trabalho para todos nós nesses dias que ainda temos pela frente.

PAINÉIS

1º Painel: “Políticas Públicas para uma Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva”

Senhoras e Senhores, boa tarde. Damos início ao 1º Painel do Seminário, com o tema: **Políticas Públicas para uma Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva.**

Painelistas:

- **Ivone Maria Elias Moreyra** - Diretora de Políticas e Articulação Institucional da SETEC/MEC

- **Francisca Rosineide Monte** - Representante da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação.

- **Carolina Sanches** - Coordenadora Substituta para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Coordenação: Franclin Nascimento – Coordenação-Geral do Programa TEC NEP

Boa tarde a todos!

É um prazer estar na coordenação desta Mesa, em substituição ao Professor Getúlio Marques Ferreira. Seria muito bom se ele estivesse conosco porque ele tem uma história no desenvolvimento do Programa TEC NEP, mas como todos os senhores e senhoras sabem estamos no final do ano e a questão dos recursos ministeriais está sendo discutida e o Professor Getúlio e o Professor Eliezer foram convocados ordinariamente para discutirem o nosso orçamento para 2006.

Passo a palavra à Professora Carolina Sanchez, coordenadora substituta da CORDE/SEDH.

Carolina Sanches:

Boa tarde a todos!

É um prazer muito grande ter recebido o convite do MEC. A CORDE tem uma satisfação enorme em participar de uma discussão como essa do ensino tecnológico e profissionalizante para pessoas com deficiência.

Eu gostaria de centrar minha discussão em alguns dados que temos e aí vamos verificar que o Programa TEC NEP, vem exatamente de encontro com problemas que temos enfrentado no nosso País.

Vemos no Brasil que a educação é um direito de todos e dever do Estado. Eu sou professora e fui convidada para proferir uma palestra para normalistas do 3º ano do curso normal. E eu disse para elas, exatamente o que a Scheilla acabou de dizer: Quem disse algum dia que nós estávamos sendo formados para ensinar crianças que não tenham deficiência? Ninguém. Nós estamos ali aprendendo a ensinar crianças, pessoas, e também aprendemos alfabetizar adultos. Estamos ali aprendendo a ensinar pessoas, tenham elas ou não, deficiências.

As deficiências são apenas características da adversidade e como tal, elas têm que ser vistas.

Temos no Brasil, hoje, uma taxa de alfabetização de pessoas com deficiência de 72%, isso é 15% inferior à taxa de pessoas sem deficiência. Quer dizer, no Brasil, nós temos 87,01% de pessoas sem deficiências alfabetizadas ao tempo que, só 72% de pessoas com deficiência está alfabetizada. Esse é o primeiro salto que eu queria que vocês tivessem em mente.

O segundo grande problema é o ensino tecnológico e profissionalizante no ensino médio, o que significa oito a dez anos de estudo, nós temos no Brasil, segundo o Censo/2000, apenas 10,7% de pessoas com deficiência, com oito a dez anos de estudo. Esse déficit começa no ensino fundamental, quando percebemos que essas crianças não estão entrando, ou quando entram, quando tem acesso ao ensino fundamental, elas não têm condições de permanecer. O que dirá de terminar o ensino fundamental e acessar o ensino médio. Ora, se ela não consegue permanecer no ensino fundamental porque ela não tem o atendimento especializado que ela necessita, ela jamais vai chegar ao ensino médio, nem tecnológico, nem o profissionalizante, nenhum deles. Dessa forma, essa criança não entra no mercado de trabalho e não entrando no mercado de trabalho, não participa da população economicamente ativa do País. Não produz nenhuma economia para o País, assim ela estará cada vez mais na população excluída por uma questão de renda, de economia. A não entrada dela no sistema educacional, conseqüentemente, no mercado de trabalho e mais ainda, sem nenhum tipo de ingresso na economia do País, ela está excluída e participando da população pobre, daí nós tiramos a estreita relação entre pobreza e deficiência.

É o que ocorre também nas famílias. As famílias não aceitam, não vêem a deficiência como parte da adversidade e eu acredito que o nosso papel de educadores é também o papel de mostrar isso à família, afinal, eu aprendi um dia no meu curso normal, na minha pedagogia, que a educação não se resume à sala de aula. O nosso contato com a família, com a vivência do nosso aluno é fundamental e aí o Programa TEC NEP vem exatamente atendendo a tudo isso.

Primeiro a questão da humanização dessa relação entre escola, e entendendo escola como educadores, servidores, é a comunidade escolar, e a família do aluno.

Prover de tudo o que ele necessita para ter um acesso ao Sistema Educacional, de uma maneira que ele tenha equiparação de oportunidades com os demais.

O que eu gostaria de ressaltar para vocês é o seguinte:

Vocês já fazem com o TEC NEP a entrada desses alunos que já vêm com alguma defasagem [...] também de fazer isso.

À medida que o Brasil está trabalhando com a inclusão no ensino fundamental para diminuir ou acabar com essa exclusão, eles vão entrar no ensino médio, e aí, qual é a porta de saída?

Temos no Brasil algumas ações afirmativas e duas delas são as seguintes:

- reserva de vagas no mercado de trabalho, de instituições privadas e em concursos públicos. Ambos necessitam de qualificação profissional.

Acho que temos que ter uma cultura de saber onde é o fim da linha. Devemos continuar profissionalizando essas pessoas, mas temos que ver o aluno trabalhando e tendo uma participação efetiva na sociedade como cidadão e participando também, na economia da sua família e de seu País.

Se o fim da linha é ele trabalhando e nós paramos no momento em que damos o certificado a ele, alguma coisa está faltando. Essa conexão entre a escola e a demanda de empresários serve também, para no início do ano quando fazemos o planejamento dos cursos, teremos que saber o que estão pedindo na minha Comunidade. Posso oferecer aos meus alunos? Como? Essa é a chave de resolver alguns problemas.

Deixo aqui esta questão de fazer essa conexão, para que vocês pensem e achem a maneira melhor para conseguirmos atingir o objetivo da inclusão.

Muito Obrigada.

ROSINEIDE MONTE

Boa tarde a todos!

Se a educação é base para todo o desenvolvimento do ser humano, qual é o compromisso que a educação tem com a educação profissional. Qual é o compromisso que a Secretaria de Educação, que o Governo Federal têm com essas pessoas, por meio da Secretaria de Educação Especial e com os seus parceiros. Por que nós não fazíamos educação profissional, nós trabalhamos com uma perspectiva que esse aluno chegue à formação de uma educação profissional com mais autonomia, com mais competência, porque até então, não era permitido a eles a condição de escolha. Muitas vezes a família ou a própria escola especial escolhia para o aluno.

Realmente, até hoje falamos muito por eles e o que temos que ajudá-los a desenvolver é a habilidade para falar por si próprios. Condição, eles têm. Essa é uma concepção que temos que impregnar nas nossas mentes, nossas ações para que possamos formar uma cultura que crie ou que desenvolva nessas pessoas a capacidade de autonomia que eles têm em potencial, claro que com algumas limitações, mas se dermos condição de acessibilidade isso será suprido.

Práticas Inclusivas – Valorização de diferenças, construção de espaços educacionais, organização para atendimento de todos os alunos que é o que vocês estão fazendo e as escolas técnicas federais estão fazendo começando pela capacitação do professor, criamos os NAPNES.

Programa de igualdade e oportunidade – Para que todos tenham oportunidade de receber essa educação profissional.

Campo de qualificação para o trabalho.

Inserção produtiva do meio social.

Garantia dos direitos – Pensar que essas pessoas precisam ter oportunidade como qualquer cidadão. Cumprir com seus direitos e seus deveres.

É isso que eles esperam e é isso que temos que realmente fazer.

Quais os desafios que os sistemas educacionais federais, estaduais e municipais vão ter que enfrentar com esse olhar para o aluno. O aluno com educação que futuramente será um profissional como qualquer um outro.

A inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais, no sistema regular de ensino é um grande desafio, mas é um desafio que já tem sinais de avanços bastante significativos.

Articulação de políticas públicas de acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais, em programa de educação profissional. Essa articulação está acontecendo dentro do próprio Ministério da Educação, precisando ser implementada, mas é um compasso que tem que ser feito com muita harmonia e convicção de que está dando certo, para que seja cada vez mais disseminada pelo País essa educação técnica e tecnológica para as pessoas.

A formação dos professores da rede de ensino para trabalhar na educação profissional, vocês da rede federal estão fazendo e nós também estamos tentando trabalhar de outras formas.

Desenvolvimento de parcerias com Organizações Governamentais e não Governamentais. Quando falamos sobre isso é a questão da parte inicial da educação profissional, na realidade, nós estamos preparando a pessoa para uma educação profissional mais formal, é uma educação profissional básica. Ela é feita mais em instituições privadas com fins não lucrativos do que pela escola pública, isso é uma tradição.

O Programa de Educação Profissional do Ministério da Educação que temos desenvolvido nos últimos anos, em várias gestões anteriores, deve iniciar-se nas oficinas pedagógicas, no nível básico. Espaço onde se desenvolvem ações concretas de aprendizagem e oportunizam a emancipação. Trabalhamos esses alunos na educação básica é para que eles possam adquirir uma emancipação, uma autonomia para fazer as suas opções profissionais. Lá é que as aptidões dos indivíduos serão detectadas, onde eles deverão ter oportunidade de passar por várias oficinas pedagógicas para ser identificado e eles também se identificarem, onde eles mais produzem e se sentem mais felizes.

A qualificação profissional deve ser ofertada pelas escolas do ensino médio, de nível técnico também em parceria com a Rede Federal de Educação Tecnológica ou sistema "S". Isso já está acontecendo.

Preparação para o trabalho. Elevar a educação para o Programa de Educação de Jovens e Adulto - EJA. Na Secretaria de Educação Especial estamos discutindo o seguinte: sabemos que os alunos da educação vão para o EJA, mas queremos que exista uma relação restrita e condicional desse aluno estar nas oficinas pedagógicas, aqueles maiores de 14 anos, que eles estejam também no EJA. Eles devem dar continuidade à aprendizagem.

Colocação no mercado de trabalho – Queremos que essas pessoas tenham desde a educação básica profissional até a educação técnica, tecnológica, eles realmente se preparem para terem uma posição na sociedade como cidadãos, de serem autônomos. Eles precisam de oportunidade, respeito e precisamos valorizá-los e saber conviver com as diferenças.

A maior preocupação da escola é a inclusão. Não podemos mais trabalhar com a segregação. Essa é a preocupação primordial do sistema educacional, nos diferentes espaços educacionais. E a maior preocupação das empresas é com a legislação.

A inclusão é transformar a empresa e seu sistema em fluxos de trabalho, sua política interna, suas normas, modo de produção e equipamentos para acolher a pessoa, independentemente de suas limitações. Hoje em dia, com a modificação que a escola e todo o sistema educacional está sofrendo uma modificação: as escolas, de forma geral, em todos os níveis, básico e superior, a sociedade e da mesma forma as empresas devem também passar por um processo de modificação, para que possam acolher todas as diferenças.

Para a promoção da inclusão é necessário adaptar o espaço e não o contrário. A sociedade de um modo geral deve se adequar para receber e atender a toda e qualquer pessoa independente das suas condições.

A inclusão é um processo de mudança do sistema social comum para acolher toda a diversidade humana.

Segundo dados do Censo 2005, versão preliminar, a evolução das matrículas na educação profissional se deu dessa forma:

- 2001: 28.756 alunos

- 2005: 46.659 alunos

Podemos perceber que o ingresso à educação profissional deu-se gradativamente, mas é significativo. Estamos trabalhando uma mudança de mentalidade, transformação de cultura e isso não é fácil de se fazer.

Na educação profissional de nível básico, temos 44 mil alunos no total, 424 alunos na educação profissional básica, desses alunos apenas 14% estão em instituições públicas, 86% estão nas instituições privadas.

Na educação profissional de nível técnico, temos 2.235 alunos. É muito pouco. Em escolas públicas encontramos 344 alunos, 15% e 1891, ou seja, 85% desses alunos estão em escolas privadas.

Essa é uma realidade do Censo preliminar de 2005 e temos muito que avançar.

Na inclusão geral:

- 1998

- 13% de alunos na escola pública
- 87% de alunos na escola privada especializada

- 2005

- 41% de alunos na escola pública
- 59% de alunos na escola privada especializada.

Houve um crescimento muito significativo do aluno que está no processo de inclusão. Esse é o sinal que o Governo tem que ter porque não tem outra forma para trabalharmos, o Censo é preenchido pelas escolas.

A SEESP está realmente querendo fazer com que haja avanço na educação profissional. Sabemos que é a área que tem feito menos em relação à escolaridade, mas isso é uma preocupação, isso não é fácil. A SETEC é significativamente importante para essa população, mas a SEESP está muito preocupada com esse grande número de alunos que precisam de ensino técnico e tecnológico.

Muito obrigada.

IVONE MARIA ELIAS MOREYRA

Boa tarde a todos!

Gostaria de fazer algumas considerações relevantes. Aprendemos todo dia, essa é uma verdade, só que nem sempre aproveitamos os ensinamentos. Precisamos aprender a

respeitar as diferenças, porque mesmo na nossa casa onde todos têm as condições mínimas de se locomover, enxergar e falar temos muitas diferenças e precisamos aprender a conviver com elas, mesmo que sejam ou pareçam mínimas.

Eu sou professora de história e tenho aprendido e ensinado um pouco sobre o sistema capitalista e gostaria de colocar algumas coisas no trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Ministério da Educação, para refletirmos como está estruturado e organizado dentro das nossas instituições Federais. Darei alguns exemplos para que vocês possam acompanhar meu raciocínio:

-O Sistema Capitalista trabalha com uma lógica que é absolutamente perversa. Aquele que não produz, no ritmo, na qualidade, na estrutura que o Sistema, genericamente, impõe e impôs ao longo desses seus trezentos anos de existência. Ele exclui, só que não existiu, desde que os homens vivem em sociedades organizadas, um Sistema mais inteligente do que o Capitalista.

O Sistema Capitalista tem sido capaz de dar um novo significado a cada momento. Quando uma forma de organização do trabalho chamada "Taylorista" entrou em crise, o Sistema Capitalista foi capaz de criar uma outra condição para incluir alguns excluídos e incluir aqueles que já estavam incluídos, mas que se rebelavam contra o Sistema.

O Sistema Capitalista criou um veio de atendimento de produtos, de hotéis, de forma de receber os homossexuais, porque entendeu que esse era um nicho de mercado importante, com uma renda "per capita" alta.

O Sistema Capitalista criou vários produtos, para cabelos, para pele, para os negros, porque entendeu que esse era um nicho de mercado importante.

Quero dizer que o Sistema Capitalista pode estar trabalhando uma perspectiva de integração das pessoas com necessidades especiais que nós precisamos negar. É preciso que possamos aceitar, nos rebelando contra essa questão. Digo isso, pois carrego resquícios socialistas que não quero perder nunca.

É necessário absorver essa capacidade de educação e formação para todos, independente de nos tornarmos reféns do Sistema Capitalista.

A escola é parte da reprodução da desigualdade da estrutura que a sociedade tem, dicotômica, diferente, desrespeitosa. A escola ainda é isso.

Quanto à estrutura da escola, a gestão da escola pensa a organização e a sua "distribuição" no sentido pejorativo do termo com equipamentos, com estruturas, infraestrutura com pessoal, com formação continuada, para absorver novas possibilidades, na regra colocada e imposta como produtiva pelo Sistema que está incrustado dentro das nossas Instituições, também é um problema.

Faço essas colocações, para vocês que são gestores, educadores, estudantes, possam pensar nessa vertente da inclusão como direito social, como direito de cada um, independente de onde ele esteja e da necessidade que ele tenha.

Acho que nunca fiz essa reflexão com os componentes do TEC NEP, mas essa é uma vertente de atuação que precisamos abraçar nesse ano de 2006.

Falando como ex-gestora, digo que somos qualificados como competentes quando conseguimos gastar bem os seus recursos. Gastar bem significa, generalizadamente, ampliar o número dos atendidos. Se isso é verdade, é preciso que façamos uma cunha nessa vertente de raciocínio, que às vezes fazer uma determinada demanda de recurso para uma especificidade de atuação para poucos, com altos gastos do orçamento, isso significa uma inclusão que a sociedade talvez, genericamente, não fizesse. Essa é uma disposição que tem que ser introjetada nos gestores e nossa equipe vai trabalhar no ano que vem com

formação de gestores, um projeto de reeducação dos gestores da Rede Federal. Nessa linha, é fundamental que essa questão seja colocada. Para um Programa como o TEC NEP se desenvolver, isso tem um significado fundamental.

Apresentarei para vocês a concepção que temos trabalhado sobre Políticas Públicas, porque acreditamos que elas devem transcender a esse Governo, porque se não a política não se consolida.

Temos uma estrutura bastante grande, mas pequena quando se olha a totalidade do território Brasileiro. O número de Instituições que atuam é muito pequeno, mas se cada uma delas adotasse como projeção de 10% do atendimento das suas matrículas para projetos como este e outros, esse número de 2.235 seria alterado brevemente.

Ações estratégicas da SETEC/MEC para o desenvolvimento da educação pública de inclusão:

- estabelecer uma parceria dentro dos nossos limites, porque não somos uma Secretaria Especializada nesta ação, com a SEESP, que é a Secretaria que responde formalmente por esse trabalho.

- Uma maior interação com a SEED, para utilização das ferramentas que estão consolidadas, que são de uso público e que nós precisamos apreendê-las.

A participação, em vários programas, da atuação deste Programa (TEC NEP), como uma interface. Não para ser apenas alguma coisa “plugada”, aquele que chega e se aloca, mas aquele que co-participa e co-responsavelmente oferece uma possibilidade de atuação nessa linha.

Temos alguns Programas que queremos trabalhar e fazer com que o Programa TEC NEP faça parte desta proposta de trabalho.

Temos o Programa Pró-Jovem, que é de qualificação e está acontecendo a partir deste ano e tem a pretensão de transcender a esse Governo. Atinge um público que não é o chega até às escolas técnicas, até os CEFETS, e que, portanto, poderia atingir e abraçar pessoas portadoras de necessidades especiais.

Ainda, no âmbito externo, temos como estratégia da Secretaria a intenção de abraçar futuras parcerias. Temos trabalhado e conversado para que estas questões se consolidem, sabemos que é uma tarefa de ida e volta, não é como uma coisa que a gente caminha e vai só para frente, às vezes você tem recuos, porque as Instituições estão muito mais fossilizadas do podemos imaginar. Elas dizem sim, no verbal, quando entendem o que é fazer o diferente, elas recuam. Porque fazer o diferente é disponibilizar recursos para atingir um público que não é aquele que vai aumentar significativamente a governabilidade desses gestores. Essa é uma questão que está posta, por isso que comecei fazendo aquela observação inicial para vocês. Já nos aproximamos da CORDE e do CONADEE, e queremos estreitar esses laços na perspectiva de podermos atuar conjuntamente, nos disponibilizamos, na nossa pequenez, de também colaborar com essas Instituições e participação em todos os eventos. Essa é a disposição que a Diretoria tem, vamos tentar e vamos ousar. Temos tido resultados, nem sempre é o que se espera ou gosta, mas temos tido bons resultados.

No âmbito das Instituições a intenção é de trabalhar com formação de Recursos Humanos, apresentar propostas nesses Conselhos, que tem sido bons parceiros. Temos tido sinais relevantes de envolvimento do trabalho e penso que o que fizemos nesse ano foi muito significativo e fez muitos gestores se sentirem co-responsáveis.

Nesse âmbito temos duas grandes áreas de atuação, tanto na do ensino quanto das relações empresariais. Algumas Instituições mudaram esse nome para Relações Institucionais, Relações com Organizações, para excluir a idéia de apenas empresa e

buscar outras parcerias comunitárias e fomentar ações voltadas para a inclusão. Os núcleos criados (NAPNEs), tem sido um elemento de fomento. Acho que os núcleos estão fazendo uma coisa boa dentro dos CEFETs, das escolas técnicas, agrotécnicas que estavam dispersos. Estão conjugando profissionais que estavam fazendo outras atividades, participando de outros programas, de forma dispersa, sem poder demandar toda a sua capacidade de atuação para um programa de importância como esse. E dentro da nossa maior pequenez, menor ainda a possibilidade, que é a de liberação de recursos financeiros, mas acreditamos que temos que começar mesmo que seja com pouco, temos que garantir formalmente que isso possa vir a crescer.

Estamos trabalhando com quatro perspectivas:

- fortalecimento do Programa TEC NEP. Para isso trabalhamos na institucionalização do Grupo Gestor, tanto Central, Regional e Estadual.

- fomento à criação dos Núcleos em toda a Rede Federal.

- fomento ao desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para esse tema.

- fomento à formação de Recursos Humanos em conteúdos básicos de atendimento em libras, em braile, algumas instituições têm adquirido, inclusive, equipamentos para poder rodar material de acesso aos portadores.

- negociações para formação de recursos especializados, tanto na área de mestrado, quanto de doutorado.

- produção de material impresso. É uma questão problemática, pois é de alto custo.

- Banco de Recursos Humanos. Aglutinando com a Secretaria de Educação a Distância, pensando na questão do software livre na dimensão de outras possibilidades alternativas de utilização de recursos mais baratos e acessíveis a um maior número de pessoas.

Muito obrigada!

14/12/2006 – Quarta-Feira

1ª Mesa-Redonda:

Tema: “Necessidades educacionais Especiais na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: Cotas ou igualdades de Condições?”

Debatedores:

. **Professor Gustavo Maurício Estevão de Azevedo** – Coordenador do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais do CEFET Pernambuco.

. **Dr. Maurício Correia de Melo** - Procurador Regional do trabalho no Distrito Federal.

. **Sr. Lucimar Malaquias** - Presidente da comissão Jovem “Gente como a Gente” – Distrito Federal.

Coordenação: Prof^ª Scheilla Abbud Vieira - Gestora Regional Norte do Programa TEC NEP,

Prof. Gustavo Maurício Estevão de Azevedo:

Bom dia a todos!

Estou aqui representando o Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco – CEFET/PE, fico muito agradecido pelo convite que me foi feito pela Coordenação e espero contribuir com as colocações que vou fazer sobre o tema.

Inicialmente, desejo dizer que a realização desse Seminário é uma consistente prova dos esforços concentrados por todos aqueles que estão reunidos nos propósitos ditados pelo Programa TEC NEP da SETEC/MEC. Portanto, o Programa TEC NEP está semeando um terreno fértil, em que árvores com copas frondosas e com muitos frutos haverão de surgir em tempo breve, como resultado desses esforços. Em meio a essa indubitável realidade do presente Seminário vem este Painel questionar, qual é o melhor caminho para os candidatos com necessidades especiais, será a reserva de cotas ou a igualdade de condições dos exames vestibulares das IFETs.

Responder a essa indagação envolve, certamente, inúmeros aspectos, que por conta do exíguo tempo disponível no presente Painel, farei apenas “en passant” algumas rápidas considerações.

Passo agora a analisar as duas vias de solução questionadas. Tentarei, muito mais como reflexão, do que trazer verdades reveladas, fazer ressoar no Plenário um convite para construir outras contribuições e quiçá, incentivar ações que possam trazer aperfeiçoamentos em nossas práticas institucionais. Começo então, por buscar revisar os aspectos contidos nessas duas vias de solução. Na primeira via de solução apresentada cabe identificar, inicialmente, o que vem a ser reserva de cotas. Sabemos que reserva de cotas é uma ação afirmativa, entendendo ação afirmativa como oferecer a determinado grupo de pessoas um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devido a sua situação de discriminação e exclusão, a fixar reserva de vagas nos exames vestibulares das IFETS. No caso, o proposto como reserva de vagas está voltado ao seguimento de candidatos com necessidades educacionais especiais, logicamente, chamo a atenção de todos que essa

medida é adotada na crença de que reduzirá a desigualdade na competição pelas vagas desse seguimento e os demais concorrentes ao exame vestibular. Entendendo também, que a proposta de reserva de cotas deva ser entendida como uma medida provisória, isto é, para atender momentaneamente a demanda de acesso aos cursos do ensino técnico e tecnológico dos candidatos com necessidades especiais.

A segunda via de solução apresentada busca entender como podem as instituições de ensino criar condições de igualdade para os candidatos com necessidades especiais nos vestibulares das IFETS.

Entrando no acalorado debate de diversos autores é pertinente fazer algumas referências sobre o significado da frase “condições de igualdade para alunos com necessidades especiais nos vestibulares”, a condição de igualdade surge aqui como regra de equilíbrio entre as pessoas, a igualdade é afirmada no plano da dignidade humana e está intimamente vinculada ao estado de direito democrático. É evidente que os seres humanos não são iguais, seja quanto às suas desenvolvidas capacidades físicas, seja quanto as desenvolvidas qualidades educacionais e morais. Nós, seres humanos, somos, fundamentalmente iguais pela nossa origem e pelo nosso destino. Somos todos iguais, na nossa natureza humana, somos todos chamados de pessoas.

O que pode parecer um paradoxo, na verdade, é um complemento ao entendimento da condição humana de igualdade, ou seja, devemos reconhecer que os seres humanos possuem histórias de vida diferentes, características pessoais diferentes, enfim, cada um é diferente do outro. Isso ocorre por conta da individualidade humana.

A lição ensinada por diversos documentos internacionais, os quais citarei mais adiante, diz:

- uma sociedade para todos é aquela que reconhece a condição humana das pessoas.
- a condição humana é a razão da igualdade entre as pessoas, pois somos iguais porque somos todos seres humanos.
- ser humano é também ter respeitada a sua individualidade e individualidade é reconhecer-se como um ser único no Universo.
- é também no respeito à diversidade da individualidade que reside uma sociedade para todos.

A conclusão é que todas as pessoas são merecedoras de tratamentos especiais na sociedade, ou seja, nelas há de se identificar uma relação direta entre a sua individualidade e as suas necessidades especiais.

No universo jurídico se reconhecem em vários diplomas legais, algumas necessidades especiais de determinados indivíduos ou grupos de indivíduos e a elas são conferidas uma proteção especial, tutelada pelo Estado, que aqui posso citar, a título de exemplo, o caso dos idosos, das crianças, dos adolescentes e também, que é o foco de nosso presente Painel, pessoas portadoras de deficiência. Fazendo aqui uma notinha com relação às pessoas portadoras de deficiência, que é a denominação mais freqüente citada nas Leis Brasileiras para se referir às pessoas com necessidades especiais, decorrentes de alguma deficiência, aliás, conforme ensina Sasaki/2004, essa não é a melhor denominação que as normas legais deveriam usar, porém essa é realidade e infelizmente somos forçados a usar.

Vale também ressaltar que no âmbito educacional, constam como pessoas com necessidades especiais, os superdotados ou pessoas com altas habilidades, condutas típicas, acrescido aqui pela Professora Scheilla. Na educação também se reconhece a existência das necessidades especiais, obviamente, essas não serão necessidades

especiais para o sistema de ensino, nesse caso então são essas chamadas de necessidades educacionais e especiais.

No tocante ao respeito e ao atendimento às diferenças das pessoas com necessidades especiais, buscando criar condições de igualdade no acesso dos candidatos aos cursos das IFETs desejo lembrar o que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 59, Caput:

“Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais”:

Inciso I:

Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades.”

Isso é legislação, Norma Jurídica que todos nós conhecemos.

Antes de emitir as minhas opiniões acerca do confronto das vias de soluções acima revisadas, ou anteriormente revisadas, desejo dizer o que jamais deverá ser alvo de dúvidas nessa ou em qualquer outra análise sobre a inclusão de educandos com necessidades especiais, independente de qual venha a ser a sua corrente de pensamento nesse Seminário, ou qualquer outro Fórum, consideremos todos como princípio inadiável, o de agir para transformar nossa sociedade, uma sociedade inclusiva, tal como preconiza Maria Tereza Mantuan quando ensina: “Uma sociedade inclusiva é aquela que tem por objetivo o de oferecer oportunidades iguais, para que cada pessoa seja autônoma e auto-determinada, uma sociedade aberta a todos, que estimula a participação de cada um, aprecia as diferentes experiências humanas e reconhece o potencial de todo cidadão – 1993.”

Vários documentos internacionais já proclamaram a construção de uma sociedade inclusiva, como uma sociedade para todos, só para citar alguns, conforme prometido anteriormente, destaco os seguintes:

-Declaração dos direitos do deficiente mental – 1971.

-Declaração dos direitos de pessoas deficientes. –

-Declaração de Salamanca.

Afirmo, peremptoriamente, que sem a construção de uma sociedade inclusiva, como alvo principal de todos nós, a sociedade, nada será sucesso na criação de uma via de inserção no sistema de ensino dos educandos com necessidades especiais.

Quanto à minha opinião, atentamente peço que reflitam sobre o que já é direito dos educandos à criação das condições de igualdade nos vestibulares para o atendimento às suas necessidades especiais, isso só para deixar claro que no presente painel estamos tratando de algo que é norma jurídica estabelecida e que deve ser consenso à sua imediata aplicação.

Quanto as condições de igualdade nos vestibulares para atendimento aos candidatos com necessidades especiais faço as seguintes indagações a todos os presentes:

-De quantos exames vestibulares vocês conhecem, sejam eles das IFETs ou mesmo de qualquer outra instituição de ensino, privada ou pública, que ofereçam intérprete de libras aos candidatos com necessidades especiais?

-Quantos exames vestibulares vocês conhecem que ofereçam provas em braile aos candidatos com necessidades especiais?

-Quantos exames vestibulares vocês conhecem que ofereçam tempo adicional para resolução de provas aos candidatos com necessidades especiais?

-Quantos exames vestibulares vocês conhecem que ofereçam provas digitalizadas em computadores com sintetizadores de voz, aos candidatos com necessidades especiais? Muitos deficientes visuais não sabem braile.

-Quantos exames vestibulares vocês conhecem que ofereçam

prédios com acessibilidade física de acordo com a Norma Técnica da ABNT, NBR-9050/2004, com rampas, elevadores, piso tátil, corrimões, estacionamento de veículos reservado para pessoa com deficiência física.

Para afirmar mais uma vez o quanto a nossa atual sociedade é excludente fazendo daquelas pessoas com necessidades especiais um ser invisível e praticamente banido do convívio social, questiono a todos vocês:

-Como poderá um candidato se deslocar em nossas cidades até os locais de provas se a maior parte dos meios de transportes não são acessíveis, ou simplesmente, como o candidato deverá pagar a sua taxa de inscrição se muitos bancos também não são acessíveis.

O tripé constituído das bases do preconceito, da discriminação e da exclusão está historicamente presente na nossa sociedade. Romper essa base deve ser a nossa primeira preocupação. Um empreendimento que exige muita humildade, paciência e coragem. Entender que a pessoa com deficiência, e nesse seguimento também os superdotados, condutas típicas, encontram-se preferencialmente excluídos, não por sua própria vontade, mas por conta de uma sociedade que não reconhece as diversidades humanas e não se preocupa em tratar de forma desigual o que jamais será igual.

Sendo assim, a minha opinião só poderia ser desaconselhar a reserva de cotas, ainda que seja considerada como Medida Provisória, pois quem tem boa memória nesse País sabe muito bem, que o comum são as Medidas Provisórias se eternizarem.

Temos extrema preocupação que a implantação de reserva de cotas em nossos vestibulares venham a ocasionar o esquecimento das outras medidas que já são fixadas em Lei, e que não são, em sua maioria, observadas ou que sofrem a ação de falsas interpretações.

O que dizer dos documentos internacionais? Alguns já ratificados pelo Estado Brasileiro, porém seus conteúdos tão distantes da prática de nossa sociedade.

Nada garante que com a reserva de cotas seja efetivamente aplicada um orientação pedagógica de adaptação, adequação às diversas situações dos candidatos com necessidades especiais.

Por tudo isso, veementemente, reafirmo: o desenvolvimento de esforços de todos nós em exigir imediatas transformações nos vestibulares das IFETs, que promovam efetivas adaptações e adequações às diversas situações dos candidatos com necessidades especiais.

Segundo o Censo Escolar de 2004, do MEC, 371.338 pessoas matriculadas em escolas especiais, sem o contato com o público sem deficiência; 163.984 pessoas com algum tipo de deficiência e que freqüentam turmas regulares, chamados pelo Censo de incluídos. São pessoas com deficiências físicas, visuais, auditivas e mentais que convivem na sala de aula com o público sem deficiência.

É bom lembrar que o Censo do IBGE, diz que 14,5% dos Brasileiros possuem algum tipo de deficiência, ou seja, quase 26 milhões de pessoas.

Dentre a população que tem entre 7 a 14 anos, há ainda cerca de 2,8% de pessoas fora da escola, o que significa 739.413 crianças e adolescentes não atendidas pelo sistema de ensino.

Em cada 100 alunos que ingressam no ensino fundamental, apenas 59, concluem a 8ª série e somente 40 alunos chegam ao final do ensino médio, gerando índice de evasão e repetência de 19,5%.

Obrigado a todos pela atenção.

Dr. Mauricio Correia de Melo:

Bom dia a todos. Inicialmente eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui nesse evento, trazendo a visão do Ministério Público do Trabalho a respeito do tema.

Como sou do Ministério Público do Trabalho, não tenho a mesma familiaridade com a questão da educação, que o Professor Gustavo.

Minha fala vai ser baseada na questão do acesso ao trabalho do que propriamente na educação, embora cheguemos nesse ponto.

Começo falando da dignidade, no conceito histórico.

A dignidade tem origem aristocrática, somente os nobres tinham reconhecido a dignidade.

Na passagem do século XVIII para o século XIX, com a luta das classes menos favorecidas o reconhecimento da dignidade foi estendido inicialmente aos trabalhadores, e refiro-me aos homens. Aqueles homens que trabalhavam tinham dignidade. Digo isso, como muita ênfase porque quando surgiu a Declaração dos Direitos do Homem, na França, uma mulher sugeriu uma Declaração dos Direitos da Mulher, e foi guilhotinada. Por isso que estou frisando a progressão do conceito de dignidade.

O trabalhador era considerado digno, porque a dignidade se conquistava trabalhando de sol a sol e pagando suas dívidas em dia. A dignidade é um valor, tanto que a exploração do trabalho era até favorecida pela dignidade. As pessoas só por estarem trabalhando, já tinham acesso à dignidade, não precisava nem de muito salário. É o que acontece ainda hoje, com a exploração do trabalho escravo. O trabalhador escravo acaba permitindo a sua exploração, porque ele acredita que está naquela ótica de trabalhar de sol a sol e pagando suas dívidas em dia.

A primeira providência do explorador do trabalho escravo é aprisionar pela dívida, e sabe que aquela pessoa quer a sua dignidade através do trabalho.

A dignidade é um valor e esse valor merece ser reconhecido. O importante na dignidade é o reconhecimento e este se dá de uma pessoa em relação a outra pessoa. A dignidade não faria sentido se não vivêssemos em sociedade. Costumo citar o exemplo do filme "Náufrago", o personagem do Tom Hanks confere dignidade a uma bola de vôlei, chama aquela bola de vôlei de Sr. Wilson, ele humaniza aquela bola. Na realidade ele não estava preocupado com o reconhecimento da sua dignidade pelo Sr. Wilson. Um ser humano isolado não precisa se preocupar com a dignidade, apenas quando está organizado em sociedade.

A dignidade, portanto, não pode ser afetada pela deficiência. É um valor universal. Todos os seres humanos têm direito ao reconhecimento da dignidade, mas podem haver instrumentos legais que façam garantir a dignidade. A própria existência do Ministério

Público e do Ministério Público do Trabalho é um instrumento na luta pelo reconhecimento da dignidade. Existem outros instrumentos para isso e essa luta é permanente, constante.

As Ações Afirmativas são outro instrumento para garantir a dignidade, na qual está incluída a reserva de vagas ou as cotas.

Para falar da origem das Ações Afirmativas, tenho que mencionar um caso da Suprema Corte Americana, conhecido como: *Plessy X Ferguson*, em que um sapateiro de cor negra queria usar, no trem, a cabine reservada aos passageiros brancos e, curiosamente, ele comprou o bilhete entrou no vagão e ninguém se manifestou a respeito, proibindo-o de ficar ali, ele estava cometendo um ato de desobediência civil. Ele queria, justamente, mostrar a discriminação, mas ele tinha uma aparência branca. A sua avó materna é que era negra, só puderam descobrir que ele era negro e, portanto estava no local errado porque algumas pessoas o conheciam e aí ele foi expulso do vagão e processado por essa desobediência da legislação. Essa discussão foi aos Tribunais e ele alegava que na Constituição já vigorava o princípio da igualdade, um dos princípios básicos da dignidade, a igualdade e a liberdade. Então ele reivindicou esse direito com base na igualdade que já estava previsto na Constituição, mas os próprios Juízes disseram que a Sociedade Americana não estava pronta para essa igualdade real e aí sacramentaram um princípio segregacionista, que é o de iguais, mas separados. E isso foi considerado uma evolução, os direitos são iguais, mas os negros para lá e os brancos para cá e evidentemente não era bem igual, a escola dos negros era pior, o transporte dos negros era pior. Demorou 50 anos até que um outro caso, o *Brown X The Board of Education*, desse início ao fim da segregação. É o caso de um menino que pleiteou o direito de acessar a escola dos brancos, e quando a Justiça reconheceu esse direito, os alunos negros tinham que formar filas, protegidos pela Guarda Nacional, enquanto as mães dos alunos brancos diziam todo tipo de xingamento e cuspiam nessas famílias que estavam levando seus filhos negros para as escolas.

Nessa época, dez anos depois, surge a idéia de Ação Afirmativa, porque era uma maneira de promover justiça no acesso às Universidades.

As Ações Afirmativas têm muito mais essa visão de promover justiça do que uma visão utilitária, de resultado prático. Ela tem também um resultado prático, obviamente que os negros conseguiram [...], não tinha mais clima Constitucional da Suprema Corte Americana para manter o Sistema de Ações Afirmativas. Os negros já tinham conseguido acessar as Universidades Americanas, então em 1996 a decisão da Suprema Corte declarou inconstitucional a reserva de vagas. Portanto as Ações Afirmativas podem alcançar um resultado prático, mas o objetivo é que a distribuição da riqueza seja mais justa, porque acesso à educação, tal como acesso a emprego é uma questão, no fundo, de distribuição de riqueza.

A cota para as pessoas portadoras de deficiência tem algumas particularidades diferentes da cota para pessoas negras. Na cota para os negros prevalece a autodeclaração, porque a questão da raça é muito mais cultural do que genética, biológica. Então apenas a autodeclaração é que torna possível você identificar quem são as pessoas negras. São aquelas pessoas que se reconhecem como negras.

No caso das pessoas portadoras de deficiência existe a possibilidade de um laudo médico que ateste aquela deficiência e aí entramos em outra questão, a partir de que ponto aquela deficiência é justificadora do direito à cota. O Decreto 3.298 que regulamenta as cotas nas empresas sofreu algumas modificações por conta dessa discussão, quais são os tipos de deficiência. Com isso entramos na questão da discriminação, as empresas favorecem deficiências auditivas moderadas ou unilaterais, por exemplo, em detrimento daquela deficiência auditiva total. É uma coisa para a qual devemos estar atentos, pois as empresas para cumprirem a sua cota podem cometer essa discriminação.

A discriminação direta é aquela em que o sujeito vai na empresa e ele não é contratado porque tem uma determinada característica, mas existem muitas outras formas de discriminação indireta que podem impedir esse acesso ao emprego, me refiro às dificuldades de transporte não adaptado, às dificuldades de sinalização, de comunicação e também os obstáculos na educação e aí cito dois exemplos muito claros de discriminação indireta que impedem o acesso à educação: o primeiro se refere a um aluno do ensino público que era portador de deficiência auditiva, mas que fazia a leitura dos lábios muito bem, então o professor só tinha que ficar de frente para ele, mas o professor só sabia dar aula andando para lá e para cá. Pediram ao professor que ficasse posicionado de forma que esse aluno pudesse vê-lo e ele respondeu que esse aluno é que tem que se adaptar ao mundo e não o mundo que tem que se adaptar a ele. Quer dizer, uma coisa tão simples impedia o acesso daquele aluno à educação.

Um outro exemplo foi na Universidade de Brasília, uma aluna todos os anos tinham que discutir com o professor de determinada matéria, porque nem todas as salas de aula são acessíveis e ela brigava tentando mudar de sala de aula. Vários professores diziam que ela é que tinha que se adaptar ao mundo.

Essa discriminação indireta pode impedir o acesso ao trabalho e outro obstáculo é a formação profissional.

Se as pessoas portadoras de deficiência não tiverem acesso à educação e não tiverem acesso à formação profissional, não vai adiantar também a política de cotas. As empresas não são obrigadas a contratar pessoas que não tem preparo para assumir aquela vaga.

É muito importante a formação profissional e o respeito ao direito à educação.

Muito obrigado.

Sr. Lucimar Malaquias:

Bom dia a todos. Farei apenas uma correção, não sou o Presidente da Comissão Jovem, atualmente sou tesoureiro. Agradeço o convite para estar presente nessa Mesa Redonda.

Sou zootecnista formado no Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba. Felizmente, eu acho, ou infelizmente, não sei, me tornei deficiente no último semestre da faculdade, praticamente não sofri as grandes dificuldades de barreiras arquitetônicas e outro motivo é que utilizo bengala Canadense. Então não tenho muita experiência em termos de problemas para cursar uma Universidade.

A Comissão Jovem “Gente como a Gente” existe desde 1981, numa cidade satélite de Brasília, que se chama Planaltina, distante 40 km daqui. A nossa Instituição trabalha com todo tipo de deficiência. Temos algumas metas, mas visamos principalmente a integração, o lazer, o entretenimento e é muito mais uma entidade de luta, em termos de educação por exemplo, a nossa preocupação desde 1981, foi com a questão da acessibilidade.

A nomenclatura “Pessoas com necessidades especiais educacionais”, para nós como entidade, ela não significa muito porque é muito genérica, por isso não adotamos sempre esse termo “necessidades especiais”. Eu como Lucimar Malaquias, não gosto muito desse termo, prefiro ser chamado de deficiente ou portador de deficiência do que ser chamado de “necessidades especiais”, porque é uma coisa muito genérica. O termo “necessidades especiais” é mais para os técnicos, para os assistentes sociais, para nós deficientes,

principalmente para a Comissão Jovem, não existe muito. Preferimos ser chamados de portador de deficiência, Associação de Deficientes.

O tema é muito relevante, vamos falar da importância das cotas. É uma coisa recente. A Universidade de Brasília recebeu a primeira turma de cota, no ano passado. Acho que realmente temos que resgatar a dignidade das pessoas que não tiveram oportunidade de estudar em bons colégios, dando a elas uma preferência para o ingresso na universidade.

Na questão da acessibilidade já existe Legislação que prevê, mas em Brasília não existe um só ônibus adaptado. Isso porque nós temos Deputado portador de deficiência, é Capital da República, mas estamos lutando. Em Planaltina (DF), por exemplo, fizemos uma greve de fome durante sete dias pedindo transporte público adaptado, trabalho para portador de deficiência e a acessibilidade.

Essas questões são fundamentais para as pessoas portadoras de deficiência. Nós queremos o mundo igual para todos, não queríamos os privilégios de fila de banco, de carteirinha para ingresso em ônibus, queríamos que todos fossem iguais, que todos tivessem um trabalho.

Nós somos favoráveis à cota para portador de deficiência, não só em curso técnico, mas nas Universidades, nos concursos públicos e tudo o mais.

Gostaria de mostrar um pouco da estatística da nossa cidade. Em Planaltina temos no nosso cadastro da Entidade:

- Analfabetos: 33,52%.
- Ensino Especial: 24,33%.
- Primeiro Grau completo: 5,63%.
- Primeiro Grau incompleto: 25,3%.
- Segundo Grau completo: 6,16%.
- Segundo Grau incompleto: 4,53%
- Curso Superior: 4,53%.
- Curso Superior incompleto: 0,26%.

Nossa Entidade incentiva também práticas esportivas. Sentimos que os deficientes que tiveram pólio lutam mais, tem mais garra do que aquelas pessoas acidentadas. As pessoas deficientes mais jovens, tem oportunidades melhores do que tiveram os deficientes mais antigos.

Temos uma equipe de corrida em cadeira de rodas, que é a maior do Brasil, mas são apenas seis pessoas. Está diminuindo o número de pessoas para praticar esportes apesar do incentivo grande do Ministério dos Esportes e do Comitê Paraolímpico Brasileiro, estamos perdendo essa força de luta. As pessoas portadoras de deficiência, anteriores a esses jovens tinham mais força para lutar e trabalhar.

Agradeço essa oportunidade.

Muito obrigado.

2º Painel: “A interface Educação Profissional e Tecnológica/Educação Especial: Caminhos para a Ação”.

Painelistas:

. Prof. Juarez Pontes - Gestor Regional Sul do Programa TEC NEP

. Profª Giselda Jordão de Carvalho - Diretora de Educação Especial da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal

. Coordenação: Profª Cândida Emanuela de Jesus - Assistente do Programa TEC NEP.

Profª Giselda Jordão de Carvalho:

Bom dia. Primeiro gostaria de agradecer o convite por estarmos aqui participando deste Encontro e dizer que a discussão anterior foi bastante calorosa e já nos colocou um grande desafio como educadores, uma grande responsabilidade.

Vamos apresentar para vocês o nosso trabalho na Secretaria de Educação do Distrito Federal, como estamos nos organizando, enquanto sistema educacional, para fazer justamente essa transição que o Professor Gustavo mencionou anteriormente. Sairmos de um modelo de integração para realmente alcançarmos essa inclusão.

Na Mesa anterior, o que me chamou bastante a atenção e que fica claro para nós é como a educação tem um desafio neste momento da inclusão, mas também nos retrata que a inclusão é uma mudança de paradigma, uma mudança cultural. Nós, educadores, estamos passando por esse processo, estamos vencendo barreiras, estamos rompendo paradigmas e precisamos incomodar também outras instâncias da sociedade, outros órgãos do sistema público, privado para que todos possam assumir essa responsabilidade que não é só educacional, que é uma responsabilidade social.

No Distrito Federal nós constituímos um Programa conhecido como “Igualdade nas Diferenças”. Temos aqui no DF, desde a década de 70, o trabalho com a educação especial. É um trabalho que vem sendo desenvolvido a muitos anos, mas que até os anos 90, início de 90, nós trabalhávamos na perspectiva integração. O nosso aluno era preparado na escola especializada e na medida em que este aluno alcançava as habilidades, as competências, este aluno ia sendo integrado na escola comum e isso perdura. Não podemos dizer que já vencemos a integração porque ainda temos muitos ranços, muitos desafios.

Hoje em dia trabalhamos na perspectiva das escolas integradoras se transformarem em escolas inclusivas, e aí sim, poderemos dar a resposta à pergunta que foi colocada aqui, na última fala, que temos que começar com a educação na base, nas séries iniciais. É uma mudança de cultura, uma mudança paradigmática na questão da educação.

Atendemos no Distrito Federal, uma média de 13 mil alunos com necessidades educacionais especiais. Desses 13 mil alunos, já trabalhamos com alunos com necessidades especiais na inclusão em 122 escolas inclusivas. Temos um total de 625 escolas no DF. Dessas 625, aproximadamente 280 ainda trabalham na perspectiva de integração. Os alunos freqüentam a escola comum, a sala comum, e recebem um apoio especializado em outra escola Pólo.

A escola inclusiva que estamos tentando construir, se diferencia um pouco, pois ela busca se preparar desde à questão da equipe técnica, a equipe pedagógica, a comunidade

escolar e ter o apoio especializado que este aluno necessita na própria escola, então estamos tentando este desafio de oferecer o apoio especializado no turno de matrícula para o aluno na escola comum, dentro do próprio contexto para que ele não precise estar indo a outra escola buscar este apoio especializado. Então nessa perspectiva já são 122 escolas que aderiram, já estão em condições de atuar no Programa “Igualdade nas Diferenças”.

O Programa “Igualdade nas Diferenças” foi constituído para implementar as ações de educação especial no Distrito Federal.

Quais são os desafios que enfrentamos com esse Programa? Um deles é este aqui, que nós estamos buscando com essa discussão, generalizar o conceito de inclusão a todo o sistema educacional de ensino. Entendemos que não podemos mais trabalhar a educação especial, separadamente. Ela tem que estar presente desde a educação infantil até o ensino superior e nós, representantes de Diretoria de Ensino Especial, somos o apoio especializado para a escola comum e não os responsáveis por esse processo educacional sozinhos. Esse é o grande objetivo do Programa “Igualdade nas Diferenças”, fazer a transição da integração para a inclusão.

Temos uma Lei Distrital que é a 3218 de 05 de novembro de 2003, que nos dá prazo para todas as nossas escolas no Distrito Federal serem consideradas inclusivas, então a Lei estabelece prazo para que o sistema público de ensino se organize, para garantir o acesso e a permanência de todos os educandos até 2007. Estamos no final de 2005 e atingimos apenas 50% dessa meta estabelecida para 2007, mas a nossa compreensão é de que não basta apenas cumprir a legislação, não é apenas transformar todas as escolas integradoras em escolas inclusivas, mas garantir que os nossos alunos, desde a educação infantil até a educação superior possam ter um educação de qualidade e que eles possam ter sucesso e como foi bem falado aqui, ele possa competir de igual para igual.

No programa “Igualdade nas Diferenças”, algumas metas foram estabelecidas para trabalhar:

-Ampliação do número de escolas.

-Capacitação de Recursos Humanos, que é a formação continuada.

-Adaptação do acesso e da permanência, que vai das questões arquitetônicas aos aparelhos necessários para que os alunos tenham o acesso e condições de permanecer na escola.

-A ressignificação do sistema de apoio especializado. Deixarmos de ser apenas uma modalidade que faz paralelo, mas uma modalidade que está inserida na educação infantil, no ensino fundamental, na educação de jovens e adultos e na educação profissional.

-Trabalhar com Centros de Ensino Especiais. No DF temos 13 Centros de Ensino Especiais, que são escolas especializadas mantidas pelo Governo local. Destas 13 escolas temos um total de 3.800 alunos, ainda atendidos e exclusivamente pelas Escolas Especiais. Aproximadamente 1.800 alunos são bebês de 0 a 4 anos que fazem parte do programa de estimulação precoce. Entendemos que esse Programa é fundamental porque as crianças que estão saindo aos 4 anos de idade, estão sendo incluídas, naturalmente, na classe comum e já temos um retorno de 42% dessas crianças tendo sucesso, acompanhando adequadamente, com todas as condições a educação infantil. Investir na estimulação precoce, na educação precoce é fundamental que consigamos desde cedo que este aluno tenha realmente a qualidade no seu processo educativo.

-Os alunos que foram amadurecendo, que foram envelhecendo, se tornando jovens e adultos, dentro dos Centros de Ensino Especiais e que hoje, não podemos dizer para eles “acabou seu prazo aqui e, por favor, dê seu espaço para outros que estão chegando”, não temos essa compreensão, temos lutado muito para integrar com outras Secretarias a

formação desses alunos, a preparação deles para o trabalho, para que possam exercer um trabalho autônomo e estamos investindo. Vocês viram uma apresentação das oficinas pedagógicas do Centro de Ensino Especial de Samambaia, em que trabalhamos com as oficinas pedagógicas protegidas, e o nosso desafio dentro do Programa “Igualdade nas Diferenças” é a interface com a educação profissional, estamos começando um diálogo interno com a educação profissional, porque diferente de vocês, não temos os CEFETS, então a nossa iniciativa é articular com a educação profissional do DF, para que os nossos alunos com necessidades especiais incluídos nas classes comuns, já frequentam os cursos técnicos e não apenas os cursos básicos. Temos alunos inseridos nos cursos, de acordo com os interesses deles. O desafio é com relação aos alunos que estão nas classes especiais, ou seja, os deficientes mentais que tem um grau de comprometimento mais acentuado e que não conseguem um nível de escolarização compatível com o exigido pelas instituições que oferecem educação profissional.

Estamos trabalhando no sentido de que as oficinas pedagógicas protegidas possam fazer uma interface com a educação profissional nos cursos básicos e também trabalhamos com as nossas conveniadas. Temos três conveniadas que trabalham conosco na profissionalização a APAE, aqui no DF, só cuida da profissionalização e da inserção no mercado de trabalho. A PADA, que é uma Associação na Área da Deficiência Auditiva que prepara e coloca no mercado de trabalho e o IPC – Instituto Cultural Profissionalizante, que também faz a preparação e colocação no mercado de trabalho.

Esse tem sido um dos nossos grandes desafios para a inclusão no Distrito Federal, fazer a transição de um modelo de integração para um modelo de inclusão, uma mudança cultural na educação e ressignificar as práticas já existentes na educação especial e generalizar este conceito a todo o sistema público, para que todas as Secretarias assumam a sua função e cumpram com o seu papel garantindo que essas pessoas tenham seus direitos como cidadãos, realmente prevaletidos.

Muito obrigada.

Prof. Juarez Pontes

Bom dia a todos. Saúdo os componentes da Mesa.

Vou falar um pouco sobre esse tema que é a interface entre a educação especial e a educação profissional.

É interessante que analisemos como os portadores de deficiências são discriminados desde a idade antiga, em que elas eram eliminadas e excluídas desde a origem.

Os CEFETs foram criados como escolas de artífices, exatamente para atender os excluídos, então há um encontro da educação profissional com os excluídos, desde a sua origem. [...] afastar dessa finalidade, e hoje, passamos por alguns debates dentro das escolas técnicas e dos CEFETs, em que o grande problema era “elitização dos alunos que frequentam a educação profissional”. O trabalho que sempre foi discriminado, o trabalho braçal, o trabalhador sempre foi discriminado, sendo deficiente ou não.

Fazendo um breve histórico: na idade antiga ser deficiente era alguma coisa do demônio, a personificação do mal e o castigo era a tortura e a morte.

No século XX, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com as guerras, onde os filhos dos ricos começaram a voltar mutilados, eles tiveram que começar a tomar algumas providências: serviço nacional de reabilitação, integração nas escolas.

A própria medicina passa a reconhecer que os deficientes têm capacidade de aprender, a diversidade passa a ser valorizada, o avanço das tecnologias começam a facilitar a vida dessas pessoas.

Em 1909, criam-se escolas de aprendiz e artífice para formar operários e contra-mestres para habilitar os filhos dos desfavorecidos e fazê-los adquirir hábitos de trabalho que os afastará do crime e para atender indivíduos marginalizados.

Hoje, no século XXI, vivemos um momento da sociedade, no sentido da inclusão e aí começam as dificuldades, pois a nossa história é de exclusão.

Os professores foram formados numa escola exclusiva e de repente se vêem na condição de serem inclusivos, somos cobrados para isso. Apesar de que a escola forma professores e não diz para quem, se para quem não tem deficiência ou para deficientes, mas na nossa formação toda mensagem era a seguinte: “os bons sobreviverão e os demais buscarão o caminho que a sorte lhes apresentar”, então a maior dificuldade que temos é na nossa cultura. Trabalhamos, ainda, pensando em atender aqueles que denominamos de normais. Foi estabelecido um padrão que até hoje eu não consigo me localizar, se eu sou normal ou não, acho que às vezes pensamos nisso, será que sou normal? Mas eu não consigo fazer determinada coisa, então não devo ser normal, ou faço determinada coisa muito melhor do que outro, então eu sou superdotado. É um conceito predominante nas nossas escolas, estou falando da nossa experiência dentro da nossa rede. Estou trazendo para vocês, o que vivemos no dia-a-dia na rede.

A grande questão é: incluir é possível?

Realmente acreditamos que é possível transformar uma sociedade que é extremamente excludente, numa sociedade inclusiva? Temos que nos convencer disso. Se não estivermos convencidos, vamos nos reunir até nos aposentarmos, aqui em Brasília, em todos os belos Estados do Brasil e não vamos conseguir incluir, porque nós temos que nos convencer de que é possível transformar a nossa escola, numa escola inclusiva. Todos aqui que trabalham nos nossos CEFETS, já devem ter ouvido algum colega seu dizendo: “olha, eu dou aula para atender a maioria, se eu atender e passar 70% da minha turma está ótimo, ninguém vai me incomodar, se eu tiver um aluno com qualquer que seja a deficiência, que ele precisar de um atendimento diferenciado, vou acabar prejudicando o resto da sala toda.”

É a cultura, professores não sabem trabalhar bem com as diferenças, não precisa nem ser deficiente físico, visual, auditivo, basta que seja uma deficiência de aprendizagem qualquer, até pela própria formação acadêmica dele, por não ter tido boas escolas, esse aluno não entra no CEFET, então a exclusão não é só com as pessoas portadoras de deficiência, a exclusão é da sociedade. O nosso problema maior, às vezes, não é nem receber os alunos na escola é mantê-los na escola, independente da condição que ele tenha, se ele não tiver condição financeira para vir à escola, ele abandona porque tem que trabalhar para sustentar sua família, então, na primeira oportunidade que ele tem de arrumar um emprego ele faz a opção, abandona a escola, ou sobrevivo ou estudo. Vivemos num País em que as pessoas morrem na fila do hospital, ainda é assim, imaginem como é trabalhar essa questão da inclusão, oportunizar o acesso à educação para todos esses grupos sociais, se nem aqueles que têm oportunidade de cursar as oito séries do ensino fundamental passam para o ensino médio e vejam a distância que nós ficamos também desses alunos, na maioria dos CEFETS o ensino técnico é oferecido para quem já possui o ensino médio. Corremos o risco de formar professores, e se a escola não se modificar na sua postura, não termos por muito tempo nenhum aluno para atender, porque quantos alunos temos hoje com o ensino médio já concluído para ingressar em um curso técnico? O número de pessoas portadoras de deficiência e dificuldade de aprendizagem que não chegam a concluir o ensino médio é tão grande que fica difícil até de ter clientela. A minha esperança é que como esse movimento de inclusão veio como uma exigência da sociedade para dentro da escola. O legislador

sofrendo a pressão social cria Leis para respaldar aquele desejo da sociedade, mas as leis são fáceis de serem dribladas. Todas as escolas públicas ou privadas, obrigatoriamente, terão que oferecer cursos de qualificação profissional. A escola particular quando oferece, cobra. A clientela já é carente e para lá não vai. Na escola pública, em função das políticas que estão definidas, em relação à divisão do orçamento o aluno do CEFET não é contado, dessa forma o CEFET abre vaga para o curso técnico do ensino médio, pois esse é contado, o orçamento é dividido em função do número de alunos que o CEFET atende, se o aluno de qualificação profissional não é contado na distribuição de recursos, ele utiliza recursos: professor, material, laboratório, não podemos também crucificar os dirigentes dos CEFETS, eles também têm que sobreviver, pois a verba é curta. Nas escolas que tem uma gestão participativa, o diretor escuta os professores na hora de distribuir os recursos e eles dizem, temos tantos alunos no curso técnico, tantos no tecnólogo, tantos no ensino médio, a divisão do recurso passa por aqui. Ninguém fala nos cursos de qualificação profissional. Para manter uma turma de pessoas com deficiência num CEFET, ou numa escola técnica, quem banca é a escola. Recentemente começamos a apresentar alguns projetos específicos para essa clientela e começamos a receber os recursos.

Voltando ao tema inicial, educação profissional, educação especial tem tudo a ver, há uma interface natural, o que as pessoas que tenham algum tipo de deficiência buscam. Elas buscam o emprego e para isso é necessário ter uma profissão, não só os deficientes, qualquer pessoa, mas vamos restringir ao caso dos deficientes, eles precisam dessa formação, dessa qualificação e são excluídas da escola.

Faço uma previsão otimista, muito em breve estarão chegando às portas das escolas uma demanda cada vez mais crescente, porque as Prefeituras já estão tomando providências, com relação às séries iniciais e esses alunos chegarão no ensino médio e nos CEFETs, e temos que estar preparados para recebe-los. Temos que incluí-los e não integrá-los. Temos que nos adaptar para recebe-los.

O professor tem que ter uma formação que o ajude a atender essa clientela, com a formação que temos hoje é praticamente impossível. Temos medo e por isso negamos a presença desses alunos dentro das nossas escolas. O professor que tiver uma formação terá uma clareza que o ajudará, não existem metodologias para atender essa clientela, existem recursos tecnológicos, por exemplo, para resolver o problema de um aluno de baixa visão e a escola dispor de recursos que o auxiliem no aprendizado, o problema dele estará resolvido. Se para um aluno com surdez, a escola dispor de material visual suficiente para ele aprender, ele conseguirá aprender a ler, a escrever e é claro, aprende de uma forma diferente das pessoas que ouvem. O professor tem que estar preparado para entender isso, ao corrigir, por exemplo, a redação de um aluno que é surdo o professor de português não poderá utilizar o mesmo critério que utiliza para corrigir a redação de um aluno que é ouvinte.

A escola terá que se preparar para receber a nova clientela, desde a Direção, procedimentos administrativos e rotinas terão que ser revistas, senão o aluno já vai embora da portaria mesmo, por exemplo, se chega um surdo na secretaria de uma escola terceirizada, tenta se comunicar, usar o código de libras com o guarda da portaria que vai falar com ele como se ouvinte fosse, sem dar importância ao fato de ser ele portador de deficiência. Se o dirigente da escola não tiver interesse nesse preparo, os professores terão que brigar muito mais.

A escola terá que buscar parcerias, pois o objetivo de toda essa formação acadêmica é a empregabilidade.

Em Santa Catarina estamos tentando criar o “Portal de Empregabilidade de Pessoas com Deficiência”, o artigo primeiro do estatuto diz o seguinte:

Artigo 1º: “A rede Catarinense de empregabilidade especial, doravante denominada RCEE, é uma Organização não Governamental configurada como Entidade sem fins lucrativos que representa Órgãos Públicos e Privados voltados ao atendimento e desenvolvimento de pessoas com deficiências”.

Artigo 2º: “Constitui a finalidade da rede, a mobilização, articulação e incentivo às ações dos aludidos órgãos e destes com as outras Entidades Públicas ou Privadas, no sentido de promover e desenvolver programas e projetos de formação e qualificação profissional de jovens e adultos com deficiências, com vistas à inserção no mercado de trabalho.”

Artigo 15: Fala dos membros fundadores, mas abre espaço para todas as Instituições. Então citarei alguns dos membros desse Portal:

-CEFET.

-A Fundação Catarinense de Educação Especial.

-A Secretaria Estadual de Educação, através da gerência de educação profissional.

-As Secretarias Municipais de Educação da Região da Grande Florianópolis.

-SENAI, SENAC.

-Universidade Federal de Santa Catarina.

-DESC.

-As APAES, que estão distribuídas ao longo dos Municípios do Estado.

-O Instituto Guga Küerten.

-ABRH, Associação Brasileira de Recursos Humanos.

E mais 40 associados. Qual é o objetivo desse Portal? Cada uma dessas Instituições vai disponibilizar o que tem a oferecer, então o CEFET vai dizer, tenho tantos laboratórios, tantos professores dispostos a trabalhar na qualificação ou na formação de alunos, nessas áreas, podemos oferecer tais e tais turnos. Porque, às vezes, eu não tenho o curso, mas a APAE pode ter o curso e o CEFET pode ajudar com um professor, com os laboratórios. O importante é que as Instituições se ajudem. Se determinada Instituição não sabe trabalhar com os cegos, por exemplo, a ACIC sabe, mas pode ser que não tenha o laboratório que nós temos. Então fazemos um convênio e vamos formar.

Temos esperanças de conseguir formar e empregar as pessoas portadoras de deficiências, porque até agora conseguíamos formá-los, mas não conseguíamos empregá-los e a decepção era maior.

Muito obrigado.

15/12/2005 – Quinta-Feira.

3º Painel: “O Papel do Sistema “S” na Questão da Inclusão – Ações Desenvolvidas”.

Painelistas:

- . Professora Loni Elisete Manica - representante do SENAI Nacional
- . Professora Soraya Santos - representante do SENAT Nacional
- . Professora Deimiluce Lopes Fontes - representante do SENAR Nacional

Coordenação: Prof. Isa Luíza da Silva - Assistente do Programa TEC NEP

Profª Isa Luíza da Silva:

Bom dia a todos e todas aqui presentes neste Seminário, quero agradecer a presença de vocês e principalmente aos professores que compõem esta Mesa. Dando início a esse debate, passo a palavra para a Professora Deimiluce Lopes Fontes.

Profª Deimiluce Lopes Fontes:

Bom dia a todos. Desde já agradeço ao Professor Franclin Nascimento, o convite.

Vou apresentar o trabalho que o SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, tem desenvolvido nesse ano de 2005.

Talvez nem todos conheçam o trabalho específico do SENAR, porque ele está tão escondido no meio rural, trabalhando com o homem do campo e nós descobrimos que há muitas pessoas com deficiências no meio rural, que precisam de uma profissão e um atendimento específico.

Para isso, criamos esse ano, o APOENA – Programa de Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais nos Eventos do SENAR, porque dizemos “eventos do Senar”? Porque trabalhamos com as duas vertentes, promoção social e formação profissional dentro de uma mesma Instituição.

O nome APOENA vem de um mito muito grande em relação à deficiência. As pessoas tendem a enxergar, primeiramente, a cadeira de rodas, a orelha que não está ouvindo, o olho que não está vendo e as pessoas com deficiência, elas não são a deficiência, elas são pessoas, e APOENA quer dizer justamente isso: “aquele que enxerga longe”, porque precisamos trabalhar numa perspectiva em que possamos ver a pessoa, antes de sua deficiência.

Quando trabalhamos nessa perspectiva: enxergando uma pessoa que aprende, que é capaz, tem habilidades próprias, antes de sua deficiência, vamos conseguir trabalhar com essas pessoas e a inclusão se tornará muito mais fácil, a partir do momento que a doença deixar de ser um mito e passarmos a enxergar, antes de tudo, a pessoa.

O APOENA vem trabalhando essa desmistificação com os instrutores, com os mobilizadores, com todos os agentes que trabalham na formação profissional e na promoção social do SENAR.

No meio rural foi quantificado que existem 5 milhões de pessoas com deficiência, um total de 15% da população.

Como podemos incluir, num ambiente tão atípico para nós do meio urbano, uma pessoa com deficiência, no meio rural. As adaptações físicas são praticamente impossíveis. Temos atividades muito práticas, tem ambientes protegidos, mas lembramos que essa pessoa já está no meio rural, já está adaptada para ir da sua casa até o curral, da sua casa até os tanques de piscicultura, ela já está adaptada a esse meio com tantos obstáculos. Percebemos então, que temos que trabalhar na questão atitudinal, como é que o nosso instrutor está recebendo esse deficiente.

Trabalhei com surdos há muito tempo e descobri que precisamos nos comunicar com ele, pois se não se comunicar bem com ele, não vai atingir eficácia no trabalho com ele. Com as outras pessoas também é assim, nós precisamos nos comunicar.

Estamos trabalhando numa perspectiva atitudinal, de comunicação. Nosso instrutor está sendo treinado para comunicar com essa pessoa, com esse cadeirante, por exemplo: dizendo, lá na horta que você quer trabalhar é seu direito se inscrever nos nossos eventos para trabalhar com horticultura, como então, você pode trabalhar nesse meio, sentindo-se confortável. O instrutor deve sempre perguntar para a pessoa deficiente, o que ele pode fazer para o ambiente rural tornar-se acessível.

Como é um Programa muito novo e ser num ambiente peculiar, escolhemos trabalhar com poucas regionais, por enquanto, são seis meses de trabalho, então estamos trabalhando com as regionais de Mato Grosso, São Paulo, Espírito Santo, Distrito Federal, Alagoas e Piauí, pensamos regionais específicas, e parâmetros regionais chave, para que a partir do ano de 2006, o Programa possa se expandir.

Estamos trabalhando na perspectiva da inclusão, não é só a pessoa com deficiência que precisa ser incluída, mas também aquela pessoa que nunca trabalhou com deficiência precisa se sentir incluída. A inclusão é uma troca, não pode ser um caminho de uma só direção, a pessoa com deficiência também precisa se dispor a estar incluída no ambiente que lhe for oferecido com comunicação. A partir do momento que um cadeirante nos diz, não estou me sentindo bem aqui, não estou tendo espaço para me locomover, dentro da minha possibilidade, com certeza os agentes do SENAR, que já foram treinados, estão filtrando seus olhos para tirar a maioria dos obstáculos para essas pessoas e quando for impossível remover esses obstáculos, que ela então se comunique com a pessoa e pergunte, o que eu posso fazer para tirar você aqui do ambiente da sala de aula, são extremamente práticos, mas terão um momento teórico. Quando ela for mexer com bovinocultura de leite é um direito dela estar perto do animal.

A habilidade de comunicar é a principal barreira que temos conseguido derrubar no meio rural.

Nessas seis regionais, 200 agentes foram treinados. O treinamento tem como base dois documentos: embasamento legal, compilamos a maioria dos documentos específicos para as pessoas com alguma deficiência (OIT, MEC, CORJE), e o Manual Técnico também teve uma grande ajuda do MEC e da CORDE para a construção do nosso embasamento teórico para se trabalhar com essas pessoas.

Os veterinários e agrônomos, não tem nenhuma formação pedagógica para trabalhar com educação, eles não foram preparados para isso, que dirá para receber dentro de sala de aula, na educação profissional, a pessoa com deficiência. Os agentes passam por um treinamento didático-pedagógico e ainda, com essas dicas atitudinais para melhorar a sua comunicação com essas pessoas.

O treinamento é muito didático e lúdico quando faz com que as pessoas experimentem um pouco a sensação de estar tolhido de uma das suas capacidades. O nosso instrutor se coloca o mínimo possível no lugar dessa pessoa, para quando ela no evento um deficiente, ela possa proporcionar o máximo de acessibilidade.

Nos eventos de promoção social e formação profissional, em seis meses já foram atingidas 1.250 pessoas nas seis regionais. A regional de Alagoas vem surpreendendo por ser um ambiente tão específico. Para nós é um número importante pois dá uma progressão do que pode acontecer quando o programa for expandido para outras regionais no ano que vem. Para isso temos buscado parcerias nos Estados, pessoas que saibam lidar com a deficiência para que nos ajude, para que estejam nos eventos ajudando os instrutores que estão na formação profissional rural a incluir. Temos encontrado pessoas amarradas em árvores, com coleira, enjauladas, e em alguns depoimentos pessoas com deficiências já disseram “eu gosto do instrutor do SENAR porque eles não batem na gente”. Precisamos ver em que ambiente e em que condições o deficiente da área rural está vivendo, o que ele está enfrentando? Por isso convidamos outras instituições a darem as mãos ao SENAR e se tornarem APOENAS, para enxergar antes de tudo, a pessoa e não a deficiência dela.

Muito obrigada.

Prof. Soraya Santos:

Bom dia a todos. Represento o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT Nacional. Assim como o SENAR, o SENAT não é tão conhecido como o SENAI ou SENAC, que são mais antigos. Temos cerca de 12 anos e nesse último ano, 2005, começamos um trabalho mais intenso com relação a esse público específico, os portadores de deficiências.

O SENAT tem como missão: “Desenvolver e disseminar a cultura do transporte, promovendo a melhoria da qualidade de vida no desempenho profissional do trabalhador, bem como a formação, qualificação de novos profissionais para eficiência e eficácia dos serviços a serem prestados à sociedade”.

O nosso foco é o setor de transportes, prioritariamente, o setor rodoviário e o setor de cargas, isso não quer dizer que não desenvolvamos atividades para os outros setores, para os outros modais, ferroviário, aeroviário, aquaviário. Pensando nisso, entendemos o ser humano como um todo, ele precisa de educação, de cultura, de lazer, ter a sua saúde em dia. Por isso nós temos serviço de assistência médico-odontológica, oferecemos atividades de esporte para eles.

Temos uma estrutura que está totalmente capilarizada no país. Temos em funcionamento 110 unidades, sendo 56 CAPTES e 54 PATES. CAPTES são estruturas maiores que nós temos, normalmente localizadas dentro das cidades e PATES, são estruturas menores localizadas nas estradas, em virtude do nosso público, porque lidamos muito com os caminhoneiros, então para atendê-lo é muito mais fácil que estejamos no local de trabalho dele.

Nossas bases são todas interligadas, por isso nossos serviços são todos interligados.

Para o público específico, portadores de necessidades especiais, temos atividades que são regionais e temos algumas atividades nacionais. Como atividade regional, temos uma parceria com o MONOTRANO, Mato Grosso do Sul, o Projeto “Ir e Vir, Direito de Todos”, é um projeto que está sendo desenvolvido para capacitar as pessoas a lidarem com o portador de deficiência. Uma coisa que observamos é que, muitas vezes, não sabemos como nos aproximar, como lidar com a pessoa com deficiência. As pessoas ficam com receio de abordar, temos muita dificuldade com isso. Todas as ações do SENAT são no sentido de esclarecer a população como um todo e como abordar essas pessoas, porque são pessoas como nós, que tem sentimento, que tem vontades, que tem desejos, que se

sentem acuadas, que são felizes muitas vezes, que também tem momentos de tristeza, como todo mundo, só que nós temos dificuldades de nos aproximar.

Em São Paulo desenvolvemos um curso presencial chamado “Adaptação ao veículo para pessoas portadoras de necessidades especiais”.

Aqui em Brasília, nós temos na nossa unidade, na escolinha de esporte, um trabalho específico com portadores de deficiência em diversas modalidades de esportes.

Como ações nacionais oferecemos bolsas de estudo, também no sentido de estar promovendo a inclusão social desses portadores de deficiências. Em todos os nossos cursos temos uma bolsa de estudo para um público que muitas vezes não tem a oportunidade de estar se qualificando, dentre eles, os portadores de deficiência. Pensamos que essa seja a nossa maior ação e contribuição. Temos uma parceria com o Ministério das Cidades, com o Programa Brasil Acessível, desenvolvemos um curso via web, chamado “Transporte Para Todos”. Esse curso foi lançado em junho de 2005 e o público alvo dele são os profissionais do setor que necessitam adquirir ou aperfeiçoar conhecimentos, para valorizar, conhecer, receber, trabalhar com pessoas com restrição de mobilidade e deficiência.

Esse curso foi dividido em 8 módulos. Tem carga horária de 12 horas e foi desenvolvido para estarmos capacitando motoristas, cobradores, fiscais, despachantes, todo o pessoal do Setor de Transporte, contudo, toda e qualquer pessoa pode fazer este curso. É gratuito, qualquer pessoa que tenha acesso à internet pode entrar no “site”, solicitar sua matrícula e fazer o seu curso, de acordo com a sua disponibilidade de tempo.

Nesse curso, já treinamos cerca de 3 mil pessoas. É um curso que foi lançado este ano, no próximo ano temos a intenção de intensificar o treinamento, a utilização desse curso. Temos uma meta a cumprir com o Ministério das Cidades que é a de treinar 100 mil pessoas dentro do Setor de Transporte, nos próximos cinco anos. É uma meta ousada, que com certeza, conseguiremos.

Agradeço a todos e estamos à disposição para esclarecer qualquer dúvida.

Muito obrigada.

Loni Elisete Manica:

Bom dia a todos. Represento o Departamento Nacional do SENAI, e vou falar sobre o Programa SENAI De Ações Inclusivas.

O nosso Programa nasceu junto com o TEC NEP, começamos as nossas reuniões em 1999 e em 2000, deslançamos [...] e mais ações relacionadas ao Sistema “S”.

Esse Programa nasceu antes mesmo do Decreto 3298, com a vontade de capacitar deficientes. Nosso foco era esse.

Ele nasceu como Projeto PNE, Projeto das Pessoas com Necessidades Especiais e a sua inclusão no mercado de trabalho.

Quando falamos de necessidades especiais, estamos indo além das deficiências, falamos em condutas típicas e altas habilidades. Em 2004 esse Programa passou a chamar-se “Programa SENAI de Ações Inclusivas”, e ele abraça outra vertente que chamamos de “REG”, Raça, Etnia e Gênero.

O objetivo desse Programa é capacitar os deficientes para o ingresso na indústria, porque o nosso Sistema trabalha para a indústria e expandir os programas de raça, etnia e a questão da mulher nos cursos estigmatizados para homens, especialmente cursos de mecânica, azulejarias, esses cursos que nós tínhamos como estigma de homens, hoje estamos trabalhando para o ingresso das mulheres.

O compromisso da educação profissional com a igualdade de oportunidade.

Em 1999, criamos uma metodologia. Chamamos de um passo a passo e foi testada durante 2 anos, em cinco Estados. Essa metodologia tinha que ter um apoio e buscamos esse apoio junto com a Secretaria Especial, na época, e houve uma receptividade e conseguimos fazer essa metodologia acontecer nas escolas.

Essa metodologia constava desde a adaptação das escolas, capacitação dos docentes, criação do GAL – Grupo de Apoio Local.

O grupo de apoio local, é um grupo de pessoas que se reúne quinzenalmente, mensalmente e que são pessoas da comunidade, um representante do SENAI, um representante da APAE, um representante da PADA, um representante das várias instituições locais que trabalham para a sua comunidade e também as adaptações de material didático. Nós tínhamos uma contrapartida com a Secretaria de capacitarmos em torno de 400 deficientes e na nossa experiência capacitamos mais de 1.400. Com esse resultado vimos que poderíamos alavancar o Programa.

As estratégias usadas para implementar nossa metodologia foram: sensibilização com as empresas procuramos atingir o empresário para receber o deficiente que nós capacitamos. Existe um serviço de supervisão em muitos departamentos regionais que acompanham esses alunos nas próprias empresas e esse setor para firmar convênios com as escolas, os CEFETs e também o Sistema “S”.

O SENAI tem trabalhado muito em parceria com a rede federal. Estamos sempre em contato com a SEESP, com a SETEC, temos procurado fazer um trabalho em conjunto e em alguns Estados, trabalhamos junto com os CEFETs.

Como trabalho amplo tivemos a capacitação dos nossos docentes no código de libras para surdos e tivemos um curso que foi um verdadeiro desafio, pois colocamos professores surdos para trabalhar na capacitação de nossos docentes, à distância, num curso de libras. Como conseguimos fazer um curso à distância de língua de sinais? Temos uma rede de info-voia que possibilita que possamos capacitar através da vídeo-conferência. Nossas aulas eram através da vídeo-conferência, colocamos duas professoras surdas, aqui em Brasília, que trabalhavam à distância e um metodologia foi montada e nos departamentos regionais tinham um surdo da comunidade que acompanhava nossas aulas, até porque tem algumas palavras que são diferentes. Esse curso bem sucedido foi, inclusive, apresentado em um seminário sobre surdez em Cuba, por ter tido uma repercussão muito boa. Nós formamos cerca de 230 docentes.

Tivemos dois cursos da escrita braile para os docentes do SENAI, para que o docente pudesse conhecer o que é a escrita em braile, o que é a caneta, o que é o trabalho que o deficiente visual faz, então preparamos junto com a Secretaria de Educação Especial, um curso de braile à distância. Formamos a primeira turma, a segunda e no dia 23 de novembro de 2005, lançamos a turma desses docentes de atualização do Sistema braile. Ouve algumas modificações, então montamos um curso de atualização da escrita do sistema braile que deverá terminar em julho de 2006, com os professores da primeira e da segunda turma de braile.

Também capacitamos nossos docentes num curso de identificação de altas habilidades, com duração de 120 horas, para eles poderem reconhecer e identificar e realizar projetos nessa área de altas habilidades. No dia 12 de novembro tivemos a última aula de um curso também muito bom, que foi do software “virtual-vision”, com o objetivo de capacitar os docentes de informática do SENAI, para que possam atuar com alunos cegos nos cursos de informática.

Esse curso foi planejado, elaborado e ministrado pelo professor Walter Júnior, que é cego. Ele também ministrou todas as aulas à distância, os alunos tinham o software “virtual vision” instalado nos seus computadores, em cada localidade, e ele daqui trabalhava com os professores no software e “virtual vision”, no Word, no Excell, Altloke, todas as linguagens da informática. O curso foi um grande sucesso.

O SENAI adquiriu 58 licenças, além daquelas que os departamentos regionais já adquiriram para o uso do software “virtual vision”, já enviamos aos departamentos regionais e elas estão sendo colocadas nos computadores e a partir de agora não tem mais porque não capacitar aluno cego no curso de informática. Temos o docente capacitado e temos a licença nos computadores. A licença do curso foi doada gentilmente, através de uma parceria com a micropower. Este ano recebemos um prêmio da micropower, de destaque, pelo curso braile à distância e aproveitamos aquele momento para começarmos uma parceria e a empresa doou as licenças, que tem validade até 26/01/2006, para todos os alunos do curso poderem utilizar o software “visual vision”.

O SENAI também realiza um trabalho fora, ele vai até às comunidades de difícil acesso.

O SENAI tem em torno de 800 unidades, sendo 400 e poucas fixas e 300 e poucas unidades móveis. As unidades móveis vão até os locais de difícil acesso. Nós levamos os cursos para essas localidades.

Estamos preparando Kits que tenham acessibilidade. Temos o Kit de informática, o caminhão pode ter uma rampa onde pode subir um cadeirante, nossos cursos que necessitam de uma bancada maior, sendo adaptado. Vários Kits móveis que estão sendo levados, sofrem adaptações, na hora que o professor monta o kit, os deficientes ganham acessibilidade também.

Nesses Kits que vários Estados tem, vocês devem conhecer o Kit do Pan Informática para cegos, tem 6 computadores, uma impressora em braile, uma impressora de alta resolução, com a letra maior e em todos os computadores estão instalados os softwares DOS VOX, hoje o VIRTUAL VISION, que são os mais utilizados pelas indústrias, pelos empresários. Utilizamos o Virtual Vision, porque podemos compra-lo com um preço mais acessível do que o Jaws, mas é um software que tem as mesmas condições e que o empresário opta por ser brasileiro e por ser mais em conta. E os dois oferecem as mesmas condições.

Dentro do nosso Programa temos as duas vertentes: pessoas com necessidades especiais e raça, etnia e gênero.

Dentre as pessoas com necessidades especiais, esse ano fizemos a última pesquisa em julho, está no nosso site e os interlocutores têm acesso. Atendemos cerca de 19 mil deficientes em cursos técnicos e cursos de qualificação. Muito maior o número de pessoas nos cursos de qualificação porque a educação profissional no nível técnico exige uma escolaridade. A nossa estimativa até junho era de 16 mil capacitados.

No REG, temos raça, etnia e gênero com atendimento a comunidades quilombolas, indígenas e às mulheres.

É bom lembrar que no que concerne aos deficientes, nós não fazemos o trabalho acontecer, o Departamento Nacional cria o Programa e quem faz acontecer são os Departamentos Regionais. Em cada Estado temos um interlocutor, são 27 no total mais um do SETICTI, no Rio de Janeiro. São 28 interlocutores que trabalham na frente desse Programa. Levamos para eles nossos conhecimentos e eles são a ponte do Departamento Nacional com os Municípios.

Hoje temos os 27 Estados, efetivamente, dentro do Programa, trabalhando muito e capacitando. Eles colocam dentro do planejamento anual, o número de escolas que serão adaptadas. Estamos adaptando todas as nossas escolas, preparando o material didático. Temos banco de recursos didáticos, “on line”, lá já está disponibilizado muito dos materiais que nossos docentes precisam. Isso tem proporcionado para facilitar o trabalho dos nossos Departamentos Regionais.

O SENAI Nacional agradece e coloco-me à disposição.

Muito obrigada.

15/12/2006 – Quinta-Feira

4º Painel: “Ações Ministeriais de Inclusão: Alternativas em Construção”

Painelistas:

. **Sr. Renato Boareto - Gerente de Integração de Políticas da Mobilidade, do Ministério das Cidades**

. **Prof. Franclin Nascimento - Coordenador Geral do Programa TEC NEP**

. **Sr. Edison de Oliveira Viana Júnior - Coordenador Geral do Departamento de Portos do Ministério dos Transportes**

Coordenação: Prof. Narla Sathler Musse - Gestora Regional Nordeste do Programa TEC NEP

Profª Narla Sathler Musse:

Boa tarde a todos. Sejam bem vindos. Apresentaremos, nesta tarde, o Painel cujo tema é: “Ações Ministeriais de Inclusão: Alternativas em Construção”. A inclusão tem sido alvo da atenção de todos, até a Campanha da Fraternidade do Ano 2005 é relacionada à inclusão, os meios de comunicação, principalmente a Rede Globo de Televisão, têm trabalhado na divulgação dessa questão. Temos que cuidar para que não seja apenas um

“modismo”, que normalmente passa rápido e aproveitarmos esse momento em que as atenções se voltam para o tema.

Passo a palavra ao Sr. Renato Boareto, Gerente de Integração de Políticas da Mobilidade – Ministério das Cidades.

Sr. Renato Boareto:

Boa tarde a todos. Agradeço o convite.

Realizamos essa semana, no Ministério das Cidades, uma oficina de atualização profissional sobre as Leis de Acessibilidade existentes no Brasil.

O Ministério das Cidades foi criado em 2003, e tem quatro Secretarias: Secretaria Nacional de Habitação, Secretaria de Saneamento Ambiental, Secretaria de Programas Urbanos e a Secretaria de Mobilidade Urbana.

Na Secretaria de Mobilidade Urbana que estamos tendo a oportunidade de desenvolver o Programa Brasil Acessível, que vem bem de encontro ao segundo item do Tema que abordamos nesse Painel: “Alternativas em Construção”. Esse é o espírito do trabalho que estamos desenvolvendo no Ministério.

Gostaria de levantar alguns aspectos sobre o Tema:

-O Brasil nos últimos dez anos tem evoluído, principalmente no caso da mobilidade urbana que tem a ver com a construção dos espaços públicos e construção da cidade. Estamos vivendo uma evolução de conceitos. Saímos do termo “eliminação de barreiras arquitetônicas” e hoje discutimos a política de mobilidade urbana e inclusão social. Isso se refere ao modo como a cidade é construída considerando as diferentes necessidades das pessoas em circularem pelo espaço público, em se apropriarem das oportunidades que a cidade oferece.

-Outro aspecto que gostaria de colocar é que tudo que estou apresentando para vocês, são idéias, não trago dados consolidados ou idéias totalmente prontas e fechadas, muito pelo contrário, esse Programa pela sua própria característica é construído a partir das experiências Brasileiras e também da contribuição de técnicos, Universidades, Organizações Não Governamentais, pessoas com deficiência, Entidades de Pessoas com Deficiência e Para Pessoas com Deficiência, que nos ajudam na reflexão, na implementação e no acompanhamento do problema. Nos dias 12 e 13 de dezembro tivemos a Oficina de Atualização Profissional e o planejamento das ações para o ano de 2006.

-Para a mobilidade urbana temos alguns conceitos:

Pessoas com restrição de mobilidade, que é um grupo maior. Esse grupo é composto por pessoas idosas e com deficiência, dentro da definição consolidada no Brasil, apesar da Legislação Brasileira não abordar a deficiência orgânica. O Ministério das Cidades considera como deficiência orgânica, principalmente aquelas pessoas que estão em estágios finais de doenças crônicas e comprometimento de funções que acabam gerando dependência das pessoas.

-Outro aspecto é que no Brasil, acessibilidade passou a ser sinônimo de acesso à pessoa com deficiência, quando internacionalmente o conceito é mais amplo, ou seja, de acesso à cidade como um todo e às diferenças e oportunidades que ela tem. Fazemos esse registro porque queremos diferenciar acessibilidade para a pessoa com deficiência e no sentido que é internacionalmente conhecido.

-Temos também, o conceito de mobilidade urbana, que tem a ver com a capacidade das pessoas se deslocarem no meio urbano, as diferentes respostas que as pessoas dão.

Estamos saindo de uma tentativa de superar uma análise fragmentada que existe entre transporte e trânsito no Brasil, para uma política de mobilidade que envolve isso tudo e mobilidade para uma cidade sustentável.

-Outro conceito é de como se relaciona esse nosso Programa “Brasil Acessível”, com o princípio de acesso amplo e democrático ao espaço urbano, priorização de modos coletivos e não motorizados, de forma efetiva, socialmente inclusiva. O Programa Brasil Acessível trabalha com a democratização do espaço público e com a inclusão social. E tem muitos jargões consolidados como [...].

-Quais os desafios para os Municípios implantarem políticas, considerar as pessoas com deficiências e chegamos aos desafios da garantia da acessibilidade, equiparação de oportunidades, garantia de exercício de direitos fundamentais, contribuir para um processo irreversível de inclusão, que é a situação que foi colocada aqui porque não se trata de modismo, estamos falando na tentativa de uma política de Estado no Brasil e não só de uma política de Governo, que passa e é alternada democraticamente, mas uma política de Estado que permanece, considerando a troca de governos e os valores que temos que implantar no Estado Brasileiro e o apoio à organização das pessoas com deficiência, principalmente com o controle social sobre as políticas é que conseguimos, efetivamente, implantar uma política de Estado.

-Aplicar e aperfeiçoar a Legislação existente.

-Sensibilizar e conscientizar a comunidade sobre o assunto.

-Desenvolvimento de projetos em parceria, entidades, da sociedade civil.

-Elaboração de uma política pública.

-Adequação de ambientes. No trabalho de vocês, internamente, deparam-se com essa questão de adequação de ambientes para proporcionar a educação.

-Implantação de sistema de transportes acessíveis.

-Desenvolvimento da tecnologia, associada às ajudas técnicas e à responsabilidade do Ministério das Cidades.

-O Programa é o resultado de um processo de discussão com a sociedade civil, existem mais de cinquenta Entidades profissionais acompanhando esse Projeto conosco, o próprio CONADE. No Governo Federal temos a CORD, que é a Coordenadoria dos Direitos da Pessoa com Deficiência que procura estimular todos os Ministérios, desenvolve a formação de conselhos de direitos da pessoa com deficiência.

O Programa “Brasil Acessível” é parte de contribuição do Ministério das Cidades para essa política do Governo Brasileiro. Ele atua sobre o espaço urbano, temos um foco muito específico. É sobre a mobilidade, espaços públicos, serviços de transporte, locais de uso coletivo.

O objetivo do Programa é o apoio aos Estados e Municípios, na elaboração e implementação de suas ações. Como que o município implanta transporte acessível, como adequar a sua Legislação Municipal, seja ela plano diretor, código de obras, considerando as leis de acessibilidade. Por onde o Município começa um Programa de Acessibilidade, constrói rampas, constrói perto de escolas, constrói perto do posto de saúde, como ele articula as ações internas para desenvolver a acessibilidade? Porque o planejamento e gestão do Sistema de Transporte, uso do solo, plano diretor, código de obras é de responsabilidade das Prefeituras e Transporte Público é responsabilidade do Estado também nas regiões metropolitanas. Não cabe ao Governo Federal dizer o que cada

Município tem que fazer, mas o nosso trabalho é justamente disponibilizar um amplo leque de ferramentas, conhecimento, instrumentos de apoio para que eles implementem essas ações.

Buscamos uma Política Nacional, consideramos o acesso universal, espaço público, está inserido no conceito de mobilidade e o Ministério das Cidades desenvolve um processo de conferência das cidades. Tivemos a Conferência Nacional das Cidades, de 29/11 a 3/12, que envolveu mais de 3.500 Municípios, no Brasil.

O Programa Brasil Acessível atende o que foi estabelecido na Conferência de 2003.

O que compõe o Programa Brasil Acessível, temos oito instrumentos e oito ações prioritárias:

-Capacitação de pessoal. Identificamos alguns públicos que eram importantes serem trabalhados para garantia da sensibilidade, no nosso caso, operador de transporte público: motoristas, cobradores, taxistas, transportadores escolares. Pessoas que fazem atendimento público nas Prefeituras e guarda municipal.

Elaboramos um **material específico sobre atendimento adequado à pessoa com deficiência**. É uma publicação feita pelo Ministério das Cidades e vamos disponibilizar para vocês e esse é um material que serve para que qualquer pessoa trabalhar o atendimento adequado, já tivemos oportunidade de utilizar esse material em Encontros do CVI no Brasil, que foi na Bahia, Centro de Vida Independente, capacitaram todos os funcionários dos hotéis para recepcionar o Encontro. É um material extremamente útil e fazendo as devidas adequações vocês possam utiliza-los também.

Lançamos no dia 12 de dezembro de 2005, o caderno 2 do Brasil Acessível que é o **“Construindo a Cidade Acessível”** que é voltada para engenheiros, arquitetos, tecnólogos, todos aqueles que fazem projetos para Prefeituras ou contratam projetos, serve para comissões de licitação contratar projetos e também advogados, para que percebam se a Legislação Brasileira de Acessibilidade está presente ou não nos projetos e como você controla isso, são dois materiais que estão disponíveis.

O folheto do Brasil que estamos entregando, temos ele em braile e vamos enviar esse material pelo correio.

Eliminação de barreiras arquitetônicas, implantação de sistema de transportes acessíveis, difusão do conceito de desenho universal, isso tudo aplicado à construção de projetos arquitetônicos, estímulo ao desenvolvimento tecnológico, o Brasil não tem norma para fabricação de semáforo sonoro, estamos trabalhando nessa norma, estímulo à integração das ações de governo, tanto em nível Federal, Estadual e Municipal, a sensibilização da sociedade e o estímulo à organização das pessoas com deficiência.

Publicação de material informativo e capacitação, são seis cadernos, temos dois publicados, o terceiro é Aplicação da Legislação Brasileira de Acessibilidade, o caderno quatro é Implantação de Políticas locais, o caderno cinco é Implantação do Sistema de Transporte Acessível e o caderno seis é sobre Municípios.

Realização de Seminários - tivemos essa semana a Oficina de Adequação Profissional, em 2006 teremos pelo menos cinco grandes oficinas regionais de capacitação de engenheiros e arquitetos das Prefeituras.

Edição de normas e diretrizes naquilo que é de competência do nosso Ministério.

Realização de pesquisas, fizemos um levantamento em todos os 437 Municípios acima de 60.000 habitantes no Brasil, para conhecer transporte acessível.

Reimplantação de banco de dados.

Fomento à implantação de programas municipais.

Criação de novas fontes de financiamento. Liberamos em agosto de 2005, trezentos milhões de reais para os Municípios acima de 100 mil habitantes, implantar em obras de acessibilidade.

Divulgação e prevenção das boas práticas.

Foram definidas, pelo menos, três etapas em que estão os municípios brasileiros hoje: Adesão ao Programa, realização de um diagnóstico, capacitação e elaboração de um plano de intervenção e a intervenção.

O Ministério das Cidades tem possibilidade de financiar experiências e projetos de acessibilidade aos Municípios.

Fatores que consideramos na implementação dessa política: diversidade local, em termos de porte do Município, orçamento, a incidência de deficiência, tipo de deficiência, nível de conhecimento, a organização social, porque sabemos que onde você tem controle social, conselho de pessoas com deficiência, fórum, entidades, o dinheiro público é empregado de uma melhor forma e o nível de interesse local também que influencia no desenvolvimento dessa política.

Muito obrigado.

Sr. Edson de Oliveira Viana Júnior:

Senhoras e Senhores, boa tarde.

Vou falar um pouco sobre a minha história, porque como vocês podem ver na plaquinha aqui na minha frente, sou do Departamento de Portos do Ministério dos transportes. E o que isso tem a ver com a questão da acessibilidade? A questão dos transportes é muito importante para o desenvolvimento do País, em todos os níveis, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico que nos estamos falando aqui com educadores, especialistas e técnicos e ONGS. É necessário que coloquemos essas questões em pauta porque precisamos aprofundar esse debate, agora que a política vai começar a ser discutida no País.

Sou arquiteto urbanista, trabalho desde de 1994, na Companhia de Engenharia de Tráfego do Município de São Paulo e estou cedido para o Ministério dos Transportes para trabalhar na área de portos. O título da minha dissertação de mestrado, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, é "Passeios, Calçadas e Infra-Estrutura para o Tráfego de Pedestres na Cidade de São Paulo", com esse trabalho identificamos uma série de problemas referentes à acessibilidade das pessoas e à inclusão na circulação. Fazendo uma rápida abordagem sobre essa tese, São Paulo é uma cidade que tem cerca de 30 milhões de viagens diárias, que significa deslocamento de um ponto a outro, sendo que 1/3 desses deslocamentos são realizados de ônibus, 1/3 são realizados a pé e 1/3 são realizados de automóvel individual. São Paulo é uma cidade que tem cerca de 10 milhões de pessoas só na região do Município e esses 10 milhões de pessoas também andam a pé, pela cidade.

Tive a oportunidade de trabalhar na revisão da Norma 9050 da ABNT, que é da revisão de acessibilidade e encontrar alguns dos obstáculos que encontramos no cotidiano das cidades. Deve-se destacar a privatização da ABNT, que do ponto de vista técnico e tecnológico foi um retrocesso no País, isso deve ser colocado em discussão porque não temos mais o espaço da norma, da normativa, para indicar as melhores práticas a se realizar na cidade, a se realizar nos edifícios, a se realizar nos equipamentos urbanos, que temos que fazer para as pessoas.

O Ministério dos Transportes, até o Governo passado, envolvia essa questão o Sr. Renato Buareto colocou que é a acessibilidade e do transporte urbano. Felizmente foi criado o Ministério das Cidades e este tem implementado políticas de acessibilidade e de inclusão nas áreas urbanas, então nós separamos o transporte urbano do transporte de longo curso, do transporte intermunicipal, transporte de cargas. Esse foi um grande acerto desse Governo como demonstrado brilhantemente pelo meu antecessor.

No Brasil a situação que nós vivemos é tão crítica, que a presença de um sistema de transportes urbano intermunicipal, de longo curso, já é por si só, uma política inclusiva, porque vivemos num País pobre. Regiões metropolitanas como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília tem oferta de transporte, nos outros Estados, em outras capitais, principalmente nas regiões do interior, observamos que a ausência do transporte é um problema, então a presença dos transportes já é um política de inclusão.

O transporte deve ser implementado, atendendo a legislação, principalmente no que diz respeito à acessibilidade.

No Ministério dos Transportes temos um Programa que é chamado “Passe Livre” . É um Programa de inclusão gerido pelo Ministério, onde são expedidas carteiras que dão direito aos idosos e aos deficientes se deslocar em transporte intermunicipal, seja ele, ferroviário, rodoviário ou hidroviário, gratuitamente.

Vamos imaginar a região da Amazônia. Naquela região, grande parte dos deslocamentos são realizados de barcos. Os barcos são desenhados de forma inadequada porque a carga viaja junto com o passageiro, esse já é um problema que temos que começar a refletir. Quando um barco começa a jogar muito, a carga se movimenta e o centro de gravidade da embarcação se desloca e esse barco pode virar, levando centenas de pessoas, às vezes, à morte em uma situação de acidente desfavorável. Precisamos adequar o sistema de transporte intermunicipal do Brasil, às pessoas.

Quando pensamos nas pessoas, pensamos em políticas inclusivas porque temos que adequar o sistema de transportes às pessoas com a perspectiva de que, as pessoas envelhecem, mudam a sua condição de mobilidade, são portadoras de deficiências em diversos níveis, em diversos graus, em diversas escalas, portanto, essa discussão, esse debate de como adequar o sistema de transportes às pessoas é fundamental. Nas embarcações da Região Amazônica. Primeiro: tem que separar a carga do passageiro. Segundo: temos que ter pontos, trapiches, áreas de embarque, de desembarque acessíveis, com rampas adequadas.

Essas imagens que coloquei são situações clássicas do sistema de transportes, se considerarmos o transporte ferroviário de passageiros, por exemplo, que foi completamente retirado do cenário dos transportes, as ferrovias não transportam mais pessoas, temos regiões no Brasil que estão completamente sem acesso por ferrovia. Isso ilustra um pouco a desorganização do sistema de transporte como um todo. Precisamos ter políticas de fomento do sistema de transporte para as pessoas e dentro de uma política de Brasil acessível como foi colocado anteriormente, ou seja, temos que dar condições de todas as pessoas poderem se deslocar dentro das políticas inclusivas e com desenhos adequados. Hoje os ônibus urbanos que vemos por aí, são verdadeiras escadas para se acessar, são

caminhões adaptados, com diferenciais altos. São equipamentos adaptados, são veículos de carga adaptados a transporte de passageiros. Precisamos começar a desenhar, a colocar na ponta do lápis e o trabalho do educador é esse, começar a desenhar esse novo sistema de transportes no País, a partir da sala de aula, com essa perspectiva crítica o aluno começa a identificar filões de trabalho.

Eu gostaria de falar um pouco sobre o processo da automação no trabalho e o processo de desenvolvimento tecnológico no trabalho é fundamental para políticas inclusivas no trabalho, ou seja, quando carregávamos um navio, nos anos XX, ele era embarcado com sacos de 50kg, e os trabalhadores levavam dois a três sacos nas costas e alguns estivadores chegavam a levar seis. Ele tinha é lógico, um problema de coluna após alguns anos de trabalho e gerava um passivo trabalhista gigantesco. Com o advento do container conseguimos colocar esse trabalhador sentado com Joystic operando um equipamento bastante sofisticado. Esse trabalhador não precisa ter mais aquele perfil de atleta, que tinha o estivador, não vai precisar condenar o resto da sua vida a um problema de coluna e temos condições de agregar novas categorias de trabalhadores. Nosso Governo, por exemplo, pela primeira vez contratou para a Guarda Portuária, no Estado do Rio de Janeiro e no Estado de São Paulo, mulheres. Com o advento da tecnologia, da tecnologia da informação, as pessoas podem trabalhar em todas as funções, não existe mais uma função específica para um tipo de trabalhador ou para outro tipo de trabalhador.

Portanto, o desenvolvimento tecnológico e a automação do trabalho são fundamentais para que tenhamos políticas inclusivas no trabalho. Podemos ter uma política de automação onde o processo de inclusão no trabalho se dê, mas sem prejudicar a empregabilidade dentro da economia nacional.

O que eu tinha para dizer é basicamente isso, acho que podemos aprofundar o assunto nos debates.

Agradeço a todos e estou à disposição para esclarecer e dirimir as dúvidas.

Prof. Franclin Nascimento:

Boa tarde a todos e todas. Saúdo a Mesa e aos colegas aqui presentes.

Estamos discutindo nesse Painel, políticas públicas de inclusão, com certeza todos os Ministérios desenvolvem políticas, ações inclusivas, no entanto, não temos muito conhecimento sobre as políticas e ações de todos eles, por isso é importante esse encontro para unir os conhecimentos.

Temos certeza de que não conseguimos fazer nada sozinhos, cada um Ministério tem suas ações definidas, mas teremos um resultado melhor, se somarmos esforços.

O Ministério da Educação liberou um recurso de R\$ 5.000,00 aos núcleos do TEC NEP já constituídos e com certeza essa verba ajudou a iniciar um trabalho que mostrou que o Programa TEC NEP tem interesse em tê-los como parceiros.

Gostaria de refletir um pouco com vocês sobre o cenário do Brasil na educação inclusiva.

Temos tentado a construção de uma consciência crítica a cerca dos direitos da pessoa com deficiência. Temos muitos instrumentos legais e a implantação de sistemas educacionais inclusivos.

O Ministério da Educação não conseguiu institucionalizar sistemas educacionais inclusivos, nós fazemos ações isoladas. Temos aqui uma representatividade bastante considerável da rede tecnológica e ao longo de cinco anos do Programa TEC NEP, temos mais ou menos as mesmas pessoas que compraram a idéia de se trabalhar um sistema inclusivo na rede federal de educação. Porém, o interesse pelo Programa está se expandindo e hoje temos pessoas novas, inclusive da alta gestão, diretores tem participado desse nosso trabalho.

No Ministério da Educação, o SETEC tem buscado parcerias para pensar o conceito de inclusão.

O Programa TEC NEP já pensa a questão da acessibilidade em um desenho universal. Até a pouco tempo cada um cuidava da sua parte e não transformavam as ações de uma forma coletiva.

Dentro do Ministério da Educação temos secretarias-fim, com ações voltadas para a inclusão, e aí cito a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, com o Programa TEC NEP, a SEESP que é a Secretaria de Educação Especial, a SECAD que é a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e temos a SEED, que é a Secretaria de Educação à Distância, essas secretarias têm a preocupação com a questão da inclusão e cada uma desenvolveu, dentro de sua área específica, uma estratégia que busca a inclusão.

O Programa TEC NEP tem procurado essas parcerias. Na rede federal, as instituições procuram fazer a quebra de barreiras arquitetônicas, com ou sem o TEC NEP, mas sempre completamos.

Esse Seminário que estamos desenvolvendo é uma ação maior do Programa TEC NEP, mas fizemos vários Seminários Estaduais de Sensibilização durante esse ano. Para esses Seminários convergiam Secretarias de Estado da Educação, ONGS, Associações voltadas para o tema e foram interessantes e tivemos mais de mil pessoas participando das ações.

O Ministério da Educação tem a preocupação de somar ações de inclusão com as quatro secretarias-fim, que nós pontuamos e outras que fazem parte, por exemplo, a Câmara Temática de Educação Especial, que conta com o Instituto Nacional de Educação de Surdos, com o Instituto Benjamin Constant, CAPES e INEP. Com essa grande representatividade do MEC, estamos dizendo que queremos institucionalizar, via Ministério da Educação, a ação de inclusão.

A nossa grande indagação é como podemos institucionalizar políticas de educação profissional inclusiva?

Temos algumas instituições da rede federal que são referência e elas não chegaram onde estão hoje, facilmente, foi um processo trabalhoso.

Podemos nos espelhar nelas, porém não nos fixarmos somente a isso.

O Ministério da Educação, especificamente a Secretaria de Educação Tecnológica, está à disposição para essa discussão, tanto no nível de gestão central do Programa TEC NEP, como de Assessoria do Departamento de Política e Articulação Institucional.

Obrigado.

5º Painel: “Formação de Profissionais para uma Educação Inclusiva”.

Painelistas:

. **Prof. José Francisco de Souza - representante do Instituto Benjamin Constant**

. **Profª Sandra Alonso Oliveira - representante do Instituto Nacional de Educação de Surdos**

. **Prof. Vilmar Silva - representante do Núcleo de Apoio aos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais do CEFET Santa Catarina**

Coordenação: Profª Nazaré Oliveira - Gestora Central do Programa TEC NEP

Nazaré Oliveira:

Boa tarde a todos. Estou muito feliz de poder participar desse Painel.

Começaremos as apresentações pelo representante do Instituto Benjamin Constant, o Professor Francisco.

José Francisco de Souza:

Boa tarde a todos. Gostaria de fugir um pouco do tema para levar vocês a refletirem sobre alguns temas discutidos aqui nesse Seminário, com também em outros passados, que é a questão da formação do profissional para atender o aluno com necessidade especial.

Quando fui alfabetizado, embora fosse uma escola especial, não havia toda essa tecnologia, não havia no Brasil, difusão de Piaget, de uma série de teóricos famosos. Embora já existisse o Paulo Freire.

A tecnologia hoje é grande aliado de todos vocês professores. Para ser professor de um aluno cego, ou com baixa visão, vocês não precisam necessariamente conhecer o braile, não precisam saber fazer altas operações com o soroban, não precisam nem sequer conhecer o software DOS VOX, que é o programa mais simples, mas vocês precisam saber três aspectos fundamentais:

-O aluno quando chega para vocês, no ensino médio e da educação profissional, ele já tem uma consciência crítica formada, uma consciência lógica formada, uma consciência lingüística formada e ele já tem uma consciência matemática formada. A função do professor vai ser sistematizar esse conhecimento que ele tem, essa consciência de mundo que ele tem e direcionar para aquele curso, aquela especialização que ele pretenda. Ele pode atuar em qualquer ramo do conhecimento que ele pretenda, independente de sua deficiência.

O primeiro passo é vocês conversarem com ele, perguntarem o que ele quer, porque que ele quer e de que maneira ele acha que pode atingir o seu objetivo.

Esse é o primeiro aspecto, conversar com o aluno, nunca trazer para ele teorias prontas, técnicas que deram certo nos Estados Unidos, na Inglaterra, no Rio Grande do Sul ou no Pará, porque cada aluno é diferente do outro. Não existe técnica, costume dizer que o magistério precisa de 50% de técnica e 50% de criatividade.

Saber que o seu aluno não é apenas um aluno de química, física ou de técnicas em edificações ou de informática, porque principalmente o aluno deficiente visual, sobretudo o cego, vocês terão que trabalhar postura, não que isso faça parte do currículo, mas deve fazer parte do relacionamento professor e aluno. Não pense nunca em estabelecer certificado por competência, para um aluno cego, pois ele pode desenvolver algumas tarefas e não pode desenvolver outras.

-Segundo aspecto: Procurar conhecer de que forma, qual a lógica interna da tecnologia que auxilia o deficiente visual, como o braile, por exemplo, você não precisa saber braile, mas você precisa saber a forma de decodificação que ele utiliza, você precisa saber que no sistema braile não existe a figura do diacrítico, que modifica o som da palavra. Então o c, vai ter uma representação e o ç, vai ter outra, a letra a, vai ter uma representação e a letra á, com acento agudo vai ter outra. Na hora da cognição influi sobremaneira.

Qualquer programa de informática ou ampliam, no caso de baixa visão, ou simplesmente lê, mas não há um programa que descreva, que estabeleça comparações entre figuras. Esse mecanismo é que vocês precisam saber na hora que vocês forem adaptar o material didático, aí é que vocês precisam saber o que deve ser representado e o que não precisa, por exemplo, se vocês estão adaptando um livro para ser transcrito para o braile, tem em determinada lição uma sala de aula com vários alunos, alguns uniformizados, outros não, com uma luminosidade baixa, com quadro-negro, enfim, quando vocês forem transcrever esse livro para o braile, precisam tirar desta figura, apenas o que for representativo para o conteúdo que vocês estiverem ministrando naquele momento. Se vocês vão trabalhar com apostila, e nela tem um gráfico estatístico. Esse gráfico estatístico começa dando a população do Município, depois do Estado, depois do País e começa a mostrar o crescimento populacional a cada censo. O que é importante nesse conteúdo que vocês estão dando é o crescimento demográfico, é o crescimento demográfico em função do alto índice de natalidade. Quando forem transcrever isso para o sistema braile, esses dados têm que ser informados à medida que o conteúdo que vocês estejam ministrando naquele momento.

Esse é o segundo aspecto. Procurar adequar o material instrucional que têm em mãos, aos conteúdos ministrados. Se você está numa aula de zoologia e quer mostrar aspectos diferenciados dos animais selvagens, passa um vídeo e mostra o leão, a girafa, o rinoceronte, os seus alunos estão vendo, mas os alunos cegos ou de baixa visão que não vêem a tela? Você precisa ter consciência de que o aluno cego vai chegar ao mesmo conceito que o aluno vidente, só que por outros caminhos, por uma via muito mais analógica.

-Terceiro aspecto: É a questão do acesso e da permanência e também, da saída exitosa desse aluno da escola de vocês.

Acho que existe uma preocupação com um problema que pode ser relativamente pequeno. Se a sua cidade tem 300 mil cegos e nenhum foi para a escola, você pode se perguntar se o seu trabalho não é devidamente compreendido por eles, será que não existe nenhum cego apto para participar do processo seletivo.

O processo seletivo, o próprio nome já diz: seletivo, se usamos o sistema de cotas podemos estar agredindo o conceito de processo seletivo. Se usamos um outro processo que não seja o seletivo e permito a entrada dele, estamos desfavorecendo a maioria da população que não é deficiente.

Acho que o CEFET encontrou a saída perfeita, preparar os alunos cegos para concorrer às vagas. Se eles passarem, ótimo, mas se não passarem, não é porque são deficientes e sim, porque mesmo que fossem videntes também não passariam. Temos que deixar de ver as pessoas com necessidades especiais, como um ser diferenciado. Se ele teve o curso preparatório e teve as condições para competir em igualdade com os outros candidatos, se ele não passou é porque não passaria em qualquer circunstância, pois são seres humanos comuns, que erram, que acertam, que são inteligentes, que são reprovados e são aprovados. Se houver apenas um cego aprovado, os outros virão como conseqüência, porque nenhum cego gosta de se sentir inferior a outro, se um passou o outro também vai passar.

Obrigado.

Prof. Vilmar Silva:

Gostaria de agradecer o convite feito pela Comissão Organizadora do Evento e também dizer que fico muito feliz quando vejo eventos dessa envergadura que procuram romper com a lógica dominante no contexto da educação brasileira e também parabenizar a todas as pessoas presentes que se engajam em lutas sociais vinculadas aos movimentos de surdos, de cegos, de cadeirantes, de garotos de rua, de prostitutas, favelados, aidéticos, porque compreendo que essa é a realidade da maioria do povo brasileiro. Uma realidade de excluído, mas ao mesmo tempo, uma realidade de luta e de resistência lógica de exclusão.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que alguns conceitos que estarei trabalhando, vinculados à educação profissional, à educação bilíngüe para surdos e a formação de professores para a educação de surdos, talvez não fiquem tão explícitos da forma como eu gostaria, mas acredito que se surgirem perguntas ao término da apresentação, podemos clarear alguns deles.

Refletir sobre a formação de profissionais para uma educação inclusiva no contexto da educação brasileira, para grupos sociais que historicamente se situam à margem dos bens materiais e de conhecimento, não é um exercício simples de ser realizado num curto intervalo de tempo, portanto, o que proponho nessa conversa é levantar alguns elementos sobre a formação de professores para a educação de surdos no contexto da rede federal de educação tecnológica, de certa forma, relatando a experiência em educação de surdos que o CEFET em Santa Catarina vem realizando a quatorze anos, através do Núcleo de Estudos e Pesquisas em educação de surdos.

Ao levantar a temática, formação de professores para a educação de surdos, no contexto da rede federal de educação tecnológica sinto a necessidade de estar discutindo outros temas, tais como: a política neoliberal e suas conseqüências na educação profissional, a flexibilização do mercado e suas conseqüências para o trabalhador brasileiro, as novas tecnologias educacionais e o processo de ensino-aprendizagem, a política de Estado-mínimo e as condições de trabalho do educador brasileiro.

A discussão sobre essas temáticas nos permitiria compreender politicamente as transformações que ocorreram na educação profissional brasileira, nos últimos dez anos, pois foi nesse período que a política de Estado-mínimo se consolidou em nosso País e ainda está gravado em nossa memória recente, todas essas transformações, principalmente as do governo de Fernando Henrique Cardoso, que passou a estabelecer uma relação íntima entre a reforma Constitucional, à retomada do desenvolvimento e a formação profissional que deveria acompanhar o avanço tecnológico de modo a atender a demanda do setor produtivo

e todos nós sabemos que foram traduzidas em forma de lei, através da LDB, Decreto, dos Pareceres e assim por diante. Isto é, o Governo Fernando Henrique Cardoso materializou os princípios que norteiam a política neoliberal da educação profissional brasileira e sempre é bom lembrar que para os neoliberais a política de igualdade não pode prevalecer dentro da lógica do capital, para eles a desigualdade é o motor do desenvolvimento individual, cuja consequência é a elevação do bem-estar social de poucos em detrimento de muitos.

Também não vou falar aqui da realidade da educação, da saúde, da habitação, do saneamento existente em nosso País. Além disso, para manter vivo o princípio da desigualdade a presença do Estado deve ser reduzida ao máximo, em todas as instâncias sociais, sobretudo na econômica, dito de outra forma, o Governo FHC nos atingiu diretamente quando dentro de tantas outras coisas, desregulamentou os direitos trabalhistas, com a precarização e terceirização da força de trabalho e, principalmente, com a destruição do poder de negociação do sindicalismo de classe.

Para nossa tristeza, o Governo LULA continuou com a mesma política de FHC, e no campo educacional apenas colocou roupagem nova no Decreto-lei 2208, isto é, criou o Decreto-lei 5154. Se tínhamos a esperança de ter o trabalho, no seu sentido ontológico, enquanto princípio educativo na educação tecnológica, essa esperança foi tolhida de forma abrupta.

Tenho a convicção de que para discutir a formação de professores para educação de surdos, no contexto da rede federal de educação tecnológica se torna indispensável ter uma leitura teórica sobre as temáticas listadas anteriormente, entretanto, nessa conversa, vou me ater a três questionamentos que estão diretamente vinculados à prática docente e que tem orientado o trabalho do NEPES, na formação de professores para educação de surdos no contexto da rede federal de educação tecnológica, isto é, qual a concepção de educação profissional para surdos que tem norteado o trabalho NEPES. Quando o NEPES pensa numa abordagem bilíngüe para educação de surdos, pensa a partir de que pressupostos. Qual a alternativa que o NEPS apresenta para formação de professores.

Para analisar essas questões, estabeleci uma aproximação teórica entre a educação profissional, numa perspectiva crítica e os estudos surdos em educação, tendo como ponto de convergência as relações de poder, quer seja capital-trabalho ou surdos-ouvinte, entretanto, não tenho a pretensão de estar fazendo afirmações conclusivas sobre essas questões, apesar de ter o máximo de clareza que é uma característica minha.

Nesta apresentação a análise também é feita a partir da leitura dos movimentos de resistência aos surdos, pouco visibilizados pela comunidade ouvinte, portanto, tento me aproximar, na medida do possível, das proposições surdas em relação a essa temática, isso quer dizer, esse debate que eu coloco aqui não se situa no campo da educação especial.

Pensando no primeiro ponto, que é a concepção da educação profissional para surdos na rede federal de educação tecnológica. Para o NEPES, pensar sobre a concepção da educação profissional para surdos da rede federal de educação tecnológica significa pensar sobre a complexidade da relação educação X trabalho, porém, vou me ater aqui apenas ao conceito de trabalho que vem norteando as atuais mudanças na educação profissional brasileira nos últimos dez anos. A reforma da educação profissional, a partir da legislação vigente, LDB, Decreto 2.208, Decreto 5154, Diretrizes curriculares, e assim por diante, fundamenta-se no princípio de que os trabalhadores devem ser preparados para o trabalho produtivo, partindo dessa premissa torna-se necessário compreender o que é trabalho produtivo na sociedade em que vivemos, para compreender a quem interessa as mudanças na educação profissional brasileira, se ao capital ou aos trabalhadores.

Na sociedade capitalista, o trabalho produtivo não é visto apenas a partir de seu resultado, pois se assim o fosse, o trabalho útil, ou seja, aquele trabalho que o homem

realiza para satisfazer suas próprias necessidades de habitação, alimentação, vestuário, seria considerado produtivo, porém, nessa sociedade o trabalho produtivo só existe quando o trabalhador em sua jornada de trabalho realiza além do trabalho necessário para satisfazer suas necessidades, um trabalho excedente, responsável pela produção de mais-valia. A mais-valia é o trabalho não pago ao trabalhador, entretanto, para o capitalista a mais-valia é a alta expansão do capital, porém, para o capital se expandir ele precisa ampliar, permanentemente, o trabalho não pago, o que o leva a investir constantemente no campo da ciência, buscando cada vez mais inovações tecnológicas e gerenciais para ampliar o trabalho excedente em benefício dos detentores dos meios de produção, isto é, as inovações tecnológicas e gerenciais têm como objetivo encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, dessa forma, o capitalista com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia está ampliando o trabalho morto em detrimento do trabalho vivo, o que tem gerado nas últimas décadas uma taxa de desemprego, que no Brasil, tem oscilado de 10% a 18% da população economicamente ativa, resumidamente, não nos iludamos, o desemprego apenas vai aumentar, dentro dessa lógica.

Portanto, uma proposta de educação profissional voltada para o trabalho produtivo, como é o caso da reforma da educação profissional brasileira, não interessa aos trabalhadores, pois ela representa sua própria exclusão do trabalho, entretanto, não é através dessa visão excludente de educação profissional que se orienta o trabalho que alguns grupos dentro da rede federal de educação tecnológica vem desenvolvendo, dentre eles, o NEPES. Para o NEPES, a educação profissional, apesar das Políticas Governamentais, também é um espaço a serviço da classe trabalhadora, quando alguns grupos de resistência formulam propostas psico-pedagógicas e tem o trabalho, no sentido ontológico, como fundamento criador da vida humana. Esse trabalho, não é o trabalho produtivo que explora criação humana, mas é o trabalho enquanto criadores de valores de uso, como trabalho útil é indispensável a existência do homem, é necessidade natural para efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, portanto, o trabalho no seu sentido ontológico é um direito do ser humano para apropriar-se, transformar, criar e recriar, mediado pelo conhecimento, ciência e tecnologia, a natureza e os bens que produz, para produzir e reproduzir sua existência, primeiro física e biológica, mas não só, também social e cultural, dito de outra forma, para o NEPES, a educação profissional para surdos, na rede federal de educação tecnológica só será útil na medida em que prepare os grupos sociais que estão à margem dos bens materiais e de conhecimento a serem também os novos organizadores sociais das forças produtivas existentes, não basta ter acesso à educação profissional, não é suficiente socializá-la, é necessário que a riqueza que os trabalhadores produzem se espalhe por toda a sociedade.

Aqui é bom lembrar uma frase do escritor russo Fiodor Dostoievski, que diz o seguinte:

“O operário da cidade e do campo fia e tece, mas, no entanto, andam nus”.

Deixo um abraço fraterno a todos vocês.

Obrigado.

Profª Sandra Alonso de Oliveira:

Boa tarde.

O Instituto Nacional de Surdos tem 148 anos, um pouco mais novo do que o IBC, e foi fundado por D. Pedro II, fica no Rio de Janeiro e é um órgão vinculado diretamente ao MEC, não possui Secretaria.

Somos uma escola de ensino especial. O surdo precisa de uma escola especial para que tenha a língua, a compreensão de mundo, para que possa ter conceitos de vida, para que possa se desenvolver.

Com a inclusão, desde que o ensino tenha qualidade, esteja dentro da lei e que possa abordar toda uma qualidade de respeito à essa diferença que vou passar para vocês:

- Capacitação continuada de professores e dos diferentes profissionais que possam atuar junto a esse alunado, como também aos alunos que estiverem junto na sala de aula.

- Uma mudança de postura profissional.

- Um aprendizado de aplicação de novas práticas pedagógicas na lida com uma nova realidade, como se comunicar com esse aluno surdo.

- Educação especial em si, tem os mesmos objetivos da educação geral e ela perpassa em todos os níveis. Desde a estimulação precoce até doutorado e pós-doutorado. Existindo o aluno especial, a educação especial está ali presente na educação básica, na educação superior, na educação de pós-graduação.

As instituições de ensino médio, profissionalizantes, necessitam capacitar seus profissionais funcionários para o atendimento desses alunos que são ingressos às classes regulares de ensino.

A educação básica já tem feito isso desde o ano 2000, o INES vem capacitando as escolas da educação básica. Hoje em dia, o MEC também vem capacitando esses profissionais. Acho de grande valor o trabalho dos CEFETs, em tentar se sensibilizar, para tentar incluir as pessoas com necessidades especiais. Se esta parceria der certo, os nossos alunos que tem alguma diferença poderão aproveitar da tecnologia que o TEC NEP possui.

Respeito ao direito, acessibilidade, a implementação de adaptações pedagógicas, currículos que atendam às pessoas com necessidades especiais, além de outras providências, temos leis que são embasamentos que dão a vocês o respaldo legal de ter uma prova diferenciada, uma avaliação diferenciada dentro de cada necessidade especial.

O conceito de inclusão tem mostrado gradualmente perceptível na sociedade.

Apresenta-se como um processo constante de evolução, recebendo muitas influências, espalhando-se em diversas regiões do mundo.

Estratégias de reformulação às oportunidades, aos direitos de uma vida digna. Uma vida digna a todos. Referindo-se, destacadamente, aos Portadores de Necessidades Especiais.

Retratar todo o avanço de uma implementação.

A inclusão induz à percepção de alguns princípios como:

- Não é só inclusão escolar, para isso é necessário que haja a inclusão social, que essas pessoas sejam aceitas como iguais. Todos nós temos nossos déficits. Todos nós somos ditos normais, não somos normais, cada um tem a sua especificidade.

A inclusão deve ser na escola, no trabalho, no lazer, no turismo, na recreação, nos serviços de informação, nos serviços de locomoção e acesso à informação.

- Um olhar sobre a surdez. Existem vários graus de surdez, vários tipos de pessoas surdas.

[...] claro que audição é um sentido de alerta, uma pessoa ouvinte, seja ela vidente ou cega vai ouvir todos os ruídos em volta, o surdo não vai ouvir, ele não tem esse sentido de alerta. Então vocês podem ver o perigo que circunda um surdo, por exemplo, se está pegando fogo no prédio, o aluno surdo está numa sala e se alguém não for lá socorrer-lo, ele não vai ouvir, a menos que ele sinta o cheiro da fumaça.

O som entra em forma de ar, faz um movimento na membrana timpânica, meche com os aurículos e entra na parte interna do ouvido que é a parte nervosa, que hoje em dia se chama orelha externa, orelha interna e orelha média. São efeitos elétricos nas células da audição, no ouvido interno, recebe a mensagem através dos nervos auditivos até a parte central do cérebro onde é captada a mensagem, codificada, decodificada, reconhecida e interpretada.

A integridade das vias auditivas é importantíssima para nós, pois o sentido da audição é o único que não se desliga, permanece ligado 24 horas por dia. Você pode estar dormindo, mas se ouvir um barulho acorda. O surdo não, quando dorme se desliga, pode cair o mundo que ele não está ouvindo. Esse sentido de alerta o surdo não tem.

O surdo que nós estamos tentando incluir agora é o surdo profundo, duro de ouvido, o surdo com amputação, o surdo que é falante de libras, língua brasileira de sinais, que é totalmente diferente da nossa portuguesa que é oral-auditiva.

A surdez pode ser congênita, que é hereditária, genética e pode ser embrionária que é intra-uterina, uma rubéola, um remédio que a mãe possa ter tomado.

A surdez pode ser adquirida, depois do nascimento pode ser provocada por caxumba, meningite.

A surdez pode ser pré-natal, antes do nascimento, perinatal, na hora do nascimento e pós-natal, após o nascimento.

Existem vários conceitos de surdez:

-A diminuição da capacidade de percepção normal de sons, dificultando a aquisição oral.

-Redução ou ausência da capacidade de ouvir determinados sons devido a fatores que afetam as orelhas externa, média e interna, podendo ser de caráter transitório ou definitivo, ou estacionário ou progressivo.

-Surdo é um indivíduo cuja audição não é funcional à sua vida comum.

Existe surdos que gostam de ser chamados de surdos e outros que não querem ser chamados de surdos e sim de deficiente auditivo, vai depender da linha, da corrente e surdo oralizado ou não oralizado. Nós precisamos saber quem é essa pessoa surda que vamos receber na sala de aula e como vamos lidar com ela, respeitando suas diferenças e especificidades.

Existem três metodologias: ruralismo, comunicação total e bilingüismo que é nossa metodologia atual, ou seja, respeito às duas línguas. Língua de sinais como primeira língua do surdo, a de fácil compreensão e natural de ser aprendida e a segunda língua é a oficial do País, língua portuguesa.

O implante coclear é um fio de cobre que emite frequências e é implantado na cóclea, acoplado por dentro do osso temporal, mais uma caixinha com aparelho e mais um ímã que cola, que abre o osso temporal para fazer conexão com o nervo auditivo.

Quanto mais cedo a criança adquirir língua de sinais, libras, ela vai começar a se compreender e ser compreendida. Familiares, profissionais, todos tem que aprender essa linguagem. A sociedade tem que começar a entender essa necessidade.

A criança se sente isolada se não tiver um contato social.

Para trabalhar em sala de aula com crianças surdas a linguagem de libras e o intérprete são fundamentais.

Segundo a legislação e a todos os movimentos existentes para mudar esse cenário, estamos tendo um ganho muito grande de que temos que ter uma avaliação, uma correção diferenciada, inclusive no processo seletivo do vestibular, valorização semântica e apoio pedagógico lingüístico da língua portuguesa, além de material ilustrativo, recursos audiovisuais.

A língua de sinais é uma língua visual-gestual que o surdo recebe pela visão e responde pelo movimento gestual e nós temos uma língua auditiva, recebemos pela audição e respondemos pela fonação, são processos totalmente diferentes: processos aferentes, referentes, tudo que ocorre mentalmente é diferente.

Nem todos os surdos conseguem se comunicar, mesmo que tenham tido anos e anos de fonoaudiólogo, tiveram treinamento de fala, a dificuldade é grande.

A libras é a língua adequada de comunicação que vai fazer o aluno surdo compreender e ser compreendido, aprenda conteúdos. A linguagem de libras é diferente em sua estrutura, portanto o aluno surdo escreverá com falta de vocabulário, omissão de conectivo, omissão de verbos, sobretudo tem uma extrema dificuldade na estruturação da língua portuguesa, porque ele pensa em outra língua, tanto na produção da fala como na produção da escrita.

Os alunos surdos têm conteúdo, tem semântica, tem coesão, eles sabem o que estão falando, eles não tem um português gramatical perfeito, mas não fogem do tema.

Os critérios para ensinar aos surdos tem que mudar e principalmente o professor tem que ter o desejo de querer mudar, se modificar e aceitar isso.

Os surdos podem se comunicar pela sua própria fala, por sinais, ou por meio de intérprete.

O problema do surdo não é a surdez, o problema do surdo que nasceu surdo, que nunca ouviu, não tem parâmetros de comparação não é não ouvir, não é a surdez em si, mas sim, o problema lingüístico que decorre da surdez, o fato dele pensar em outra língua. Portanto, se o bilingüismo começar desde cedo, aprender as duas línguas paralelamente e ter uma compreensão do mundo. Eles são capazes sim, mas precisam ser respeitados dentro daquilo que eles são. Ter intérprete de qualidade e condições para isso.

Obrigada.

16/12/2005 – Sexta-Feira

2ª Mesa Redonda: “Acessibilidade: Garantindo o Ser, Estar, Permanecer e Participar”

Debatedores:

. Professora Mônica Coeli Mesquita - Gestora Estadual do Pará do Programa TEC NEP

. Dr. Joelson Barbosa Dias - Conselheiro da OAB no CONADEE

. Profª Elizabete Pit Giacomazzi - representante do CEFET- Bento Gonçalves/RS

Coordenação: Professor Paulo de Oliveira e Silva - Gestor Estadual de Alagoas do Programa TEC NEP

Prof. Paulo de Oliveira e Silva

Bom dia a todos. Gostaria de pedir permissão ao Cerimonial para fazer uma pequena quebra de protocolo, pois não poderia deixar, nesse Seminário Nacional onde temos todos nossos colaboradores presente de fazer referência a duas pessoas: Primeiro, aquela que estava sempre à frente da educação especial e continua ainda colaborando conosco, aquela mulher batalhadora que, particularmente, me incentivou para que eu continuasse neste Programa TEC NEP, Professora Luzimar, que aqui está presente, foi ela que deu todo o incentivo e apoio na hora que eu queria fraquejar.

Pela SETEC, esse nobre amigo e irmão, que eu chamo de “embaixador da rede federal de educação tecnológica”, com aquelas relações humanas que lhe é peculiar, sempre tem recebido as nossas reclamações, nossas pauladas e ele sempre com aquela educação, mas com aquela preocupação, que não deixa transparecer para nós que a coisa está esquentando, esse cidadão, esse professor, esse batalhador que eu conheci desde o “Plano Decenal de Educação para Todos”, em Natal-RN, esse é o Franclin, que também nos incentivou nas horas mais difíceis desse Programa, quando ainda era projeto. Hoje temos aqui alguns dos nossos colaboradores, amigos que nos acompanharam como o Juarez, o Zé Luís, a Narla, arengueira, Isa. Desculpe aqueles que eu não mencionei. Eu não poderia deixar passar esta oportunidade para fazer esse agradecimento e reconhecimento a todas essas pessoas, ainda mais que estamos no final do ano e talvez não tenhamos oportunidade de fazer nossa confraternização.

Muito obrigado a vocês que nos apoiaram nas nossas ações, nos nossos Estados.

Existe uma frase que diz: “O deficiente não quer o peixe e não quer que ninguém o ensine a pescar, mas apenas que ofereçam acessibilidade para chegar à beira do rio.”

Para dar início aos nossos trabalhos, vamos convidar Mônica Mesquita Coeli, Gestora Estadual Pará do Programa TEC NEP, que vai ter a oportunidade de falar sobre acessibilidade, que é um tema importantíssimo para inclusão.

Profª Mônica Coeli Mesquita

Bom dia a todos. É um prazer estar aqui com o intuito de passar para vocês um pouco da nossa experiência na vontade de construir acessibilidade na nossa escola. Quando temos a vontade, quando acreditamos, vamos abrindo caminhos, contagiando e conquistando.

Esse trabalho começou na nossa escola em 2002, no momento das parcerias feitas com a SETEC e com a SEESP, não tínhamos nenhum trabalho sistematizado de inclusão na nossa escola. Tínhamos recebido alguns deficientes, mas que passaram anonimamente por lá.

A primeira coisa que fizemos foi buscar, conhecer, como que Castanhal no Pará, atendia os deficientes e encontramos uma realidade fragmentada nesse atendimento, sem articulação. A primeira coisa que fizemos foi congregar todos no nosso Núcleo, a Prefeitura, a APAE, a Polícia Militar, através da equoterapia e a Associação de Deficiente. O nosso Núcleo foi criado com todas essas pessoas, além dos servidores da nossa escola. Acreditávamos que o Núcleo deveria ter a participação de todos e a escola para ser um foco de ações, ela tinha que estar junto com a comunidade.

Levamos para dentro da nossa escola, um representante da Associação de Deficientes, para trabalhar como nosso secretário. O Eliezér adorou. A partir da convivência com ele, começamos a construir nosso trabalho. Ele fazia o contato conosco, telefonava, mas ao mesmo tempo ele recebia algum tipo de instrução. A professora de português ensina para ele redação oficial, a informática ele passou seis meses com uma das estagiárias do curso de informática ensinando ele como utilizar o computador.

A partir dessa experiência nós criamos o “Projeto Trainee”, que é um projeto de formação no trabalho.

O “Projeto Trainee” tem como objetivo desenvolver competências e habilidades para atuação profissional das pessoas com necessidades educativas especiais. Os específicos seriam: criar ambientes inclusivos na escola, despertar potenciais das pessoas portadoras de necessidades especiais, favorecer a auto-estima desta pessoa na convivência com todos na escola. Desta forma, atingiríamos não só o deficiente como também a comunidade como um todo, porque estávamos ali procurando favorecer o contato, a convivência com aquela pessoa diferente.

Hoje este Projeto está de “vento em polpa”, eu fico muito feliz porque realmente está se concretizando. Temos na escola quatro pessoas portadoras de necessidades especiais que trabalham em alguns setores como auxiliar administrativo e temos uma como auxiliar agropecuário. Temos um grupo de apenados que são detentos em liberdade assistida. Fizemos um convênio com a Superintendência da Polícia, temos essas pessoas para reintegração social. Elas iniciam lá na escola. Eles colaboram com a escola e recebem treinamentos. Quando ele entra na escola fazemos o cadastrado deles, através da DMC nos contatos que temos para que o nosso banco de dados de recursos humanos realmente funcione, depois fomos apresentar propostas para as coordenadorias e fizemos o levantamento das necessidades e disponibilidade do ambiente organizacional para recebê-los. Temos poucos recursos humanos dentro da escola e ela tem necessidade de pessoas para auxiliar os setores, nesse contato também sensibilizamos a escola como um todo para recebê-los e foi muito satisfatório porque todos se dispuseram a isso.

Fizemos o recrutamento através do nosso cadastro, nós ligávamos, íamos até a DMC, nos deparamos com uma grande dificuldade para entrar em contato porque os telefones nunca funcionavam e fizemos o treinamento inicial. A partir desse treinamento, o primeiro módulo foi sobre comportamentos e atitudes no trabalho, pudemos observar as pessoas que tinham o perfil para assumir as tarefas que os setores solicitavam. Fizemos o encaminhamento e um programa de desenvolvimento dele com o seu chefe. Orientamos

bem os chefes de setor de como era importante definir um programa para que ele pudesse ter algo concreto para trabalhar. Fazemos o acompanhamento mensal, utilizando uma ficha de avaliação de desempenho, tanto com os chefes de setor como com eles para ver quais são as suas necessidades, as suas dificuldades, quem tem dificuldade de relacionamento, quem tem dificuldade de aprendizagem, o que necessitam para compreender melhor os ensinamentos.

Percebemos a felicidade, a auto-estima alta que eles apresentam trabalhando na escola. Acredito que acessibilidade não é só romper barreiras materiais, mas essas barreiras que estão dentro de cada pessoa e que influenciam muito na participação de cada um no mundo. É necessário a pessoa sentir-se bem consigo mesma e capaz, para que possa lutar pelos seus direitos.

Dentro do Programa TEC NEP, existem várias possibilidades de proporcionarmos acessibilidade, não só dentro da nossa organização, mas fora também.

A partir desse nosso trabalho, que estamos iniciando, já conseguimos outro. Nessa movimentação, nessa dinâmica tivemos contato com uma indústria de laticínios em Castanhal-PA, que estava precisando de portadores de necessidades especiais porque a Delegacia Regional do Trabalho estava cobrando a imposição da Lei. Hoje temos três deficientes trabalhando numa agroindústria, dois provenientes da ADMC – Associação dos Deficientes do Município de Castanhal e um é aluno da nossa escola do curso de agroindústria. Para nós isso foi motivo de muita felicidade e para as pessoas que encaminhamos.

Nosso trabalho também é fazer o acompanhamento das pessoas que encaminhamos e dar um suporte para as empresas que as contratam através de palestras, de sensibilização, na avaliação, na escuta, portanto, o nosso trabalho muitas vezes se estende pelo fim-de-semana e é realizado fora da escola também.

Ao final do Projeto que tem duração de seis meses, damos uma certificação, colocando no certificado aquilo que o aluno conseguiu avançar, descrevendo atrás as habilidades que ele adquiriu naquela experiência.

Como falei anteriormente, nosso trabalho é dividido em módulos:

-O módulo 1: treinamento básico. Comportamento e Atitude no Trabalho – 20 horas/aula.

-O módulo 2 : habilidades básicas. Informática, Redação Oficial e Matemática aplicada ao dia-a-dia de um auxiliar administrativo.

Ainda não passamos por esse módulo.

-O módulo 3: habilidades específicas que ao fazermos o acompanhamento com os chefes de setor vamos construindo, vendo a necessidade de cada um.

Apresento agora um quadro do nosso Projeto Trainee:

-No Departamento Administrativo, temos um deficiente físico que faz o trabalho de auxiliar administrativo.

-No NAPNE, temos um rapaz que não se considera deficiente e na verdade o problema dele é a baixa de açúcar que faz com que esse não consiga fazer uma prova até o final, pois o problema o deixa sonolento e também por esse motivo nunca tinha trabalhado antes. Esse problema realmente não é considerado uma deficiência, mas é uma limitação que faz com que esse jovem não se sinta digno. Hoje ele está feliz de trabalhar conosco, é muito prestativo e interessado.

-Na Secretaria Escolar temos um deficiente físico.

-Na Coordenação de Produção e Pesquisa, na área de agricultura, temos um deficiente físico e os apenados.

Na colocação no emprego competitivo que é uma das modalidades de estarmos encaminhando para o mercado de trabalho, fizemos primeiro a parceria, recebemos solicitação de preenchimento de vaga o recrutamento e seleção, o encaminhamento, a sensibilização para inclusão na empresa e o acompanhamento do Portador de Necessidade Especial no emprego.

Estamos, hoje, com uma nova experiência que é uma outra possibilidade, um grupo de deficientes nos procurou porque eles vão formar uma cooperativa de trabalho e na nossa escola temos professores de cooperativismo. Fizemos uma reunião entre nós e outra com o SEBRAE/PA, para apresentar a idéia e agora em janeiro de 2006, vamos fazer uma capacitação em cooperativismo para eles. Eles ainda estão definindo qual é o trabalho que vão oferecer. Temos a oportunidade de promover essa sensibilidade.

Nosso Núcleo é composto por oito pessoas, mas temos três pessoas que estão à frente, para desenvolver as ações do Núcleo: Mônica e Damiana, na Coordenação, a Damiana é nossa Coordenadora Pedagógica e a Ana, nossa Secretária.

Muito obrigada.

Sr. Joelson Dias:

Bom dia a todos. Longe de mim a pretensão de proferir qualquer palestra, na manhã de hoje, sou Joelson Dias, na verdade, sou representante da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB no CONADEE.

CONADE é o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. É um órgão paritário, ou seja, integrado por representantes dos mais diversos Ministérios e Órgãos de Governo Federal, mas também por representantes da Sociedade Civil, daí a razão de ser da própria OAB, ter um representante que também participa do CONADEE, e o mais importante, a participação de Entidades Representativas de todos os seguimentos das pessoas com deficiência.

O CONADEE tem a responsabilidade maior de zelar pela implementação, política nacional da pessoa com deficiência, ou seja, exatamente por intermédio de suas reuniões, suas deliberações que o CONADE vai definindo algumas prioridades que tem que ser seguidas pelo Governo e também depois, a responsabilidade maior de fiscalizar a implementação dessa política.

Nosso maior desafio hoje, eu digo de todos, como sociedade, é realmente tornar essa política para a pessoa com deficiência, não mais uma Política de Governo que dependa da boa vontade de um governo eleito, mas tornar isso realmente uma política de Estado. Com certeza levarei um relato sobre esse Seminário ao CONADEE, pois ele possibilita acreditar que tornar isso em Política de Estado realmente é possível. Iniciativas como a Professora Mônica, de Castanhal no Pará, acabou de nos apresentar, assim como a maioria de todas as escolas que aqui se fazem representadas, deixam o CONADE satisfeito de ver que é possível a implementação dessa política. Porque uma coisa é discutirmos, no dia-a-dia, no CONADE essa Política, e outra coisa é vermos, efetivamente, exemplos concretos de como é possível incluir, é possível assegurar a pessoas com deficiência, os direitos que lhes são garantidos.

Tudo o que fazemos hoje, decorre das conquistas do seguimento das pessoas com deficiência conseguiu e fez valer como artigos de lei, ou seja, tudo isso que temos hoje decorre de uma legislação muito abrangente de proteção da pessoa com deficiência, que já lhe assegura não somente uma mera previsão de que ela deva ser incluída, que ela deva ser respeitada, mas uma legislação que hoje já especifica, inclusive, quais são esses direitos. Então é humanamente impossível falarmos hoje dos direitos da pessoa com deficiência, falarmos de acessibilidade, se não lembrarmos que foi, exatamente, como resultado da luta dessas pessoas, da luta desse seguimento que esses direitos acabaram sendo assegurados.

É muito importante que os Senhores e as Senhoras conheçam, pelo menos, cinco Instrumentos Legais de fundamental importância para o seu trabalho no dia-a-dia, no que diz respeito à acessibilidade, no que diz respeito à inclusão da pessoa com deficiência.

Temos, primeiramente a Lei 7853 de 1989, foi a primeira Lei que veio depois da Constituição Federal de 1988. Essa Lei veio dispondo sobre esse apoio a pessoas com deficiência e prevendo a sua integração social. Podemos ver que as pessoas demoraram para começar a perceber a importância de assegurar esses direitos à pessoa com deficiência. Essa lei viria a ser regulamentada somente dez anos depois, por intermédio do Decreto 3298, eu diria que foi mais do que a Lei, o Decreto 3298 de 1999, que realmente serviu de marco inicial, de ponto de partida para que o gestor público se visse obrigado a garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência. E é exatamente no Decreto 3298, que nós vamos achar normas claras no que diz respeito, por exemplo, ao acesso à educação. Muito do que o Ministério da Cultura realiza hoje, e ele também é um dos Órgãos Governamentais integrantes do CONADE, vem do Decreto 3298.

Depois do Decreto 3.298 tivemos duas Leis muito importantes, a 1048 de 2000, que definiu o atendimento prioritário, não só à pessoa com deficiência, mas às gestantes e outras pessoas com mobilidade reduzida, por exemplo. A Lei 1098 de 2000, essa Lei estabeleceu a questão da acessibilidade que viria a ser complementada, pelo Decreto 5296 de 2004. Estou fazendo referência à essa legislação porque talvez um ou outro queira anotar, porque é muito importante depois consultar essas leis e esse decretos, para que entenda de onde vem a fundamentação jurídica para o seu trabalho, que muitas vezes temos a pretensão de desenvolver um determinado trabalho, desenvolvemos uma determinada atividade e não encontramos o respaldo a acolhida merecida e se nos voltarmos a esse legislação, com certeza nela encontraremos os princípios que ditam como essa inclusão da pessoa com deficiência deve ocorrer.

É impossível, penso eu, de falarmos de acessibilidade, de pessoas com deficiência, sem falarmos em Direitos Humanos. É sob a perspectiva, sob a ótica dos direitos humanos que essa questão deve ser entendida, se passarmos a entender e lembrar sempre diz respeito com os direitos humanos, nós vamos lembrar que, na verdade, ao estabelecermos uma política para pessoas com deficiência estamos nos voltando para uma preocupação que não é somente do seguimento da pessoa com deficiência, mas que é de toda a sociedade, afinal, não podemos pensar que temos uma sociedade justa, solidária, se essa sociedade permite a discriminação, permite o preconceito, se essa sociedade não se preocupa em incluir, com certeza não seremos um País justo, não seremos uma sociedade justa, enquanto tivermos seguimentos [...]. Ao mesmo tempo em que temos uma das maiores economias do mundo, somos um País emergente, dos mais respeitados, temos essa segregação social muito grande, esse distanciamento entre os mais ricos e os mais pobres e, com certeza, as pessoas com deficiência sofrem muito, porque já há indicativo, já há números revelando que existe uma ligação muito estreita entre a pobreza e a exclusão de pessoas com deficiência. Por isso, Programas como esse são tão importantes, porque eles permitem exatamente essa fase de transição da escola para o trabalho e é óbvio que o trabalho, tanto como a escola, como o lazer, a previdência, a saúde, são direitos

assegurados a todos os cidadãos e que precisam contemplar também as pessoas com deficiência, daí a importância de Programa como esse. E ainda sobre esses paradoxos, o mesmo País que produz jatos, e se constitui, talvez, no maior produtor desses jatos da EMBRAER, como vemos no mundo, dos mais disputados, ao mesmo tempo não consegue produzir órteses, não consegue produzir próteses, não consegue produzir cadeiras de rodas, são esses paradoxos que nós precisamos vencer, precisamos romper com esse paradigma econômico, com essa idéia de que tudo hoje tem que ser respondido, aproximado de um ponto de vista meramente econômico e resgatarmos o humanismo nas nossas ações e daí a importância do trabalho que todos fazem, a importância de um trabalho como esse, porque mais do que qualquer coisa, está buscando a inserção de uma pessoa, antes mesmo da sua deficiência, uma pessoa no exercício de um direito. Começa no próprio exercício básico do direito na educação e depois o preparo, a habilitação para o desenvolvimento de uma atividade profissional, daí a importância de princípios como a solidariedade e alteridade. Alteridade é se ver no lugar do outro, e é isso que infelizmente falta, não podemos continuar desenvolvendo políticas porque o gestor que se encontra à frente de um determinado projeto, felizmente tem muito boa vontade, que bom que temos professores, como a Professora Mônica e projetos tão exemplares como o que ela nos mostrou na manhã de hoje, mas não podemos ficar dependendo de ter sempre a boa vontade de uma Professora Mônica, para que a Política continue sendo implementada é preciso que nós criemos, e aí é o desafio que todos nós temos no momento, porque temos consciência, tanto da necessidade de desenvolver esses projetos como a boa vontade para desenvolvê-los. O nosso desafio é construir uma Política, não somente na nossa escola, sobretudo no nosso meio social, nossa comunidade, para que essa Política persista, para que isso vire, realmente, uma Política de Estado e o próximo Governo, o próximo Diretor, a próxima Professora Mônica, sintam-se também compelido, sintam-se também obrigado a levar adiante a Política, mas, mais do que isso, convença-se do ponto de vista dos direitos humanos, que não há solidariedade, não há uma sociedade justa, se não pensarmos na inclusão dessas pessoas.

O Programa é tão importante, porque da forma como ele foi desenvolvido já acolhe, absolutamente todos esses princípios, ele já pensa na acessibilidade da própria educação, a recepção na própria escola, quer dizer, de que maneira a pessoa portadora de deficiência será incluída. O Programa é muito mais amplo, pois é para portadores de necessidades educacionais especiais, mas falo sempre da ótica da pessoa com deficiência e como representante do CONADEE, não poderia ser diferente, mas daí a importância de preparar a escola para receber essas pessoas.

A questão da educação inclusiva há muito vem sendo discutida pelo CONADEE, é realmente uma questão polêmica, uma questão que o Ministério da Educação levantou como bandeira e é muito importante que realmente assim tenha feito, para permitir que pessoas com deficiência possam conviver na escola regular com os outros alunos.

A capacitação dos servidores e dos professores, também é de fundamental importância. E esse é um dos propósitos do Programa, mas tudo isso não será válido, não será possível, se não envolvermos a comunidade, as famílias das pessoas com deficiência, as suas Entidades Representativas, porque acessibilidade é exatamente isso. Acessibilidade não é só romper com a barreira arquitetônica, com os obstáculos materiais. Acessibilidade é, sobretudo, fornecer, permitir que a pessoa com deficiência conheça dos seus próprios direitos, decida de que maneira ela vai, posteriormente, estar exercitando esses seus direitos. Acessibilidade, a meu ver, passa por uma mudança de atitude cultural, pelo rompimento desse paradigma ainda hoje vigente, de que quando pensamos na pessoa com deficiência, estamos falando apenas sobre as pessoas com deficiência, e isso não é verdade, é preciso envolver a comunidade nisso tudo, e por isso disse antes sobre auteridade, que é se colocar no lugar dos outros.

As pessoas ainda não se conscientizaram de que a deficiência não é apenas genética, quem é deficiente não é porque nasceu deficiente, e esse é mais um outro paradoxo que esse País precisa enfrentar, esse povo tão cordial, tão solícito, tão generoso, reconhecido no mundo inteiro, continua enfrentando os maiores índices de violência, de mortes, de acidentes, de fatalidades e de deficiências decorrentes de armas de fogo e acidentes de trânsito.

Muitas vezes, não conseguimos apreender a questão da deficiência no seu aspecto mais amplo, todos nós que estamos nessa sala aqui hoje, estamos sujeitos a eventualmente, um dia, também sermos pessoas com deficiência, por conta de um acidente, por conta de uma doença, por conta de uma fatalidade, mas infelizmente a sociedade ainda não se deu conta disso, não conseguiu alcançar isso. Parece que a deficiência é sempre uma coisa que acontece com o outro, e daí a dificuldade desse envolvimento, por isso a importância do trabalho de todos vocês, por isso a importância de um Programa como esse, e por isso a importância de desenvolvê-lo com a comunidade e com as pessoas com deficiência, para que elas e as suas entidades representativas possam dizer o que elas precisam, o que elas querem. E segundo o envolvimento da comunidade, para que tenha compreensão, tenha clareza de tudo que precisa ser feito.

Gostaria de concluir dizendo que ficamos extremamente satisfeitos, em um momento como esse, que estamos discutindo essa crise política, que estamos discutindo essa crise ética é termos um momento em que se discute uma coisa muito positiva, em que se pensa numa atividade muito promissora, em que se busca incluir a pessoa com deficiência e assegurar todos os seus direitos. É uma pena que a imprensa não dê para eventos e atividades como essa, a mesma cobertura que acaba dando para os escândalos, não que eles não devam merecer a atenção da imprensa, mas precisávamos muito que a nossa imprensa, a nossa sociedade também conseguisse ver a importância de eventos, de iniciativas como essa.

Vou levar ao CONADE uma boa notícia da minha participação aqui, da existência desse programa, e com certeza, espero que todos possam, no que for de interesse, contar também com o CONADE, seja contactando diretamente o Órgão, porque todo o seguimento das pessoas com deficiência estão ali representados, seja por intermédio do próprio Ministério da Cultura, ou secretarias que coordenam esse Programa e que também participa do CONADE.

O meu voto é de muito sucesso no retorno de todos, depois desses quatro dias de trocas de experiências tão frutíferas e sempre o meu agradecimento em nome do CONADEE, por essa gentileza e distinção do convite.

Muito obrigado.

Profª Elizabete Pit Giacomazzi:

Bom dia.

No CEFET em que trabalho foi criado um grupo chamado “Núcleo de Defesa Civil”, a princípio fomos nos licenciar e procurar apoio do Corpo de Bombeiros, eles que nos permitiram e nos sugeriram esse nome “DEC NA ESCOLA”.

Esse Programa atua na educação preventiva. Trabalhamos primeiros socorros, em parceria com o Corpo de Bombeiros, nos dão os ensinamentos. A empresa Todeshine, eleita

nos cinco últimos anos consecutivos como a melhor empresa para se trabalhar no Brasil, ela nos dá o apoio da segurança no trabalho e meio ambiente.

No primeiro momento do Programa, a idéia foi essa. Esses jovens podem ser futuros deficientes, então resolvemos trabalhar com a educação preventiva, primeiros socorros e meio ambiente, talvez estejamos gerando um deficiente porque não sabemos, nossa escola é agrícola, abrange mais de cem municípios da região. Tínhamos muitas intenções e atualmente estamos em parceria com o NAPNE, desenvolvendo um trabalho maravilhoso. O nosso grupo de voluntários está crescendo muito no convívio com os deficientes que são atendidos lá.

Acreditamos que a educação tem seu papel como instrumento de mudança social, sem dúvida nenhuma.

Nosso grupo, no que se refere à cidadania, pretende transgredir a acomodação e a futilidade.

A característica principal do nosso grupo é que ele é formado por voluntários, envolvemos quarenta jovens e conforme suas afinidades, lideram grupos de trabalho.

Conseguimos atingir todos os setores da Instituição. Temos a psicóloga que é Coordenadora de NAPNE, junto comigo, o técnico de serviços gerais, conseguimos atingir a escola por inteiro. Através desses quarenta voluntários atingimos os colegas da sala de aula e os que moram no internato, as famílias deles e a comunidades deles. Nosso trabalho é muito grande.

A força que adquirimos quando envolvemos o grupo de alunos, vocês não fazem idéia. O crescimento pessoal de cada aluno voluntário é muito grande, eles envolvem os colegas, as famílias.

Desenvolvemos atividades bem significativas, em relação ao NAPNE. São elas:

-Formamos grupos de doadores de sangue.

Periodicamente vamos para o hospital local e levamos doadores de sangue. Os doadores são servidores da escola, são familiares, são alunos. Passamos a idéia para os alunos de que quem está doando sangue é saudável, muitas vezes são jovens e então eles também querem fazer parte desse grupo, pois se sentem valorizados. No início do ano de 2006, pretendemos levar a unidade móvel do Hemocentro de Caxias do Sul, lá para Bento Gonçalves. A pretensão é conseguirmos cinquenta doadores de sangue para desmistificar o medo de contrair alguma doença com esse benefício.

-Outro trabalho de sucesso que realizamos foi com relação ao trânsito. O NUDEC solicitou ao Departamento de Trânsito Municipal e conseguiu a mudança do trânsito na frente da escola, pois nem com a ajuda de professores, os deficientes visuais conseguiam atravessa a rua. Estão colocando redutores de velocidade e nos prometeram a sinaleira com botoeira.

-O trabalho com gravação de livros é feito pelos alunos voluntários. No momento estamos enfocando o autor Érico Veríssimo.

O Programa "Núcleo de Defesa" da nossa escola fundamenta-se em ações preventivas e cresce muito com o NAPNE.

Estamos aguardando que entrem na escola, no ensino regular, alunos deficientes, porque com certeza nossos alunos estão preparados para recebe-los, para conviver com naturalidade. Na visita técnica eles acompanharam com muita naturalidade os deficientes, de espaço em espaço tentando mostrar e explicar.

Agradeço a oportunidade que o NAPNE nos deu para crescermos com essas pessoas e coloco à disposição tudo o que estiver dentro das nossas possibilidades, para servirmos.

Estivemos na Secretaria Municipal de Bento Gonçalves e fizemos contato com todos os supervisores e coordenadores pedagógicos e levaremos a todas as escolas essa idéia do NUDEC, para todos os diretores das escolas do interior.

Pensamos que a educação preventiva é o caminho certo para a inclusão.

Obrigado por vocês permitirem nós crescermos com vocês, nós aprendermos a sensibilidade que não temos.

Muito obrigada.

Prof. Paulo de Oliveira e Silva

Agradecemos a presença dos nossos Painelistas pelo belíssimo trabalho que vocês estão desenvolvendo nas suas instituições.

O TEC NEP está tomando um vulto, extrapolando, já, aquele objetivo, a ação do CEFET com esse núcleo que eles criaram dentro da instituição, a visão mais sistêmica de um atendimento a uma outra ação. Isso é gratificante.

Tivemos uma apresentação de como receber ex-presidiários. Na nossa escola também temos esse trabalho, o nome é ALBERGADO, fazemos a ressocialização, uma vez que a Secretária de Estado não tem essa condição e nós fechamos um convênio para receber os albergados e dar a oportunidade da acessibilidade ao mundo do trabalho, porque a sociedade vira as costas para os ex-presidiários.

O Programa TEC NEP também está atendendo essas pessoas, dando condições para que eles voltem ao mercado de trabalho com o aval da escola, de que eles passaram por lá fazendo a ressocialização.

Agradecemos a todos e abrimos espaço para os debates.

Palestra: “Responsabilidade Social: O Papel da Mídia na Promoção da Inclusão”.

Palestrante: Orlando Gonçalves Júnior - Assessor de Comunicação Social do Ministério da Educação

Boa tarde a todos. Gostaria de dar os parabéns à organização desse evento pelo desenvolvimento desse trabalho que é muito importante e faço votos que ele sirva de estímulo para outros trabalhos como esse, não só em termos de continuidade, mas em termos de expansão também, para que possamos ter outros Seminários como esse.

Gostaria de agradecer o convite para que eu estivesse aqui com vocês nessa conversa e compartilhar alguns pontos de vista, trocar algumas experiências e informações.

O tema é bastante interessante e de certa forma muito atual porque, nos últimos cinco anos, temos visto muitas ações, pelo menos de divulgação de trabalho de inclusão, na televisão, não só através dos telejornais, em revistas, em jornais impressos, internet, mas

também e principalmente, nas telenovelas. Várias emissoras têm trabalhado com o tema, mas o carro-chefe é a Rede Globo. As novelas da Rede Globo têm trabalhado muito, nos últimos anos, a questão da merchandising social.

Uma colega minha está fazendo mestrado na Universidade Federal Fluminense, no Rio de Janeiro, e o tema da sua dissertação é exatamente sobre isso. Ela está trabalhando com a novela “Mulheres Apaixonadas” e está usando como objeto de estudo porque ela fez um levantamento e essa novela foi uma das que mais usou o merchandising social em termos de quantidade de temas abordados e de diversidade de temas abordados.

A novela América também trabalhou o merchandising social em alguns aspectos.

A questão das telenovelas é polêmica porque muita gente considera como instrumento alienante, outras pessoas dizem que são instrumentos que não tem uma eficácia em termos de transmissão de mensagem e uma série de outras críticas.

O que não podemos negar é a questão do alcance que elas têm e do poder de influência que elas exercem junto à população. Se elas têm toda essa força, porque não se tirar proveito positivo em relação a isso? Porque não se utilizar isso como um canal para chegar até a população e passar informações e esclarecer algumas coisas, divulgar informações importantes também.

Outro ponto importante é a questão da divulgação de informações sobre a questão da inclusão nos meios de comunicação. Sejam jornais, revistas, programas jornalísticos na televisão, nas rádios, na internet. Se fizermos uma observação, mesmo que empírica e superficial perceberemos que o espaço de divulgação de informação sobre inclusão cresceu muito nos últimos anos, mas ainda não é o espaço que o assunto merece, muita coisa ainda pode ser feita. Existe um despreparo por parte dos jornalistas para tratar das questões relativas à inclusão nos seus vários aspectos, e podemos tirar proveito disso também, porque se a imprensa não está devidamente preparada e há disponibilidade de espaço, podemos lutar para conseguir espaço e mostrar resultado de trabalho e abrir novas frentes de trabalho.

Farei uma pequena contextualização sobre os meios de comunicação e depois falarei sobre o perfil de quem trabalha nos meios de comunicação que são os jornalistas e como a questão da inclusão é trabalhada na pauta dos veículos de comunicação.

Os meios de comunicação existem a vários séculos. Os primeiros a serem trabalhados foram os impressos, com a invenção da imprensa e o desenvolvimento das primeiras formas de impressão gráfica. Depois tivemos o desenvolvimento dos meios eletrônicos que são: telefonia, rádio, cinema, a televisão e mais recentemente, a internet.

A evolução dos meios de comunicação está muito ligada à questão da evolução da sociedade. No princípio, com relação à questão do desenvolvimento dos primeiros meios impressos de jornais, percebemos que eles começaram de uma forma muito simples, muito rudimentar e que estava muito ligada à transmissão e à divulgação de idéias. O crescimento nos jornais impressos, tanto na sua estruturação quanto no seu alcance, por exemplo, deu-se a partir da Revolução Francesa, quando, tanto o Governo quanto os Resistentes usavam os jornais para fazer a divulgação das suas idéias para com isso conseguir mobilizar a população.

Depois da Revolução Francesa veio a Revolução Industrial, a invenção da eletricidade, de máquina a vapor e de uma série de coisas. Essas invenções tiveram influência também no desenvolvimento dos meios de comunicação, a partir daí pudemos ter transmissão de ondas curtas, desenvolver o rádio, desenvolvimento da transmissão de imagens e com isso a criação do cinema e da televisão.

A evolução da comunicação e dos meios de comunicação está muito ligada à evolução da história da sociedade de um modo geral.

Um ponto muito importante é que o desenvolvimento do capitalismo e a sua consolidação como sistema foi fundamental para termos os meios de comunicação como eles são hoje.

No século XX tivemos um “boom” dos meios de comunicação. O século XX foi o grande período onde os meios de comunicação se fundiram e se consolidaram e porque eles passaram a ser necessários? Para difundir as idéias, vender produtos a partir do desenvolvimento do mercado. Até a década de 40 e de 50 tínhamos quantas marcas de leite? Quantas marcas de café? Quantos tipos de eletrodomésticos? Tínhamos poucas marcas e as pessoas eram quase que obrigadas a comprar aquele produto porque não existiam outras possibilidades. Hoje temos muitas opções e as marcas brigam pelo consumidor. Um ponto muito importante também é essa necessidade de vender produtos e que tornou os meios de comunicação importantes.

Um outro aspecto que ganhou configuração no Brasil, a partir dos anos 80, foi a influência dos meios de comunicação na política. Passamos a ter eleições diretas para Governador, para Presidente, para Deputados e Senadores, Prefeitos e dessa forma os meios de comunicação se tornaram veículos muito importantes nesse processo, a ponto de decidir eleições. Temos vários casos que são polêmicos, de emissoras que escolhem um candidato, apóiam esse candidato, ele se elege mesmo sem ser conhecido ou sendo muito pouco conhecido, mas a televisão constrói uma imagem desse candidato e essa imagem é vendida como um “produto”, não por dinheiro, mas por intenção de voto e ele acaba sendo eleito. Um candidato que saiu do nada, que não tem um histórico político e não tem uma vida de engajamento de repente se elege Presidente ou Governador, Prefeito ou Deputado ou Senador. Está aí mais uma demonstração da necessidade da comunicação para a questão das eleições e a força que os meios de comunicação tem.

Os meios de comunicação são necessários também para denunciar. O ano de 2005 está sendo muito difícil para o Brasil em vários aspectos, mas uma coisa que não se pode negar é que os meios de comunicação, embora possamos ter algumas ressalvas, têm nesse processo de escândalo político em que o País vive hoje, um papel muito importante. Através dos meios de comunicação é que podemos ter acesso a todas as informações e não só saber o que está acontecendo, mas acompanhar o desenrolar das coisas, se vai acabar em pizza, se vai acabar em cassação e partir disso estabelecer um juízo de valor a respeito e tomar uma decisão como cidadão. Apesar do que pode estar acontecendo ou não, a questão de termos essa liberdade e esse acesso a informação é fundamental, não só para escândalo político, mas para situações como o assassinato da missionária americana no Estado do Pará, o massacre de trabalhadores em Eldorado do Carajás e uma série de outras coisas.

Há algumas décadas atrás, não tínhamos esse acesso à informação que temos hoje. Esse acesso à informação não se dá só por conta dos veículos chamados oficiais, através da televisão, de um canal determinado ou de uma rádio, ou de um jornal temos informações através da internet, que é uma fonte independente muito ágil, temos rádios comunitárias, que quando trabalham com essa função, têm um alcance muito grande e cumpre uma função social muito importante também. Temos várias formas independentes de trabalho que são extremamente importantes. Fazendo um link com isso, os meios de comunicação são necessários para dar espaço a seguimentos que não tem representatividade. Podemos não ter hoje uma bancada que represente os portadores de necessidades especiais, no Congresso, mas não precisamos só, necessariamente, dessa bancada. Temos outras formas de divulgar os trabalhos que são feitos, as ações que são desenvolvidas, os resultados que são alcançados e atingir um certo grau de mobilização da sociedade, que

tem reflexo também junto às bancadas federais dos Estados para poder estar com elas articuladas e decidir favoravelmente em torno de questões positivas para os portadores de necessidades especiais. É uma questão de saber como trabalhar isso, mas que há espaço também para essa representatividade, não se pode negar.

Nesse contexto temos o fortalecimento da imprensa e aí muita gente passou a apelidar como quarto poder, ou seja, a imprensa seria o quarto poder do nosso País, temos o executivo, o legislativo, o judiciário e temos a imprensa que não é um poder constituído, mas que tem uma força grande e em determinados tem uma força maior do que os poderes instituídos. Temos exemplos disso aqui no Brasil, outro dia li uma matéria interessante fazendo a comparação em relação a esse momento que estamos vivendo agora em relação à gestão do Presidente Collor de Melo e a gestão do Presidente LULA, onde se diz que há evidências contra o Presidente LULA, que não existiam na época do Presidente Collor de Melo e mesmo sem as evidências ele foi derrubado, principalmente por causa da mobilização provocada pelos meios de comunicação. Observando pelo ângulo do poder dos meios de comunicação junto à população, à opinião pública, aos seguimentos sociais organizados, não podemos negar que a força é muito grande. É tão grande que, às vezes, extrapola a ética. A transformação da notícia em produto é um dos motivos que ensejam a quebra da ética, porque se fizermos uma análise, as empresas de comunicação, os jornais, as emissoras de TV, as rádios, as revistas, todas são empresas privadas e que muitas vezes estão ligadas a grupos políticos, principalmente no caso das televisões e das rádios porque o funcionamento de uma rádio e de uma televisão se dá através de uma concessão pública, dada pelo Poder Legislativo a uma determinada pessoa, para funcionar, então, se percebemos que a televisão é de um político e que ela precisa de receita financeira para sobreviver, entendemos que a notícia que ela divulga tem que estar vinculada à interesses dela também ou do seu dono. Aí temos uma transformação da notícia em produto, e a empresa precisa de lucro para se manter viva no mercado. E quando a questão do lucro entra, a questão da ética, muitas vezes, fica de lado. Esse é um ponto muito complicado na imprensa, hoje em dia, e acontece no mundo inteiro, nos Estados Unidos, na Europa, no Japão, na África, na América do Sul, de um modo geral.

Os meios de comunicação hoje são empresas. Temos o Correio Brasiliense, veículo de comunicação, jornal impresso, mas pertence a um grupo, que é uma empresa privada, que precisa de lucro. No caso desse jornal, ele tem os anunciantes para poder manter a sua estrutura funcionando.

Os jornais não vivem só da venda de seus exemplares avulsos em bancas de revistas e nem vivem só das assinaturas, eles precisam fundamentalmente, da receita que entra dos anunciantes. Seja de uma universidade, seja de uma construtora, seja de uma empresa de automóveis, seja do que for, ele precisa fazer uma combinação do dinheiro arrecadado com as vendas nas bancas e com os assinantes e do dinheiro das receitas provenientes dos anúncios de outras empresas privadas. Isso gera um problema muito grande porque às vezes o jornal não pode denunciar que uma obra de uma construtora X está prejudicando o meio ambiente numa determinada área, porque esta construtora anuncia no jornal, e o dono da construtora não quer ver uma notícia negativa sobre essa obra porque pode ter um impacto negativo nas vendas dos imóveis. Alguns jornais, alguns veículos de comunicação, emissoras de TV e de rádio e revistas, conseguem trabalhar com uma certa isenção com relação a isso. Quando fecha um contrato com um anunciante, deixa claro que a empresa dele não está livre de uma notícia negativa, se houver uma denúncia, um problema com a empresa o jornal vai noticiar, pois esse é o papel do veículo de comunicação. Essa divisão do que é comercial e do que é de interesse da população, nem sempre funciona.

Dessa forma a notícia acabou se tornando um produto, que às vezes vem até com embalagem. Às vezes uma revista é apresentada em uma embalagem diferente, numa

edição especial de aniversário ou um jornal, coisas assim, que só víamos em outros tipos de produtos.

Os meios de comunicação têm interesses que vão além da informação, eles tem interesses próprios. O dono do jornal necessita conciliar interesses financeiros, manter os salários dos empregados, a estrutura funcionando, com interesses, às vezes políticos também, de apoiar um candidato numa determinada eleição e veremos muito isso em 2006, assim como já vimos em 2002, em 1999 e assim por diante. Essa divisão é meio complicada.

Para entendermos um pouco melhor como o trabalho funciona e como abordar e tirar melhor proveito desse trabalho nos meios de comunicação, falarei sobre o profissional do jornalismo, o jornalista.

Fiz uma distribuição em quatro tópicos: formação e perfil do profissional, como ele trabalha, o papel desse profissional no mercado de trabalho e a questão da inclusão social na pauta da mídia.

Formação do profissional:

A área de comunicação é subdividida. Temos a formação em comunicação social, mas temos as seguintes especializações: jornalismo, relações públicas, publicidade e propaganda, rádio e TV, algumas instituições de ensino superior incluem também cinema e editoração que é ligada à publicação de livros.

É um curso muito importante que tem uma inserção muito grande na sociedade, mas que ainda não conseguiu achar uma fórmula adequada. Em geral os cursos são bacharelados de quatro anos e temos tecnólogos com duração de dois anos, mas não para jornalismo, apenas para publicidade, rádio, TV e cinema. Os cursos são oferecidos por Instituições Públicas e Privadas. Hoje em dia muito mais privadas do que públicas. As áreas que tem mais visibilidade, por causa do contato direto com a sociedade, são jornalismo em rádio e TV e publicidade e propaganda porque estamos vendo anúncios o tempo inteiro, seja para vender um produto, seja para divulgar uma idéia. Outras áreas, como relações públicas e áreas afins, daquelas outras habilitações que foram citadas, também estão num processo de crescimento de consolidação de abertura no mercado.

A maioria dos cursos estão concentrados nas regiões Sul e Sudeste. As regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste têm um número pequeno, se comparado ao Sul e Sudeste, isto está ligado até à própria questão do mercado de comunicação que nessas duas regiões são maiores. O diploma para jornalista é obrigatório, apesar de ter havido uma confusão no final do ano de 2004, sobre a não obrigatoriedade do diploma para jornalista e depois voltou a ser obrigatório, embora saibamos que na prática, principalmente em regiões fora dos grandes centros, o jornalismo possa ser praticado de forma irregular por pessoas que não são devidamente habilitadas. Existem órgãos de classe, entidades de classe que deveriam fazer a fiscalização, mas pela grandeza geográfica do País e outros motivos não conseguem ter uma efetividade muito grande em relação a essa fiscalização. Como acontece em outras profissões, temos bons profissionais trabalhando e temos maus profissionais trabalhando também.

Temos centenas de profissionais novos, a cada ano, entrando no mercado de trabalho e um mercado que não é tão receptivo, como seria para outras profissões por causa da questão do emprego no Brasil.

Essas pessoas que se formam e vão para o mercado de trabalho são homens e mulheres quase que em números iguais, na área de comunicação existe um equilíbrio muito grande entre o número de homens e mulheres, essas pessoas precisam ter uma boa formação cultural para que possam ter sustentação suficiente para desenvolver um assunto quando

vai redigir um texto sobre um determinado acontecimento. Precisam ter um conhecimento genérico, que é uma coisa complicada porque nos veículos de comunicação, um dia a matéria é sobre economia, outro a matéria é sobre educação, esporte, embora existam nos veículos maiores e mais estruturados editorias separadas por áreas, com profissionais especializados, isso não acontece em todos. Então, às vezes, temos um profissional que dá conta de vários assuntos ao mesmo tempo e precisa ter uma formação mais abrangente por causa disso.

O profissional dessa área precisa ser criativo para fazer uma abordagem diferente das notícias, que chamem a atenção dos leitores e dos ouvintes e telespectadores, não pode ser um trabalho fechado, chato, direto, óbvio é necessário ter criatividade para ter um ângulo diferente para chamar a atenção. Por exemplo, muita gente pode achar que fazer a capa de uma revista é fácil, mas se você usar uma palavra certa e uma imagem certa, numa capa de revista ou de jornal, você consegue parar o leitor na frente daquele exemplar para que ele possa comprar ou não. Se for uma capa que não tem nada de interessante vai passar despercebida, sem chamar a atenção do leitor que não vai comprar.

Por conta do que foi exposto anteriormente é necessário que o profissional da área tenha senso estético apurado, principalmente quem trabalha com a parte de programação visual dos veículos.

É preciso ter muita agilidade e desenvoltura na condução dos trabalhos. É preciso ter um bom conhecimento de informática. É preciso ter um ótimo conhecimento da língua portuguesa e uma excelente redação, mas sempre vemos escorregões gramaticais. Quando é no rádio ou na TV, eles passam mais despercebidos, mas quando é numa revista ou num jornal o erro salta aos olhos. É preciso que o jornalista tenha boas fontes de informação. Por exemplo, uma escola que desenvolve um trabalho de inclusão social, mas o jornalista para fazer a matéria não pode trabalhar só com as informações da escola, ele tem que fazer um levantamento da realidade daquela comunidade na qual a escola está inserida para fazer uma contextualização dessa escola e o papel que ela tem nessa comunidade, o jornalista precisa fazer o levantamento de dados oficiais sobre o assunto, então ele precisa ter várias fontes de informação para garantir uma boa produção da notícia.

O jornalista precisa ter um bom relacionamento, tanto no ambiente de trabalho, quanto fora dele para que ele seja aceito como uma possibilidade de divulgação de informações também.

O jornalista precisa estar sempre atualizado com o que acontece e isso é difícil porque temos dezenas de telejornais, dezenas de programas de rádio, dezenas de jornais impressos, dezenas de sites. O profissional precisa aprender a separar quais são as informações que são mais interessantes para ele, para depois começar a se aprofundar nessas informações.

O jornalista deve ter um senso crítico muito apurado, que ele não sofra influência da fonte da informação, que ele possa ter isenção suficiente para receber aquela informação, entender como ela está sendo transmitida e porquê ela está sendo transmitida, para que ele possa trabalhar isso no texto que vai chegar até o leitor.

A questão da imparcialidade que é fundamental, mas que é muito difícil porque se considerarmos que esse jornalista tem uma formação de direita ou de esquerda ao longo da sua vida, só isso já vai dar uma determinada orientação para o texto dele, ele já será tendencioso em relação à elaboração do texto. Se ele tem uma visão mais capitalista ou mais comunista, a tendência é transmitir isso na forma como trabalha a informação. É muito difícil ter essa imparcialidade, embora ela seja fundamental. Uma forma de fugir dessa situação é mostrar ângulos diferentes da notícia, sem tentar opinar para que o público possa tirar a sua conclusão. De uma certa forma, os veículos de comunicação ditam a verdade

para a população e não deveria ser assim, e não é assim que aprendemos na faculdade. Aprendemos que temos que passar a notícia com todos os ângulos possíveis para que o público leia, interprete e tire suas conclusões a respeito daquele fato e não o jornalista dizer se o que aconteceu é certo, é errado, se é positivo ou se é negativo, isso jamais deveria acontecer, embora na prática saibamos que existe. A questão da imparcialidade fica muito vulnerável nesse aspecto.

Sempre vai ter um iluminador, para aquela equipe de reportagem chegar até o local teve um motorista. Na redação também tem o pessoal da limpeza, pessoal da área administrativa que mantém toda a estrutura funcionando. Temos outros níveis de trabalho que são os pauteiros, os editores, os apresentadores de TV, os locutores nas emissoras de rádio, então o grupo de trabalho é muito grande. Esse trabalho, em geral, tem quatro etapas e podemos perceber como é que a notícia vai se perdendo. Ela é colhida de uma forma e sai de outra na televisão ou no rádio. Essa rotina de trabalho varia um pouco de veículo para veículo. No jornal ela é de um jeito, na TV ela é de outro jeito, no rádio é de outro, na internet ela é de outro, mas os passos principais são esses quatro:

-O primeiro é a pauta: você escolhe os assuntos que vão ser abordados na edição do dia seguinte do jornal, por exemplo. Amanhã falamos sobre o que é importante que está acontecendo hoje, que vale uma notícia no jornal amanhã. Temos que falar sobre o que é mais importante que está acontecendo, até porque o jornal tem um limite de espaço. Os jornais são separados por cadernos e estes tem número determinado de páginas, então ele não pode ter duzentas páginas porque isso implica em custo. Tem coisas acontecendo o tempo todo e em todos os lugares, como vamos juntar todas essas informações e separar o que nos interessa. Vamos trabalhar em cima de alguns critérios:

-A importância que a notícia tem para o maior número de pessoas da população.

-O impacto daqueles interesses dos donos dos jornais. Se está acontecendo uma notícia que é favorável para o dono do jornal, mesmo que indiretamente, em Taguatinga e tem só mais um espaço para colocar a notícia, então vai depender do interesse do dono do jornal qual a notícia que deve ocupar o espaço. Alguns critérios são cumpridos de maneira coerente e outros são cumpridos de maneira muito subjetiva, muito pessoal.

Definidos os assuntos que vão ser colocados na pauta, que é a primeira etapa do trabalho, a próxima etapa será a reportagem. Os repórteres vão sair para levantar as informações desses assuntos para poder gerar as notícias. Temos uma pessoa que faz a pauta e uma segunda pessoa que faz a reportagem. A pessoa da pauta precisa estar na redação para continuar levantando informações dos assuntos de amanhã, porque os de hoje o pessoal da reportagem já foi para a rua fazer. Depois que o repórter volta para a redação, ele redige o texto e deixa pronto. A jornada diária do jornalista, pela legislação trabalhista é de cinco horas por dia e como os salários não são tão altos, ele geralmente trabalha em dois ou três lugares ao mesmo tempo. Ele pode trabalhar num jornal de manhã e numa rádio à tarde. A reportagem que ele deixou pronta na redação do jornal vai para a mão do editor que é a terceira pessoa que vai tratar do mesmo assunto. O editor diz o espaço que aquela notícia vai ocupar no jornal e qual é a ordem de importância dela, se ela vira manchete ou se ela é uma notícia que não tem tanta importância e vai para o meio de um bloco e fica ali como recheio. O editor vai definir se o texto está muito grande se precisa ser diminuído para encaixar no tempo disponível, no espaço que tem disponível. O editor não fez o levantamento de informações da pauta e não foi para a rua fazer a entrevista, ele está pegando uma coisa pronta, mas ele que vai passar a tesoura. Isso tem um reflexo na notícia porque se uma pessoa sabe o que é o assunto na pauta, mas o repórter não conseguiu pegar direito a ideia e o editor muito menos, o assunto vai se perdendo nesse processo. E aí chega no final que é a divulgação, no jornal impresso, na revista, no rádio, na televisão, no telejornal e aí pode chegar completamente diferente do que foi visto no início do processo.

Esse problema é muito recorrente que acontece e por isso várias pessoas não gostam de dar entrevista por conta disso e outras que dão a entrevista e querem ler o texto antes de ser publicado. É um direito da fonte, mas que profissionalmente é como se fosse um tipo de censura sobre o trabalho. A orientação que se tem nas redações é não liberar o texto para que as fontes que deram a informação leiam. Esse é o processo, e às vezes, ele é meio truncado porque você tem pessoas diferentes trabalhando o mesmo assunto, com visões diferentes, com entendimento diferente para divulgar aquela informação. É uma rotina que está estabelecida a muito tempo e está consolidada, difícil de mudar porque se ela for alterada compromete a rotina de trabalho nas redações também. Temos que aprender a conviver com o fato para tirarmos um resultado positivo do trabalho.

Devido a essa rotina de trabalho, temos o jornalista tendo acesso a muitas informações, um ritmo de trabalho muito acelerado, que compromete a qualidade da informação. Se o jornalista tem cinco horas para trabalhar em cada um dos empregos, sobra apenas uma hora para almoçar e se deslocar até o próximo local de trabalho. Então, quanto mais rápido ele fizer a matéria, melhor para ele, porque mais cedo ele estará liberado ou dentro do horário, só que essa pressa pode comprometer a qualidade da informação, porque pode deixar uma coisa importante passar despercebida, ou você pode fazer uma coisa importante ficar de fora do assunto ou ser colocada de uma maneira incorreta, que é outro ponto complicado também.

Os jornalistas têm muitos prazos para cumprir porque, por exemplo, um dos que eu considero o mais estressante é o da televisão, que como você tem uma grade de programação que é extremamente rigorosa com horários, tem um horário para fechar o telejornal, as notícias que vão ser divulgadas e se você não fechar não vai entrar, porque não tem como. Isso dá uma taquicardia, um nível de adrenalina muito alto. Para quem está assistindo em casa pode parecer mais tranquilo, mas é muito acelerado. Isso compromete também, porque gera uma rotina estressante, em geral existe uma baixa remuneração e por conta dessa correria toda existe uma dificuldade muito grande para atualização e para reciclagem do trabalho que é uma coisa fundamental.

Hoje em dia, o jornalista tem que ter conhecimento de tudo, mas tem que ter uma boa base de outras coisas. Tem que saber muito bem o que acontece no Congresso, se trabalhar com política, ou se for escalado para trabalhar com política, tem que saber muito bem o que acontece com a economia, na área de responsabilidade social e assim por diante. É a regra do oito ou oitenta, o jornalista tem que saber fazer o doce e dar conta da confeitaria toda também.

A pressão do interesse dos veículos de comunicação, gera uma disputa com a ética profissional, que não sabemos exatamente o que acontece. Na prática existe uma pré-determinação para trabalhar de uma certa forma, mas que na prática as coisas nem sempre funcionam como deveriam ser, por causa da questão de atender outros interesses.

O jornalista deveria ter um compromisso com a verdade, só que a verdade como ela realmente é, e às vezes, é a verdade do dono do jornal ou de quem está passando a informação e não a verdade concreta, como as pessoas deveriam saber. O jornalista tem que ter o compromisso de informar de uma forma imparcial à opinião pública e mostrando ângulos diferentes, como já vimos. Dessa forma ele estaria contribuindo para uma sociedade mais justa e desenvolvida em vários aspectos, pois para muitos jovens que vão entrar na Universidade para fazer o curso, muitos ainda têm esse glamour, uma visão cor-de-rosa do curso e na prática não é bem assim. A realidade profissional do mercado é bem diferente. Ela não é completamente negativa, ela tem espaços muito bons ainda.

Não podemos negar o poder de mobilização da mídia que é muito grande. Que a mídia conseguiu grandes conquistas para a sociedade como um todo, ao longo da sua existência .

Se o sistema está estabelecido e as coisas estão acontecendo como vamos achar brechas para buscar alternativas.

Existem formas de se lutar contra o mercantilismo, contra a questão do mercado que trabalha a notícia como um produto, para que se ache brechas. Uma das formas são os meios de comunicação independentes, um deles é a internet.

Podemos tirar proveito da questão de que hoje em dia, o tema responsabilidade social está sendo muito divulgado nos meios de comunicação, ele está tendo muito espaço. Sabemos que em alguns casos as iniciativas são muito assistencialistas e não resolvem as coisas, não mudam a realidade, elas servem para tirar uma foto e colocar no relatório anual da empresa, no balanço social da empresa, mas elas não mudam a realidade daquela comunidade, mas em outros casos se faz um trabalho muito sério e que realmente ajuda no processo de crescimento daquela comunidade ou daquele grupo, daquele seguimento. Se esse espaço já está existindo, porque que não se tira proveito dele. É uma maneira de incentivar iniciativas que são desenvolvidas por ONGS e por entidades da sociedade civil, que dão espaço, não só na questão da inclusão para portadores de necessidades especiais, mas para vários outros seguimentos, comunidades remanescentes de quilombos, comunidades indígenas, para mulheres em situação de risco, crianças em situação de risco também, uma série de seguimentos que podem se beneficiar desse espaço que está sendo aberto para esse tema de responsabilidade social. É uma questão de trabalharmos isso para tirar benefícios positivos, para mostrar mais os movimentos, para mostrar resultados que estão sendo alcançados, captar recursos para desenvolver esse trabalho também e para uma série de outras coisas que podem ter resultado positivo.

Para isso é necessário articular a sociedade civil, não só dos movimentos e nem das entidades, mas da sociedade, conscientizar principalmente através da educação e já trabalhando uma perspectiva de futuro, de trabalhar os futuros cidadãos, a questão das escolas que recebem portadores de necessidades especiais estudando numa sala com as crianças consideradas normais.

Como o tema responsabilidade social é constante hoje na pauta, vamos tirar proveito disso. Só que temos um problema, responsabilidade social é um tema abrangente, existe uma certa disputa, mas é diferente da disputa de mercado. Numa disputa de mercado tem uma empresa querendo eliminar outra concorrente, nesse caso é diferente porque a linha de raciocínio é uma, não é a mesma do mercado, e você não quer eliminar um outro seguimento social que precisa de apoio, de visibilidade e de ajuda, muito pelo contrário, é necessário fortalecer esse movimento e juntar com o seu para que possam potencializar a força que tem e alcançar recursos e benefícios para todos.

Um dos temas da área social são os portadores de deficiências, não menos importante ou mais importante que os outros, mas é um entre vários. Então é necessário haver uma articulação entre esses vários seguimentos para que todos possam tirar um proveito positivo desse espaço na mídia também. Ainda nesse caso específico, sabemos que é um tema pouco trabalhado pela mídia em vários aspectos. Existe um programa na TV Globo, chamado Ação, que passa aos sábados pela manhã sobre responsabilidade social, mas é um programa que pouca gente assiste por causa do horário que ele passa, embora tenha um conteúdo muito importante o horário não é bom.

Então, porque não usar esses programas em horários nobres, mesmo que fosse com um tempo reduzido, já que as emissoras não querem abrir espaço para o que é considerado o filé da programação. Isso depende de reivindicação, se a audiência fizesse isso, provavelmente o programa seria encaixado num outro horário.

A própria questão dos portadores de necessidades especiais é diversificada. Temos problemas auditivos, visuais, de locomoção, a própria questão dos portadores de

necessidades especiais é diversificada, e isso não quer dizer que seja um ponto ruim ou negativo, muito pelo contrário.

O jornalista, de uma maneira geral, não tem ainda a preparação para trabalhar esse tipo de temática é preciso ainda trabalhar com iniciativas bem básicas de fazer uma oficina para explicar os tipos de deficiência, como elas acontecem, quais são os processos de tratamento que existem, se for o caso de tratamento, ou se não há tratamento, o processo de inclusão dessa pessoa no convívio de um modo geral. Existe muita desinformação ainda por conta disso. O espaço que o assunto merece ainda não é o devido. Eles dão muito espaço para o que se chama notícia espetacular, o casamento do artista tal, ou as notícias negativas, derrubaram o Ministro tal, escândalo de desvio de dinheiro. Notícias ruins vendem muito mais do que as positivas.

Temos responsabilidade nisso, uma vez que somos os consumidores da notícia. As vendas das revistas de fofocas são muito maiores do que da área social. Se você oferecer uma revista “Contigo” e um informativo de um ONG da área social, mesmo de graça, se ela puder compra a revista e não recebe o informativo.

As notícias boas, em geral, não dão ibope e por isso não são tão trabalhadas nos meios de comunicação.

Para encerrar faremos umas considerações de que é preciso um trabalho envolvendo, os jornalistas, os meios de comunicação, os Governos e a Sociedade Civil de um modo geral e a educação inclusiva é um bom exemplo de que isso pode ser trabalhado de forma abrangente fazendo uma costura de todos esses seguimentos para conseguir espaço.

Nessa área, temos várias iniciativas do Ministério da Cultura.

Separei duas coisas para o encerramento dessa palestra:

Uma é um comercial de TV que já foi veiculado a algum tempo sobre o recebimento nas escolas de alunos portadores de necessidades especiais, que quase arreventou o sistema de telefonia do MEC, pois as pessoas queriam saber quais eram as escolas, como funcionava. Existe uma demanda reprimida muito grande e quando o meio de comunicação consegue alcançar essa demanda, ele tem uma resposta positiva.

É preciso que continuemos esse trabalho que já começou, que ele se consolide e seja ampliado, para que os resultados sejam mais positivos ainda.

É incrível que em alguns Municípios, alguns Estados, gestores ainda não sabiam de programas que o Ministério da Educação tem, disponibilizando recursos, material didático, condições para infraestrutura, adaptação física de infraestrutura para que as escolas possam receber os alunos. Ouvi de muitos professores de alguns Municípios que seria mais fácil juntar todas as crianças com necessidades especiais numa escola só. Isso nos levaria ao modelo antigo. A proposta do Ministério da Cultura não é essa e também das organizações e entidades que lutam pela inclusão social.

A partir de iniciativas como as do MEC e outras que vocês conhecem, que vocês trabalham no dia-a-dia de vocês é possível conseguirmos fazer essa reversão no quadro que a mídia tem hoje.

Penso que o quadro da mídia não é negativo, apenas não é favorável, mas pode vir a ser se trabalharmos para mudar essa situação.

Era isso que eu queria trazer para vocês. Agradeço a atenção e me coloco à disposição.

Plenária Final:

Coordenação: Prof. Franclin Nascimento

É companheirada, estamos chegando ao final. Foram 04 dias de muito trabalho, muita discussão, polêmicas mas principalmente de um grande passo rumo à inclusão em nossas instituições. Existe uma frase que quero deixar a cada um de vocês e a cada Gestor e colega do MEC que possibilitou a realização deste evento:

- “Muito obrigado. Que “Papai do céu” abençoe a todos e todas.

Antes de encerrar, gostaria de convidar a Senhora Roseneide para proferir algumas palavras.

Profª Roseneide Monte:

Gostaria de dizer que, infelizmente, não pude ficar aqui com vocês durante todo o período do Seminário, mas ficaram duas pessoas do Ministério da Cultura, anotando os pontos principais e vamos fazer um relatório do evento.

No que no que depender do Ministério da Educação para fazer algo para implementar esse Programa será feito, com certeza.

Obrigada pela participação de todos.

Educação Profissional não é a minha área específica, mas trabalho na educação especial a muitos anos. Não sou gestora central oficial da SEESP, mas estou aqui para levar o resultado deste evento à discussão e defender a causa diante da Secretaria e farei isso com muito prazer.

Agradeço a oportunidade, desejo feliz natal a cada um e suas famílias e sucesso ao retorno.

Muito obrigada.

Prof. Franclin Nascimento

Bom, eu vou ler os pontos-chave aqui levantados e discutidos e iremos encaminhar. Após a aprovação da Plenária será convertido em um “Relatório de Encaminhamentos Finais” que será encaminhado à alta-gestão do MEC para as providências. Então, vamos lá:

- [...]

OBSERVAÇÃO: O Relatório poderá ser encontrado no Anexo II.

Trabalhos inscritos (apresentação oral e em pôsteres):

I - A CONSTRUÇÃO DA PEDAGOGIA INCLUSIVA NO ENSINO PROFISSIONALIZANTE DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CASTANHAL - PA.

Autora: Mônica Coeli Soares Mesquita & outros.

Escola agrotécnica Federal de Castanhal - PA.

e-mail: moncoeli@gmail.com/ tecnep@eafc-pa.gov.br

A Escola Agrotécnica Federal de Castanhal - Pa, tendo como missão ser um centro de referência de ensino profissionalizante na área agropecuária no Estado do Pará e sendo parte integrante do projeto TEC NEP; desde 2001 implementa juntamente com entidades governamentais e não governamentais um programa de Inclusão dos portadores de necessidades especiais na educação profissional e no mercado de trabalho.

Inicialmente com o projeto de inclusão social "Inserção de Portadores de Necessidades Especiais no Mercado de Trabalho na grande Castanhal" apresenta-se à parceria SETEC/SEESP e atualmente com o projeto "A Construção da Pedagogia Inclusiva no Ensino Profissionalizante..." atualiza suas ações a realidade vigente e as expectativas da parceria.

Com o primeiro projeto a EAFC iniciou um trabalho de reeducação social e pedagógica para a inclusão, através de sensibilização, mesas redondas, oficinas pedagógicas, oferecendo serviços técnicos de apoio e acompanhamento a praticantes de equoterapia e intercâmbios entre escolas municipais e estaduais que atendem alunos deficientes através de visitas e atividades que favoreçam o encontro entre alunos da EAFC e das classes especiais do município.

Atualmente vem ampliando seu cadastro no banco de recursos humanos de pessoas portadoras de necessidades especiais - PNE's, capacitando professores e técnicos na educação especial de forma a melhorar sua oferta de cursos profissionalizantes a esta clientela, bem como oferecendo oportunidades a detentos em liberdade assistida a prestar serviços e receber formação profissional em suas dependências.

O projeto tem como objetivo geral Construir as bases para a educação inclusiva no ensino profissionalizante da Escola Agrotécnica Federal de Castanhal-Pa, através da garantia de condições para o funcionamento do NÚCLEO DE APOIO A PESSOAS COM

NECESSIDADES ESPECIAIS, articulando parcerias com diferentes segmentos da educação que promovam políticas de atendimento aos PNE's; construindo e desenvolvendo metodologias pedagógicas que favoreçam a inclusão do PNE's no ensino profissionalizante, sensibilizando as pessoas para a convivência na diversidade na superação de medos e preconceitos, promovendo a capacitação de técnicos e docentes para o desenvolvimento das políticas de atendimento aos PNE's e captando recursos financeiros e humanos para a realização dos projetos junto a entidades governamentais e não governamentais.

O público alvo: pessoas com necessidades educacionais especiais das mais diferentes categorias(deficientes, super dotados, pessoas com condutas típicas, detentos em liberdade assistida, crianças e adolescentes em situação de risco, idosos)

O plano de ação: a execução do projeto se dá através dos sub projetos:1) Inclusão digital, 2)Construindo a cultura inclusiva, 3) Trainee: Formação no trabalho.

Atualmente a EAFC atende no ensino médio agropecuária 1 deficiente físico , no ensino pós-médio agropecuária 01 deficiente visual, no pós médio agroindústria 01 deficiente físico. No projeto trainee: formação no trabalho 03 deficientes físicos, 12 apenados (detentos em liberdade assistida). Projeto colocação e acompanhamento profissional(trabalho competitivo): 01 deficiente físico e 01 deficiente visual.

II - A CONSTRUÇÃO DO NÚCLEO DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA AGROTÉCNICA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DE SEUS LIMITES E POSSIBILIDADES.

Autoras:

Rosiane Maria da Silva - Coordenadora do NAPNEs da Escola Agrotécnica de Uberlândia, MG

e-mail: rosiane@eafudi.gov.br

Lílian Fagundes Gonçalves - Graduada em Ciências da Computação. Professora no curso técnico de Informática da Escola Agrotécnica de Uberlândia

e-mail: lilifagundes@yahoo.com.br.

Resumo:

A elaboração e consolidação de uma proposta em Educação Inclusiva na Educação Tecnológica deve considerar questões referentes ao projeto político-pedagógico das escolas agrotécnicas, tais como a concepção de ensino-aprendizagem, de aluno, e das relações educativas e de avaliação, predominantemente tradicionais. As práticas da escola brasileira, aliadas à falta de formação continuada de professores e suas condições de trabalho, também contribuem para a segregação do indivíduo diferente, gerando sua exclusão do sistema escolar. A Educação Tecnológica deve contemplar a garantia do direito à educação por todos os indivíduos, inclusive para deficientes. Após séculos de exclusão escolar endossada por ciências como a Psicologia e a Medicina, as escolas brasileiras não podem mais atualmente ignorar o dever de atenderem no sistema regular alunos com necessidades especiais, sob risco de tornarem-se obsoletas diante do avanço científico e das exigências do mundo do trabalho. Este trabalho objetiva analisar de modo crítico as dificuldades e avanços para a consecução de uma proposta em Educação Inclusiva em uma Escola Agrotécnica Federal e descrever as ações desenvolvidas. Com isto, pretende-se gerar uma reflexão sobre o estágio do projeto pedagógico na referida instituição, por entender-se que essa pode gerar mudanças nas práticas educacionais e favorecer a inclusão escolar dos alunos. O estudo está sendo desenvolvido em uma escola de educação tecnológica no município de Uberlândia, Minas Gerais. O método de pesquisa caracteriza-se por ser quantitativo e qualitativo, envolvendo pesquisa-ação junto aos participantes (alunos, pais e professores e diretores e os próprios pesquisadores-profissionais) durante situações de intervenção psicoeducativa e organização e análise de dados quantitativos referentes a dados de alunos e parcerias. O desenvolvimento desse trabalho consistiu em uma análise crítica feita durante descrições de processos de elaboração e divulgação do projeto, sensibilização da comunidade escolar, estabelecimento de parcerias e implementação preliminar do plano de ações (com realização de dinâmicas e oficinas, destinados a alunos normais e não normais sobre inclusão social; entrevistas, aplicação de

jogos, tutorias, etc.). Como resultados atingidos pelo trabalho, apontam-se: a aceitação pela comunidade escolar em oferecer atendimento para 3 alunos portadores de necessidades especiais em 2005; mudanças de atitudes por parte dos alunos e educadores com relação a educandos com necessidades especiais atendidos pelo núcleo e transformações no projeto pedagógico da escola, materializado na melhora de das práticas de docentes e de coordenadores. Um outro avanço foi a permanência na escola de um aluno portador de condutas típicas com história de exclusão escolar. Como aspectos falhos do trabalho, notam-se: ausência de encontros pedagógicos para capacitação do educador durante 2005; falta de recursos humanos das áreas pedagógica e psicopedagógica; conservadorismo da equipe docente com relação ao ensino de pessoas com necessidades especiais; ausência de formação educacional atualizada dos educadores. Como resultados pretendidos, espera-se que ocorra uma revisão do projeto pedagógico da escola com vistas a adequá-lo melhor aos princípios da sociedade inclusiva.

III - A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A INCLUSÃO ATRAVÉS DO TEATRO DE BONECOS.

Autores:

Narla Sathler Musse Oliveira - CEFET-RN - narla@cefetrn.br

Henry Pereira Lima - CEFET-RN - henrybio@pop.com.br

Elizabeth Cristina Gomes Santos - Voluntária - elizabethcristina@ig.com.br

Jomar de Freitas - CEFET-RN - jomar@cefetrn.br

Na década de 80, pouco se falava em educação ambiental no Brasil. Hoje, a educação ambiental é imperativa. É obrigação. Ensinamos nossos filhos a ter respeito e preservar o meio ambiente. Condenamos aqueles que não tem esta preocupação. Tornou-se algo natural, de nosso dia a dia, corriqueiro. Assim também é o processo de inclusão. A inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais não é feita através de decretos e leis. A verdadeira inclusão é aquela em que os paradigmas são quebrados e todos se unem no intuito de fazer do diferente um igual. A inclusão também é imperativa, assim como o é a preservação do meio em que vivemos. O processo de inclusão consiste em integrar a pessoa com deficiências à comunidade. O CEFET-RN através do Núcleo de Inclusão e em parceria com alunos voluntários iniciou um trabalho objetivando desenvolver novas metodologias para o ensino da educação ambiental de forma lúdica e com o olhar inclusivo. A primeira etapa do trabalho consistiu na oferta de uma oficina para 8 alunos, com carga horária de 60 horas, entre eles uma aluna com Síndrome de Down e uma da terceira idade. Durante a oficina os alunos aprenderam técnicas básicas de tricô para a construção de bonecos e, elegeram os personagens que queriam construir. Através de desenhos de livros e pesquisa na Internet e com a ajuda de dois facilitadores voluntários, foram montados os diagramas de construção dos personagens. Durante as aulas eram levantados aspectos relacionados educação ambiental, utilizando revistas de histórias em quadrinhos. Em cada aula era discutida uma temática, onde todos os alunos davam opiniões ou expressavam suas dúvidas. Os personagens foram construídos por etapas: pernas, corpo, braços, etc. e posteriormente montados com a possibilidade de serem movimentadas com as mãos. Entre os personagens construídos estavam a coruja, caramujo, tartaruga, sapo e gato. Ainda durante as aulas, os alunos, orientados pelos facilitadores, começaram a construir uma história com uma abordagem ambiental, para ser encenada. Na peça todos os personagens estariam envolvidos. Ao final da oficina foi montada uma peça teatral, apresentada durante o "I Seminário de Educação Inclusiva do CEFET-RN", que abordava questões relacionadas à poluição de um importante rio da cidade, o Rio Potengi. A peça teatral foi montada com a participação de 5 atores, entre eles a aluna da terceira idade que construiu e deu vida a uma coruja e a aluna com Síndrome de Down, que não conseguiu fazer o tricô, mas participou ativamente das discussões durante as aulas e deu vida a uma gata construída por outra aluna. O grupo de teatro foi batizado de "Caracol Viajante" e pretende ser um grupo aberto a qualquer participante que se preocupe com a preservação do meio ambiente. As novas etapas do trabalho serão: a) oferta de novas oficinas, atendendo pessoas com deficiência mental e auditiva e da terceira idade em ambiente inclusivo; b) Novas apresentações teatrais com os personagens já construídos e novas histórias; c) elaboração de material didático para confecção de bonecos e educação ambiental; d) pesquisa de materiais alternativos e novas metodologias de confecção de personagens.

IV - A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO CEFET-RN SOB A LUZ DO DECRETO 5154/2004.

Autora: Narla Sathler Musse Oliveira - CEFET-RN

e-mail: narla@cefetrn.br

A educação profissional no Brasil teve início com as escolas de ofícios, onde a técnica era repassada diretamente do instrutor ao aprendiz. Em 1909, através do decreto 7566 são criadas as escolas de aprendizes e artífices, voltadas para a formação dos filhos dos "...desfavorecidos da fortuna...". Portanto uma escola voltada para os excluídos, porém sem referência aos deficientes. Muitas mudanças ocorreram desde então e, essas instituições passaram por mudanças significativas, com aporte de equipamentos, recursos humanos e modificações em seus currículos, voltados para a formação técnica, com embasamento científico. Durante esse tempo não havia referências à formação da pessoa com necessidades educacionais especiais nessas instituições. Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, e mais especificamente o Decreto 2208/97, a educação profissional passa a ser oferecida em três níveis: básico, técnico e tecnológico. A de nível básico, destinada à profissionalização, independentes de escolaridade prévia. Com o amparo desse decreto, revogado pelo decreto 5154/2004, a Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC), em parceria com a Secretaria de Educação Especial (SEESP), criaram o programa TEC NEP (Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Especiais), voltado para a inserção das Instituições Federais de Educação Tecnológica (IFET) no atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais nos cursos de nível básico, técnico e tecnológico. O CEFET-RN oferece cursos de educação inicial e continuada em ambiente inclusivo desde 1994. Amparado pelo Decreto 5154/2004 e, em consonância com o Programa TEC NEP, reformula os cursos básicos na área das pedras preciosas (artesanato mineral e joalheria), O principal objetivo desses cursos é possibilitar a profissionalização, em um ambiente inclusivo de deficientes auditivos, mentais e físicos, aproveitando a potencialidade mineral (matéria-prima) e turística (comprador) do Rio Grande do Norte. Os cursos, com carga horária variável entre 20 e 100 horas, são gratuitos, com oferta de pelo menos 1 turma por ano, chegando a 3 turmas por semestre. São confeccionados anéis, brincos e pingentes, e o processo envolve desde a fundição da liga metálica de prata até o acabamento final da peça. Várias adaptações arquitetônicas foram efetuadas na escola e adaptações metodológicas foram introduzidas nas diferentes etapas do curso como forma de atender aos diferentes alunos e às suas necessidades. O curso de joalheria e artesanato mineral, oferecido pelo CEFET-RN tem servido como referência de capacitação de pessoas com necessidades especiais no nível básico, dentro da rede de educação profissional, tendo capacitado dezenas de pessoas com deficiência auditiva, mental e física. Porém essa capacitação fica restrita à simples transferência da técnica do fazer, com o suporte da base científica inadequado e sem acompanhamento posterior à capacitação e colocação no mercado de trabalho, representando um gargalo que deverá ser trabalhado em conjunto com as instituições de apoio ao deficiente, escola e família, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social, formando um técnico cidadão.

V - A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS COMO QUESTÃO.

Autora: Giselle do Lago e Pretti – Coordenadora do NAPNE do CEFET-SP - Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo

e-mail: gisellepretti@cefetsp.br

Encontramo-nos em um momento da história no qual quase todos os campos, da vida ou do conhecimento, pode ser tido em uma crise de paradigmas. A sociedade mostra-se em crise: a globalização, impondo a todos uma universalização de costumes, hábitos e conhecimentos, ameaça cada diferença e cada diferente, ameaça o que é individual. A pessoa está em crise: valores morais e éticos que poderiam estar sendo superados por novos padrões parecem mais estar sendo desconsiderados. O tempo está em crise: sabe-se de tudo imediatamente (enquanto só se tem certeza do que se viveu se esta vivência estiver confirmada nos meios de comunicação) sabe-se de tanto que não se tem tempo para saber o que fazer com tudo isso. O trabalho está em crise: não se sabe mais ao certo qual a relação entre formação e escolaridade, entre escolaridade e emprego, entre emprego e ocupação, entre ocupação e salário.

Cada ciência também vive a sua crise, sua crise de paradigmas. As ciências humanas - que mal chegaram a um consenso sobre como ser ciência - vivem cada qual a sua própria. A Educação vive a sua: qual o seu papel diante destas novas demandas, qual virá a ser a sua missão, como aferir a qualidade dos processos que ela impetra. A educação para o trabalho e a profissionalização, também buscam se adequar aos novos contextos e novos parâmetros. A educação de pessoas com necessidades especiais, de igual forma, vive sua crise de paradigmas.

Neste contexto, ao realizar o trabalho proposto pelos NAPNEs - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, nos vemos como que "enredados", envolvidos por cada uma das crises enumeradas anteriormente.

Como num nó daqueles que fazem a amarração de uma rede de pesca, o trabalho de oferecer formação profissional a pessoas com necessidades especiais, une os fios da educação aos da formação profissional, da preparação para o trabalho, da inserção no mercado do trabalho, do próprio mercado de trabalho, dos direitos e deveres de pessoas com ou sem necessidades educacionais especiais, e também dos direitos e deveres de empregados e empregadores, da formação dos professores para trabalhar com necessidades educacionais especiais, da missão das Instituições Federais de Ensino (como centros de excelência, com a qualidade).

Unindo estes fios é preciso que se assuma com seriedade a condição de estar em crise, ainda que considerando que o que nos compete nela é muito menos que a crise de cada fio em particular. Porém, juntando de cada fio aquilo que nos compete, talvez estejamos frente a uma questão maior do que poderemos resolver com a prontidão e a exatidão que gostaríamos.

Porém, não é por estarmos neste nó que precisaremos permanecer presos nele, temos a possibilidade de construir soluções, de experimentar novas alternativas colaborando, assim, para a superação dos antigos paradigmas e a construção de novas maneiras de pensar e fazer educação.

VI - A OPINIÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE A RESERVA DE VAGAS PARA ACESSO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO CEFET-RN.

Autoras:

Narla Sathler Musse Oliveira

CEFET-RN - narla@cefetrn.br

Margareth Miria R.Olinto Amaral

CEFET-RN - margareth@cefetrn.br

Neuza Maria Dantas - CEFET-RN

neuza@cefetrn.br

Maria Rita Vitor Martins Rodrigues

CEFET-RN - mariarita@cefetrn.br

As Instituições Federais de Educação Tecnológica – IFETs têm recebido em seus cursos de formação inicial e continuada (Decreto 5154/2004), alunos com deficiências mentais, auditivas, visual, física, entre outros. Algumas destas escolas já recebem, através de exame de seleção, alunos nos cursos técnicos e tecnológicos, porém de forma bastante tímida, não chegando a uma centena de pessoas em todo o território nacional. O Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte - CEFET-RN recebe alunos com deficiências desde 1994, em sua maioria nos cursos de formação inicial e continuada. Alguns alunos com deficiências físicas já foram atendidos no ensino médio. Nos últimos exames de seleção para acesso à escola, 6 alunos com deficiência auditiva passaram pelo processo seletivo, mas não obtiveram a média de aprovação. A instituição oferece a estes alunos alguns diferenciais como: provas com letras aumentadas para pessoas com baixa visão; provas em braile para pessoas cegas e interprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para surdos. Além disso, estes alunos contam com um acréscimo no tempo para a realização da prova. A reserva de vagas para acesso desta clientela já tem sido adotada por instituições como CEFET-BA e CEFET-SE. Como o tema de reserva de vagas para qualquer grupo de pessoas é um assunto que gera polêmica, o CEFET-RN, através de seu núcleo de inclusão e os alunos das licenciaturas de física (turma 6.73/2005) e geografia (6.74/2005) realizou uma pesquisa de opinião na comunidade escolar com o intuito de subsidiar a solicitação de reservas de vagas nos exames de acesso a instituição no ano de 2006. A pesquisa foi realizada entre os servidores (professores e técnicos administrativos), alunos e gestores, entre os meses de maio e junho de 2005. A divulgação da pesquisa foi realizada através da página eletrônica da escola, nas reuniões pedagógicas e através dos líderes de classe. Foram enviados 617 correios eletrônicos para os servidores em dois momentos. No primeiro, somente 15 pessoas responderam. Em um segundo momento houve uma maior contribuição com retorno de 72, representando no final 12% do universo de servidores. Entre os 3800 alunos matriculados foram pesquisados 259, em diferentes cursos, representando 6% do total. E, entre os 14 gestores foram entrevistados 12, representando 86% do total. Em todos os segmentos entrevistados, cerca de 18% tem pessoas com deficiência na família. Quanto à reserva de vagas, entre 75% e 85% são favoráveis as reservas de vagas. Entre os alunos, 78% são favoráveis a reserva de vagas e destes, 21% são favoráveis com restrições, principalmente a falta de capacitação dos professores. Entre os servidores 83% são favoráveis as reservas de vagas e entre estes, 42% com restrição semelhante a dos alunos. Entre os gestores 75% são favoráveis à reserva de vagas e entre estes 8% com restrição, também relacionada à capacitação de professores. A pesquisa demonstrou que a

comunidade escolar é favorável à reserva de vagas, desde que os professores estejam capacitados e a escola passe por adaptações arquitetônicas.

VII - A OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS ATRAVÉS DA UNIÃO DO NÚCLEO DE APOIO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E O NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE BENTO GONÇALVES-RS.

Autores:

Luís Carlos Cavalheiro da Silva

prof.cavalheiro@cefetbg.gov.br

Neiva Maria Bervian

neivabervian@hotmail.com

Centro Federal de Educação Tecnológica
de Bento Gonçalves - RS

INTRODUÇÃO - Este trabalho apresenta uma experiência bem sucedida de integração e respectiva otimização de recursos, entre o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais e o Núcleo de Educação a Distância do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves - RS.

JUSTIFICATIVA - Esta iniciativa se deu pela necessidade que se teve de otimizar recursos de estruturas físicas, bem como, de recursos humanos.

OBJETIVOS - A união do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) e o Núcleo de Educação a Distância (NEAD) se deu com o objetivo de otimizar recursos físicos e humanos com o fim de promover a integração de atividades pedagógicas, buscando sempre a inclusão digital de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (PNEEs), com o intuito de qualificá-las, tornando-as aptas a ingressarem no mundo do trabalho. Outro objetivo dessa integração é utilizar os recursos e a experiência dos profissionais envolvidos, para capacitar professores da Rede Federal na utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), para promoverem a inclusão de PNEEs no mundo do trabalho.

METODOLOGIA - Os núcleos recebem atualmente quatro alunos deficientes visuais (dv's), os quais participam ativamente de aulas de Informática auxiliados por uma professora Cientista da Computação, especialista em Psicopedagogia, mestre em Educação e doutoranda em Informática na Educação, assessorada por uma equipe técnica composta de profissionais de nível superior e técnicos de nível médio. Durante os estudos, são utilizados computadores atualizados, equipados com Internet e software apropriados para tais atividades. O curso contempla a utilização de editor de textos, acessos à Internet, contas de e-mail e software de comunicação, tais como: skype, msn e icq. Além desses, utilizam-se Tecnologias Assistivas como: programas ampliadores de imagens, leitores de telas e interfaces especializadas.

RESULTADOS ALCANÇADOS - Desde o início das atividades, em julho de 2005, o NAPNE está em pleno funcionamento e alcançando os objetivos a que se propõe. O resgate da auto-estima (que na maioria das vezes é baixa) e o simples fato das PNEEs sentirem-se encorajadas a buscarem uma oportunidade no mercado de trabalho são os mais gratificantes resultados alcançados por nossa equipe.

RESULTADOS DESEJADOS - O que se espera dessa integração é que ela seja de fato bem sucedida, promovendo a disseminação de conhecimentos através do NEAD, instruindo outros professores, através de cursos a distância, via Internet, para que possamos juntos promover a tão sonhada inclusão social dos PNEEs, fazendo com que estes se mantenham incluídos no mercado de trabalho, sendo esse o nosso maior objetivo.

VIII - SOFTWARE EDUCACIONAL DE APOIO A CRIANÇAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA - DICIONÁRIO CLIQUE AMIGO.

Autoras:

Silvana Luciene do N. Cunha Costa

Geane Delgado de Albuquerque

Solange Cristina do Vale

Coordenação do Curso Superior de Telecomunicações do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba.

Resumo

A deficiência auditiva é uma questão social. Por não possuir uma percepção sensorial, a criança com deficiência auditiva passa a ter problemas emocionais e sociais. Contudo, através de uma terapia que vise o estabelecimento de uma boa comunicação, é possível integrá-lo à sociedade. Para tanto, existem recursos capazes de melhorar a comunicação entre ouvintes e surdos. Dentre estes destacamos a utilização de softwares que, por meio de realimentação visual, auxiliem a educação. Este trabalho tem como principal objetivo auxiliar a criança no aprendizado de palavras e situações cotidianas, através de um software educacional constituído de ilustrações, vídeos (linguagem de sinais - LIBRAS) e sons (para aqueles que possuem audição residual). Estes recursos remetem a temas cotidianos baseados em uma pesquisa de vocabulário costumeiro e conceitos abstratos, que são de difícil compreensão para o portador de deficiência auditiva. O software é desenvolvido utilizando a ferramenta computacional Macromedia Flash MX, onde um ambiente agradável e de fácil manuseio é implementado, levando em consideração a faixa etária do usuário. Assim, almeja-se auxiliar não só o processo de aprendizagem, como também prover um subsídio para que pessoas portadoras de deficiência auditiva sejam mais facilmente inseridos na sociedade.

Palavras-chave: deficiência auditiva, software educacional, inserção social.

1. Introdução

Inclusão social tem sido de tema de grandes reflexões na sociedade. Buscam-se, cada vez mais, alternativas na oferta de oportunidades às pessoas com necessidades especiais. Oportunidades essas que, para resgatar a cidadania desses indivíduos perpassam pelo acesso à educação, saúde, lazer, trabalho, enfim tudo o que um cidadão tem direito. Pessoas com necessidades especiais, especificamente, com deficiência auditiva necessitam de um amparo especial no que tange à comunicação. A pessoa com surdez enfrenta muitas barreiras, já que mesmo sendo a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, considerada e legalizada como a primeira língua para a comunidade surda, a sociedade brasileira não se encontra preparada para comunicar-se com esses indivíduos. Com isso, as dificuldades já começam na família, depois na escola. Segundo a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, as escolas públicas devem estar preparadas para receber o aluno surdo, seja utilizando intérpretes, seja através de professores conhecedores da LIBRAS. Além disso, há a responsabilidade de garantir a acessibilidade desses indivíduos à comunicação, além de outras medidas que visem a inclusão da pessoa com surdez. No entanto, observa-se que, o que é de direito, ainda não acontece de fato. A pessoa com surdez enfrenta, ainda, muitas dificuldades ao acesso e permanência na escola, tendo seu aprendizado prejudicado e, conseqüentemente, suas conquistas sociais.

Este trabalho visa proporcionar à pessoa com surdez, uma ferramenta de apoio ao processo de aprendizagem da LIBRAS. Será ofertado um vocabulário básico, com palavras utilizadas de forma mais rotineira, associadas a um vídeo, a palavra escrita português e o símbolo correspondente em signwriting. Pretende-se, com este trabalho, não só servir de ferramenta para as pessoas com surdez, mas também para pessoas ouvintes que queiram aprender a linguagem de sinais e comunicar-se com pessoas surdas. Dessa forma, pode-se realizar um maior intercâmbio entre surdo-ouvinte, colaborando no processo de construção da inclusão da pessoa com surdez na sociedade.

2. A Educação dos Deficientes Auditivos

No passado, os deficientes auditivos eram considerados incapazes de ser ensinados, por este motivo não freqüentavam escolas. Apenas no final do século XV, têm-se registros de pessoas ouvintes que tentaram ensinar aos deficientes auditivos. Temos como exemplo o italiano Giralamo Cordamo, que usava sinais e linguagem escrita neste propósito, como também o monge beneditino espanhol, Pedro Ponce de Leon, que utilizava sinais, treinamento da voz e leitura de lábios na tentativa de educar os deficientes auditivos. Nos séculos seguintes alguns professores dedicaram-se à educação de deficientes auditivos, como por exemplo, Samuel Heinicke e Moritz Hill (Alemanha) e Alexandre Graham Bell (Canadá e EUA). [1]

Em 1857 o professor francês, surdo, H Ernest Huet veio ao Brasil a convite de D. Pedro II para então fundar a primeira escola para meninos surdos: o Imperial Instituto de Surdos Mudos, hoje, Instituto Nacional de Educação de Surdos, o INES, mantido pelo Governo federal.

No século XX, o número de escolas para deficientes auditivos aumentou, assim como o aprimoramento do tratamento dispensado a esta camada social, garantindo assim o direito de todos à educação e contribuindo para a integração destes em escolas regulares.

Com o objetivo de disponibilizar um meio, onde a criança portadora de deficiência auditiva, bem como a sociedade em geral, possa ter acesso a um vocabulário cotidiano, este trabalho traz uma diversidade de palavras cotidianas, ilustradas através de figuras animadas (gifs) e a utilização da simbologia SignWriting.

Este trabalho também visa despertar uma maior preocupação com os Portadores de Necessidades Especiais no Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, o CEFET-PB, onde possam ser criados incentivos na elaboração de projetos, eventos e pesquisas que favoreçam os portadores de deficiências.

3. O Bilingüismo

É considerado bilíngüe aquele que fala com facilidade duas línguas, embora revele maior performance quanto a língua materna. Os deficientes auditivos estão atualmente em situação social de bilingüismo, ou seja, tanto utilizam a língua de sinais como a língua oral, ou língua portuguesa.

Utilizando a língua oral e a de sinais, o deficiente auditivo desenvolve melhor a capacidade cognitiva e intelectual através da capacidade visual. Enquanto crianças, o deficiente pode aprender facilmente as duas línguas, já que segundo o psicólogo Benjamim Bloom, 50% da inteligência se desenvolve antes dos quatro anos de idade e 80% antes do oito anos. [2]

Atualmente, com os avanços nas pesquisas sobre as línguas de sinais, verifica-se a importância do contato precoce com as duas línguas. Esta é a chamada Filosofia de Educação Bilíngüe. Aprendendo a língua oral, o deficiente tanto pode utilizar a própria língua falada como a leitura labial.

Este trabalho auxilia na educação bilíngüe, pois o software apresenta a significação das palavras tanto na língua de sinais, através de vídeos, como na língua oral, com a tradução imediata da palavra na língua portuguesa.

4. A Língua de Sinais

A língua de sinais é uma linguagem rica e completa. Possui modos específicos, estrutura e gramática. Além de se organizar no cérebro do indivíduo surdo da mesma forma que a língua oral ou falada.

Existem diferentes línguas de sinais para cada comunidade de surdos. Há a língua de sinais americana (ASL), por exemplo, e a brasileira: a LIBRAS, que é usada pelos deficientes auditivos dos grandes centros urbanos do Brasil.

A LIBRAS possui os níveis de análise de quaisquer outras línguas, assim pode ser considerada um instrumento lingüístico. Estes níveis de análise se referem à estrutura, significado, formação das palavras, unidades que constituem uma língua e contexto conversacional.

Para os deficientes auditivos a língua de sinais é a sua linguagem natural. O que não significa dizer que o aprendizado da língua oral não seja importante. Ao aprender a língua oral, o indivíduo estará estimulando o uso da fala, pois por não terem um retorno do som da sua própria voz, o deficiente pode deixar de falar. Para isso existem trabalhos de terapia de educação da voz, oferecendo uma realimentação visual para que os deficientes auditivos aprendam a controlar a intensidade da voz, a maneira correta de falar, dentre outros [3-6].

5. A Escrita e os Deficientes Auditivos

É difícil imaginar o cotidiano de um indivíduo sem a experiência da escrita em sua língua cotidiana. Não existe um sistema de escrita de língua de sinais que seja vastamente aceito e utilizado. Os deficientes auditivos não desenvolveram um sistema de escrita para registrar em papel as mensagens expressadas pelos gestos das línguas de sinais.

Existiram tentativas de representar as línguas de sinais, porém apenas uma é amplamente utilizada atualmente: o SignWriting. O pioneiro nesta tentativa foi um deficiente auditivo francês, Roch Amboise Bebian. Em seguida vieram William Stokoe, estudando a língua de sinais americana, e depois o sistema HamNoSys, criado para ser instrumento técnico dos lingüistas. [7]

Foi necessário que os lingüistas reconhecessem que as línguas de sinais são línguas completas como as orais, e não códigos expressados por gestos convencionados, para que começassem a surgir sistemas de escrita efetivos.

6. O SignWriting

Este sistema de escrita para línguas de sinais foi criado por Valerie Sutton em 1974. Valerie criou um sistema para escrever suas coreografias (DanceWriting) e despertou a curiosidade de pesquisadores da língua de sinais dinamarquesa, que estavam em busca de uma forma de escrever os sinais. [8]

O SignWriting consiste em um alfabeto com características gráfico-esquemáticas, de leitura bastante intuitiva, que permite combinar seus símbolos de maneira a registrar "por escrito" a forma visual dos gestos. Estes símbolos representam a configuração das mãos, movimentos, posições espaciais em que os movimentos e contatos feitos, expressões faciais, dentre outros. Vale salientar que o SignWriting pode ser utilizado para escrever qualquer língua de sinais independente da nacionalidade.

Assim como a escrita passou a ser padronizada com a invenção da imprensa, o SignWriting tem o objetivo de padronizar a escrita da língua de sinais e a vivência da escrita como uma ferramenta de aprendizagem indispensável.

7. O Software - Dicionário Clique Amigo

Este software tem a proposta de auxiliar no cotidiano da criança portadora de deficiência auditiva, disponibilizando gratuitamente uma ferramenta de consulta de vocabulário costumeiro.

O Dicionário Clique Amigo foi desenvolvido de maneira visualmente agradável e de fácil manuseio, dividido em seções e subseções, onde o deficiente auditivo, sua família, ou qualquer pessoa interessada em conhecer um vocabulário cotidiano na língua de sinais e língua oral, pode encontrar variados temas. São exemplos de temas disponíveis: animais, alimentos, cores, números, pessoas, dentre outros. Ao acessar um dos temas disponíveis, uma lista de palavras relacionadas aparecerá para que uma nova escolha seja feita. Para tanto, foi utilizada uma ferramenta computacional de desenvolvimento gráfico, o Macromedia Flash MX. O Dicionário foi denominado de Clique Amigo e será disponibilizado em CDs, distribuídos gratuitamente em instituições de ensino.

A Figura 1, mostrada a seguir, ilustra um exemplo de aquisição através do Dicionário Clique Amigo. Os temas são explorados de forma simples e objetiva. O usuário ao escolher uma determinada palavra, obterá a sua representação em LIBRAS através de um vídeo, além da

representação da palavra em SignWriting. A tela ilustra, ainda, uma figura representativa da palavra em destaque.

Informações adicionais, como os responsáveis pela implementação do software, objetivos do trabalho desenvolvido, bem como contato, ficam disponíveis em um menu, localizados no canto esquerdo da tela, como mostrado na Figura 1.

Figura 1 - Tela do Dicionário Clique Amigo.

8. Conclusão

O parecer CNE/CEB nº 17/2001 e Resolução CNE/CEB nº 02 de 11/09/2001, institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, e determina que as escolas devem promover o processo de inclusão dos portadores de deficiência auditiva em escolas que tradicionalmente eram de ouvintes [9]. Porém, quando esta inserção acontece, as pessoas com deficiência auditiva podem passar por um processo de exclusão ou fracionamento.

A exclusão acontece quando em uma sala de aula a grande maioria é de ouvintes e não acontece a comunicação entre os alunos ouvintes e não-ouvintes. Já o fracionamento acontece quando o número de ouvintes e deficientes auditivos é equivalente. Onde a turma fica dividida em dois grupos que também não se comunicam.

Para que a inclusão e a comunicação aconteçam da melhor maneira possível, é necessário que ocorra uma preparação e implantação de meios de comunicação. Já que este será um processo individual para cada aluno e de reorganização institucional para a escola como um todo.

O Dicionário Clique Amigo faz o papel de um meio de comunicação, pois auxilia no aprendizado de palavras cotidianas, onde o professor, o diretor e a família, por exemplo, podem encontrar, de maneira simplificada, uma forma de obter uma rápida comunicação com a pessoa portadora de deficiência auditiva. O software, contribuindo para o aprendizado da LIBRAS tanto para os ouvintes como para as deficientes auditivos, torna-se instrumento relevante no processo de inclusão social.

9. Referências Bibliográficas

[1] O Surdo e a História de sua Educação. Disponível em: <www.ines.org.br/ines_livros/31/31_principal.htm>, Acesso em: 14 nov., 2004.

[2] Educação Bilíngüe - Uma Hipótese para a Comunidade Surda - Disponível em: <http://lgp.fl.ul.pt/arquivo/documentos/edu_bil.htm>, Acesso em: 13 nov., 2004.

[3] ARAÚJO, A.M.L. Jogos computacionais fonoarticulatórios para crianças com deficiência auditiva. Tese de doutorado - Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2000.

[4] TUJAL, P. M. O., Auxílio Visual à Oralização de Surdos. Tese de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

[5] PINHO, W.S. et al. Estimulação Global e a Informática nos Processos Terapêuticos do Surdo. Disponível em: <<http://www.ines.org.br/paginas/revista/espaco17/ESPACO2.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2004.

[6] SOUZA, Gilmar Carvalho de. Modelo de Aprendizado Cooperativo para Surdos Baseado em Ambiente Computacional (MACS). Dissertação. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2000. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/3480.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2004.

[7] Folha do Libório - A Questão da Escrita das Línguas de Sinais - Disponível em: <www.liborio.com.br/folha/folha-noti12.htm>, Acesso em: 13 nov., 2004.

[8] Um Capítulo da História do SignWriting. Disponível em: <<http://www.signwriting.org/archive/docs1/sw0065-BR-Historia-SW.pdf>>, Acesso em: 13 nov., 2004.

[9] Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola- Alunos com necessidades educacionais especiais. Cartilha 01. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, C327 000. Disponível em:

<http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha01.pdf>, Acesso em: 10 set., 2005.

IX - ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO USO DO DOSVOX COMO AUXÍLIO AOS DEFICIENTES VISUAIS SEVEROS.

Autora

Lilian Fagundes Gonçalves - Professora dos cursos da área de Informática da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia

<mailto:lilifagundes@yahoo.com.br>

O DOSVOX foi criado pelo Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ para auxiliar os deficientes visuais a utilizarem o computador, executando tarefas como edição de textos (com impressão comum ou em Braille), leitura/ audição de textos anteriormente transcritos, utilização de ferramentas de produtividade faladas (calculadora, agenda, etc), jogos e internet. Este software é visto como um recurso de acessibilidade que proporciona um grande auxílio aos deficientes visuais, abrindo novas perspectivas de trabalho e de comunicação. O objetivo desta pesquisa é averiguar os reais benefícios proporcionados pelo DOSVOX aos deficientes visuais severos e relatar as dificuldades encontradas pelos mesmos ao utilizarem este recurso. O local escolhido para subsidiar esta pesquisa foi o Instituto Integrar, entidade que capacita o portador de deficiência física e sensorial, a fim de promover sua inclusão profissional e social. Pretende-se, com essa pesquisa, avaliar os aspectos positivos e negativos do DOSVOX, de acordo com o relato dos indivíduos entrevistados. A metodologia de pesquisa será a história oral, através dos seguintes procedimentos: 1.revisão de literatura sobre teoria e prática referente a deficiência visual; 2.contatos com entidade(s) passível(is) de parceria; 3.entrevistas com usuários do DOSVOX; 4. registro e organização de dados; 5.análise qualitativa dos conteúdos das entrevistas para verificar o alcance do objetivo proposto. Os resultados obtidos constam até o momento de revisão de literatura, onde constam conceitos e classificação de deficiência visual, fatores diversos sobre o desenvolvimento psicológico do deficiente visual (gravidade da perda da visão, o momento de seu surgimento, as circunstâncias sociais, familiares e psicológicas), recursos de acessibilidade existentes (adaptações físicas ou órteses, adaptações de hardware, softwares especiais de acessibilidade), os diversos materiais didáticos voltados para deficientes visuais, a relevância do computador e da tecnologia para o desenvolvimento do deficiente visual, os recursos oferecidos pelo DOSVOX e sua contribuição para o deficiente visual severo e, os equipamentos necessários para se trabalhar com esse software. Além disso, já foi realizado um contato com o instituto supracitado solicitando que ele indique os prováveis participantes do estudo, solicitação que está sendo avaliada pelos coordenadores da entidade. Após definir-se o local da pesquisa, serão realizadas entrevistas com usuários do DOSVOX e pretende-se, através delas, comprovar a eficácia do uso do software por deficientes visuais, tanto em termos de conforto quanto em termos de eficiência. Estima-se que o acesso à cultura estará mais disponível aos deficientes visuais e a facilidade que a tecnologia proporcionará a eles será essencial para que adquiram sua independência.

Bibliografia:

COLL, C.,PALLACIOS, J. & MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação-necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artes Médicas.1995.

STAINBACK, S. & STAINBACK, W. Inclusão - um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

X - ATIVIDADES FÍSICAS PARA DEFICIENTES VISUAIS.

Autor

Silvano Milani

silvano.milani@terra.com.br

Giovani Petiz - CEFET-BG

INTRODUÇÃO:

Segundo pesquisas existentes, é grande o número de pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEEs) que não recebem algum tipo de atendimento. As Leis garantem de alguma forma o direito dessas pessoas, mas também nos mostram o quanto ainda precisa ser construído. "Pensar numa sociedade para todos, na qual se respeite as diferenças da raça humana, onde as minorias não devem, nem podem continuar à margem da sociedade, é possibilitar às PNEEs, as mesmas oportunidades e direitos a uma vida dinâmica, participativa e produtiva fazendo valer sua cidadania" (Mosquera, 2000). Dos deficientes visuais existentes no município de Bento Gonçalves-RS, são poucos os que têm oportunidade de participar de um programa de atividades físicas sistemáticas e orientadas.

JUSTIFICATIVA: O ser humano, por sua natureza, vive em movimento e em relações com outras pessoas. A atividade física proporciona esses momentos de crescimento pessoal e de aprendizagem coletiva. Se considerarmos que as adaptações futuras se dão a partir de experiências motoras anteriores, poderemos estar negando aos deficientes visuais a possibilidade de evoluir como seres humanos e de participar de atividades físicas que melhorarão sua qualidade de vida. Devemos considerar também a existência de espaço físico adequado e a disponibilidade e interesse dos profissionais da Educação Física em colaborar com o projeto.

OBJETIVOS: A postura adotada pelas PNEEs acarreta deficiências que podem e devem ser corrigidas com atividades compensatórias e de reforço. As limitações impostas, pela falta de estrutura adequada da sociedade, exige que sejam trabalhadas situações de aprendizagem para desenvolver a autoconfiança, a auto-estima, diminuir a ansiedade, a apatia em relação ao ambiente em que elas vivem.

METODOLOGIA: É importante estarmos cientes das necessidades e possibilidades de cada um dos integrantes do grupo e saber um pouco da sua história. Nos primeiros encontros, procurou-se obter informações que auxiliassem na organização do programa. Seguiu-se um protocolo adaptado à nossa realidade onde constam as defasagens em relação: à mobilidade articular; à falta de equilíbrio; à lateralidade e direcionalidade não estabelecida; à falta de resistência física; à amplitude da marcha; ao tônus muscular insuficiente (ou em excesso) e à postura inadequada. No início do programa, trabalhamos de forma generalizada, mas agora, estamos atendendo quase que individualmente, procurando respeitar as especificidades e necessidades de cada um. Alguns aspectos continuam a ser trabalhados com todos.

RESULTADOS: A cada encontro temos um feedback das atividades desenvolvidas anteriormente. Os resultados, até o momento, são positivos para nós e para os participantes. O aumento do número de alunos, o prazer que os mesmos demonstram em realizar as atividades, e a melhoria significativa nas limitações inicialmente apresentadas, mostram-nos

que o caminho a ser trilhado é esse. As dificuldades a serem superadas dizem respeito a uma maior participação da família, em encaminhar aqueles que precisam, e da sociedade, em respeitá-los como cidadãos, adequando os espaços existentes.

BIBLIOGRAFIA:

Mosquera, Carlos. Educação física para Deficientes Visuais. RJ: Sprint, 2000. MEC. Curso de Capacitação de Profs. Multiplicadores em Educação Física Adaptada-Brasília; SEESP, 2002.

XI - AUTO-REGULAÇÃO DE INDIVÍDUOS COM DISTÚRBIOS DE CONDUTA ATRAVÉS DA MEDIAÇÃO DE EDUCADORA DE ESCOLA ESPECIALIZADA: SUBSÍDIOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA.

Autora

Rosiane Maria da Silva

Psicóloga da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia. Membro do NAPNE da Escola Agrotécnica Federal Uberlândia. M-G. Mestre em Educação Especial (UFSCar).

Este trabalho tem como referência o conceito de mediação semiótica. Tal terminologia está relacionada à elaboração de significados pelos seres humanos, seja através da influência direta sobre os objetos ou por meio do domínio humano sobre as próprias elaborações simbólicas. Segundo Vygotsky, a criança, desde a idade mais precoce, tem sua interação com a cultura mediada por adultos, por meio de palavras, gestos, os quais compreendem a utilização e transformação de signos e instrumentos culturais. O conceito de mediação semiótica remete à teoria histórico-cultural, tendo como representantes estudiosos russos como Vygotsky e colaboradores Luria e Leontiev, que durante as décadas de 20 e 30 realizaram estudos em psicologia do desenvolvimento. A base epistemológica marxista desse pensamento deriva, a partir de Vygotsky a tese que o homem vai sendo constituído em seu funcionamento intelectual e afetivo socialmente. Assim sendo, traçamos uma relação estreita entre mediação e auto-regulação, uma vez que, o adulto, ao mediar a interação criança-meio social, regula também os comportamentos e atividades desse indivíduo menos experiente. Pretendemos, por meio de um estudo de caso, realizar uma análise da intermediação favorecida por uma educadora em contexto de escola especializada, ressaltando o caráter auto-regulatório de interações educativas no sentido de promover a independência intelectual do educando portador de distúrbios de conduta. Propomos igualmente discutir os limites e possibilidades de práticas educativas estudadas para a elucidação de uma concepção e metodologia educacional que promova estados de auto-regulação adequados para indivíduos com déficits de comportamento, contribuindo com elementos teórico-práticos à formação de professores em uma concepção inclusiva. A pesquisa transcorreu através de uma descrição e análise da interação pedagógica de uma dade professora e aluno. A pesquisa baseou-se em referencial teórico microetnográfico, tentando ser fiel a pressupostos teóricos e metodológicos da concepção vygotskyana, valendo-se de uma análise microgenética de sessões de vídeos registrados. Os

participantes da pesquisa foram uma professora e um aluno, diagnosticado como portador de condutas típicas. O espaço da pesquisa compreendeu uma escola especializada em atendimento a indivíduos portadores de necessidades especiais, atualmente um centro de referência e orientação em Educação Inclusiva, situado em Uberlândia (MG), tendo transcorrido nos períodos de 1997-1999. O processo metodológico consistiu em: reconhecimento social-histórico da comunidade escolar; seleção de participantes; contrato de pesquisa com participantes; observação-participante com registro em vídeo; registro escrito das falas e cenas e pré-análise; análise microscópica e contínua das informações. Os resultados do trabalho foram a elaboração de uma metodologia profícua para identificar estilos educativos mais favorecedores de auto-regulação metacognitiva em educandos com condutas típicas e a elaboração de subsídios para a formação de professores em perspectiva inclusiva. Concluímos que a mediação social do educador é um fator decisivo na construção de comportamentos afetivos e cognitivos mais adequados junto a educandos com condutas típicas e portadores de outras necessidades especiais, e esperamos com esse estudo estimular enfoque temático.

BIBLIOGRAFIA:

COES, M. C. R. Déficit de atenção: um estudo da consistência das avaliações dos seus sintomas comportamentais. Texto apresentado em Reunião Anual da ANPED/ Caxambu. 1996.

DÍAZ, R. M., NEAL, J. & AMAYA-WILLIAMS, M. (1995). As origens sociais da auto-regulação. Em: Moll, I. C. Vygotsky e a educação- implicações pedagógicas da psicologia sócio-histórica. Porto Alegre: Artes Médicas.

EVANS, P. "Algumas implicações da obra de Vygotsky na Educação Especial". In: Daniel, Harrey et. alli. Vygotsky em foco: pressupostos e desdobramentos. Campinas, SP, Papirus, p. 69-89. 1994.

MEIRA, L. Análise microgenética e videografia: ferramentas de pesquisa em Psicologia Cognitiva. In: Temas em Psicologia, n. 3. 1994.

MORATO, E. M. Linguagem e cognição: as reflexões de L.S. Vygotsky sobre a ação reguladora da linguagem. São Paulo: Plexus Editora. 1996.

LABARRERE, A . L. Pensamiento: Análisis y autorregulación de la actividad cognoscitiva de los alumnos. Cuba: Editorial Pueblo y Educación.

LEONTIEV, A. O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa, Livros Horizonte. 1978.

SILVA, R. M. Da regulação social à auto-regulação: o conceito de mediação em interações entre aluno e indivíduo deficiente no contexto escolar. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos. 1999.

TRIVIÑOS, A . N. S. Introdução à pesquisa social em Ciências Sociais. S. P.: Edit. Atlas, 1988.

VYGOTSKY, L.S., LURIA, A. R. & LEONTIEV, A. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Editora Ícone.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. São Paulo, Ed. Martins Fontes. 1991.

_____. Obras Escogidas. Madrid, Ed. Visor. Tomo II. 1993.

XII - CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA CONSTRUÇÃO E USO DE MATERIAL DIDÁTICO TÁCTIL NO ENSINO DE CARTOGRAFIA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO RIO GRANDE DO NORTE.

Autores:

Narla Sathler Musse Oliveira

narla@cefetrn.br - CEFET-RN -

Jomar de Freitas

jomar@cefetrn.br - CEFET-RN

Maria Cristina Cavalcanti

mariacristina@cefetrn.br - CEFET-RN

Valdenildo Pedro da Silva

valdenildo@cefetrn.br - CEFET-RN

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN), dentre a sua função social, tem o papel de desenvolver e/ou promover a extensão de ações educacionais junto à comunidade. Assim sendo, a extensão constitui uma de suas responsabilidades sociais. Pautado por essa função social, um grupo de professores de geografia e geologia, voltados para o processo de inclusão irão desenvolver um projeto de extensão, em parceria com professores de física, intitulado - Formação continuada de docentes para um sistema educativo inclusivo. O projeto visa promover a educação continuada para um sistema inclusivo, envolvendo educadores de Geografia e de Física do Ensino Fundamental e Médio da rede pública municipal e estadual do RN. A implementação desse projeto visa também integrar os alunos das licenciaturas junto aos espaços de sala de aula do público-alvo (educadores e equipe técnico-pedagógica das escolas), objetivando a pesquisa na construção de espaços para o desenvolvimento de suas pesquisas e atividades de prática profissional em ambiente inclusivo. O desenvolvimento de material didático tátil surgiu do contato com alunos cegos do IERC-RN (Instituto de Educação e Reabilitação de Cegos do Rio Grande do Norte, que estão inseridos na rede regular de ensino do estado, onde não está sendo repassado o conteúdo básico de cartografia previsto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para Geografia para as séries em que estão inseridos. Assim, o projeto contará com bolsistas da licenciatura em Geografia do CEFET-RN e do IERC. Inicialmente será feito um levantamento de assuntos de cartografia que os professores da rede pública mais necessitam de apoio de material didático tátil para ensinar. Posteriormente os bolsistas e professores do programa irão construir e adequar os materiais didáticos, que serão testados pelo bolsista com deficiência visual. Em seguida será ministrado curso de capacitação para 40 professores do estado, de escolas diferentes. Nesse curso os professores irão aprender a desenvolver o material e a usá-los para ministrar). Os conteúdos para alunos videntes e com deficiência visual.

XIII - CONHECENDO OS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS DO MUNICÍPIO DE IGUATU - CEARÁ.

Autores:

Lucineide Penha Torres De Freitas -
torresdefreitas@uol.com.br

Lúcio José De Oliveira

Professores da Escola Agrotécnica
Federal de Iguatu

Esta é uma pesquisa que visa conhecer os Portadores de Necessidades Especiais - PNE, bem como identificar os índices de deficiências no município de Iguatu - Ceará. Consideramos este diagnóstico como fator básico para traçar e direcionar ações para uma melhor atuação do Núcleo de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais - NAPNE, da Escola Agrotécnica Federal de Iguatu - EAFI. Esse diagnóstico estudará os seguintes aspectos: tipo de deficiência, mapeamento onde moram os PNE, grau de instrução, idade, ocupação, renda, participação em movimentos sociais. Esses dados servirão de subsídios para identificar o tipo de demanda a ser suprida através de treinamentos oferecidos pelo NAPNE. Com isto iremos criar cursos adequados às necessidades municipais e adequar a programação didática conforme a realidade a ser conhecida. Para realização da pesquisa encontra-se em andamento conversações entre EAFI e o SINE - IDT, para estabelecimento de uma parceria no sentido de efetuar treinamentos conforme as necessidades de qualificação do mercado de trabalho. Nesse sentido será criado um Banco de Recursos Humanos unificado entre as duas instituições. Esta união, uma vez efetivada, possibilitará que os cursos de formação básica e certificação venham atender as necessidades reais. Busca-se assim, cobrir uma lacuna na formação do PNE para sua qualificação e inclusão no mundo produtivo. Outro objetivo é a criação de um acervo relacionado à pesquisa, bem como publicar e divulgar todos os resultados desse diagnóstico. O questionário a ser aplicado tem como base a versão do questionário do Banco de Recursos Humanos elaborado pelo Projeto TEC NEP. O mesmo será aplicado pelas alunas do Curso Técnico em Desenvolvimento Social da EAFI, em todos os bairros de Iguatu. Não há uma preocupação em definir um universo amostral, pois o censo deverá atingir todas as residências que tenham PNE. Análise estatística será qualitativa. Uma importante etapa de uma investigação científica é a realização do pré-teste. Deste modo, conduziu-se um estudo piloto para teste, avaliação e modificação, quando pertinente, da metodologia e do instrumento de coleta das informações, buscando a adequação do questionário, seqüenciamento das questões, sua forma e clareza. Espera-se que a pesquisa trace o real perfil da população de PNE no município e que possa ser um instrumento facilitador da inclusão no mundo do trabalho. Considerando que esse é um trabalho inédito, em nível de Iguatu, ele deverá contribuir como mais um instrumento para o fortalecimento da educação, profissionalização e inclusão social.

XIV - CONTRIBUIÇÃO DO JOGO MATERIAL DOURADO PARA A FORMAÇÃO DE CONCEITOS LÓGICO-MATEMÁTICOS EM PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL.

Autores:

Helena do Socorro Campos da Rocha

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento - Universidade Federal do Pará - Professora de Educação Especial e Gerente de Cursos Superiores do CEFET-PA

hscr@cpgp.ufpa.br

Dr. José Moysés Alves

Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará - Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento - Laboratório de Psicologia Experimental

jma@cpgp.ufpa.br

O trabalho objetivou investigar o processo de formação de conceitos lógico-matemáticos em crianças portadoras de deficiência visual (DV), no contexto interativo de sala de aula através do jogo material dourado adaptado, identificar e categorizar as competências e habilidades já presentes e aquelas adquiridas durante a aplicação do jogo.

Pesquisas como as de Hatwell (1966), Rosa; Ochaita; Moreno; Fernandez; Carretero & Pozo, (1986) e Ochaita & Rosa (1988) colocam em evidência a pertinência de metodologias adequadas, iniciadas precocemente, que possam fornecer os estímulos necessários à relação da criança com o mundo na fase de sistematização dos primeiros conceitos numéricos.

Relatamos uma experiência de ensino-aprendizagem de noções lógico-matemáticas para crianças cegas. Analisamos: 1) o que se espera que elas tenham aprendido antes de iniciarem o aprendizado formal da Matemática, na 1ª série do Ensino Fundamental; 2) o que elas já sabiam a este respeito, no início do Jardim III e 3) o que as crianças aprenderam daquelas noções, tendo como suporte o material dourado.

Fizeram parte deste estudo a professora de Matemática da UEEs. José Álvares de Azevedo e duas crianças da turma de alfabetização que recebem atendimento especializado, regularmente matriculadas numa escola inclusiva em outro período.

A coleta de dados foi realizada em cinco etapas: a primeira consistiu na observação e descrição da rotina da instituição. Na segunda etapa procedemos à aplicação de entrevista com a professora a fim de detectar as competências e habilidades a serem desenvolvidas na aquisição de conceitos lógico-matemáticos (Perrenoud, 2001). Na terceira etapa procedeu-se à confecção do jogo adaptado material dourado, usando emborrachado (EVA) de textura diferenciada a fim de facilitar o manuseio tátil e a identificação.

A quarta etapa da pesquisa consistiu no registro da aplicação do jogo durante as aulas que foram filmadas. As três primeiras sessões foram utilizadas para familiarizar os alunos com o jogo e as regras de substituição.

A quinta etapa consistiu no ensino das regras totalizando 19 sessões.

Na primeira etapa da análise dos dados, sintetizamos as respostas da professora. Em segundo lugar analisamos as três primeiras sessões realizadas com os alunos para detectar as competências e habilidades já presentes antes da aplicação do jogo, ou seja, o seu conhecimento prévio. Os sujeitos demonstraram já possuir noção de números e de unidade, provenientes de suas experiências cotidianas.

No que diz respeito às competências e habilidades desenvolvidas durante a aplicação do jogo consideramos que os conceitos de dezena, centena e múltiplos de 5 tiveram um lugar de destaque.

A participação nas tarefas escolares tendo como suporte o material dourado contribuiu, de forma significativa, para a aprendizagem de procedimentos de adição, subtração e multiplicação pelas crianças DVs. Os resultados indicam que, ainda que nenhum conteúdo matemático seja trabalhado pela instituição, durante a Educação Infantil, os alunos já possuem algumas habilidades matemáticas e que, através do jogo, os alunos aprenderam em menos de um ano letivo, o conteúdo requerido deles para ingressarem na 1ª série.

XV - CURSO CAMT - CIDADANIA, AUTONOMIA E MUNDO DO TRABALHO - UMA PROPOSTA CRÍTICA DE FORMAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL.

Autoras:

Cecília Maria Oka

Érica Cristina Takahashi da Silva

LARAMARA - Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual

e-mails: cecilia.ppt@laramara.org.br e cristina@laramara.org.br

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho visa apresentar a experiência de quase 10 anos da Laramara no atendimento a jovens e adultos com deficiência visual, com o curso CAMT - Cidadania, Autonomia e Mundo do Trabalho, que teve início em julho de 1996 com o nome de Programa de Preparação para o Trabalho.

Atualmente, o curso está dividido em 2 níveis, cada um com duração de 4 meses e conta com os seguintes módulos: Autonomia e Apresentação Pessoal, Comunicação e Expressão, Educação para a Saúde, Ética e Mundo do Trabalho, Informática, Inglês, Projeto de Vida, Mundo do Trabalho 2, *Telemarketing*, além dos atendimentos em Braille e Orientação e Mobilidade.

Em seu 10 anos de funcionamento, o Programa atendeu 571 jovens e adultos (até dezembro de 2005) e tem como finalidade o desenvolvimento, a autonomia, a independência e a inclusão social dessa clientela.

2. JUSTIFICATIVAS

- Na época da criação do programa: necessidade dos usuários da instituição (que estavam chegando à adolescência) de outros instrumentos e recursos para o seu desenvolvimento; poucos locais que possibilitavam o acesso à informática de forma acessível para a pessoa com deficiência visual;
- Mudanças no mundo do trabalho (época de globalização) exigindo o desenvolvimento de novas competências e habilidades e um novo perfil profissional;
- O paradigma da Inclusão requerendo uma nova condição da pessoa com deficiência nos espaços educacionais, culturais, de participação cidadã e também no mercado de trabalho;
- Necessidade de retomada e/ou complementação de formação educacional formal e informal de inúmeros jovens e adultos com deficiência visual.

-

3. OBJETIVOS GERAIS DO CURSO

- Oferecer ao jovem e ao adulto com deficiência visual, recursos para a busca de sua autonomia e independência;
- Buscar a melhoria da qualidade de vida;
- Buscar o protagonismo de jovens e adultos na construção de valores e de conhecimentos (de natureza pessoal, social e política) visando a cidadania;
- Criar um espaço de informação, conhecimento e reflexão sobre o mundo do trabalho;
- Disponibilizar recursos humanos, técnicos e tecnológicos para atender às necessidades específicas e para favorecer a inclusão no trabalho, na escola, nos espaços culturais e sociais em geral.

4. METODOLOGIA DO CURSO

Aulas expositivas, debates, filmes, dinâmicas e vivências, seminários, palestras, trabalhos em grupo e individuais, pesquisa, exposição de casos, visitas a instituições e empresas.

5. RESULTADOS ALCANÇADOS JUNTO AOS ALUNOS

- Restabelecimento do interesse pela educação formal e/ou informal;
- Inserção ou reinserção no mundo do trabalho;
- Ampliação do repertório cultural, de visão de mundo e da rede de relacionamentos;
- Maior instrumentalização para identificação das próprias limitações e potencialidades;
- Espaço de reflexão e prática para o desenvolvimento de competências para o trabalho e para a vida: criatividade, trabalho em equipe, cooperação, organização e planejamento, compreensão dos fenômenos, análise, resolução de problemas, domínio de linguagens e construção de argumentações, entre outros;
- Atuação como multiplicadores no processo de inclusão na família, na escola, no trabalho, nos espaços culturais e na sociedade;
- Valorização da imagem pessoal;
- Mobilização de recursos para a construção da autonomia e da independência;
- Exercício constante para um saber agir e um "... engajamento comprometidos com uma visão de ser humano, de trabalho, de produção, de democracia, de representação social vinculada com direitos humanos" e princípios éticos. (MACEDO, Lino de. O perfil do Profissional segundo Le Boterf, s/d).

6. BIBLIOGRAFIA

BOCK, Sílvio Duarte. Orientação Profissional: a abordagem sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares nacionais: Adaptações Curriculares. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

CONTATO. Conversas sobre deficiência visual. São Paulo: Laramara - Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual, ano 4, n. 6, set. 2000.

DEFFUNE, Deisi; DEPRESBITERIS, Lea. Competências, habilidades e currículos de educação profissional. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

MACEDO, Lino de. O perfil do Profissional segundo Le Boterf. Programa de Expansão Profissional. Brasília: Ministério da Educação, s/d.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2000.

MRECH, Leny M. Educação Inclusiva: realidade ou utopia? http://www.educacaoonline.pro.br/art_ei_realidade_ou_utopia.asp?f_id_artigo=61 Acesso em 2003.

PERRENOUD, Philippe. O que fazer da ambigüidade dos programas escolares orientados para as competências? Pátio: Revista Pedagógica, Porto Alegre: Artes Médicas, nº 23, set/out. 2002, pp.8-11. Acesso em 2004.

XVI - DESMISTIFICANDO A SURDOCEGUEIRA: DA COMUNICAÇÃO A INCLUSÃO.

Autoras:

Sandra Samara Pires Farias
sandrafarias@estagiario.edu.br

Faculdade São Francisco de Barreiras -
FASB

Marisa Tassinari Dornelles,
marisa@fasb.edu.br

Faculdade São Francisco de Barreiras -
FASB,

As últimas décadas do século XX foram marcadas por significativos avanços, no que se refere a atenção às pessoas com deficiência. Esses avanços se fizeram notar mais fortemente, no entorno legal, por meio de leis, decretos e declarações, cujos objetivos ressaltavam a importância do respeito à diversidade do ser humano e do direito inalienável à educação, à saúde, ao lazer, à profissionalização, etc. Paralelo a isso, grupos de pessoas Surdocegas, familiares e profissionais lutavam para que a surdocegueira fosse reconhecida como uma deficiência única e não como a junção de duas deficiências, a audição e a visão. O objetivo deste trabalho é desmistificar a surdocegueira com ênfase em 4(quatro) aspectos: sua caracterização que conforme Maia (2000, p. 53), "[...] é uma deficiência única que apresenta a perda da audição e visão, de tal forma que a combinação das duas deficiências impossibilita o uso dos sentidos de distância". No aspecto que se referem ao desenvolvimento de suas potencialidades, que segundo Hellen Keller (surdocega) " todo ser humano tem potencialidades a espera de serem descobertas". No aspecto da comunicação, uma vez que o Surdocego acessa a informação por vias sensoriais totalmente distintas das comumente utilizadas no meio sociocultural, tendo o tato como a via mais importante no desenvolvimento da mesma. E finalmente no aspecto educativo enfatizando métodos, técnicas, recursos e a importância da parceria família/escola. Os procedimentos

metodológicos deste incluem pesquisa bibliográfica e estudo de caso. A relevância deste estudo é, além da desmistificação da surdocegueira a conscientização de um melhor entendimento a cerca do tema e principalmente no alerta para a necessidade de se desenvolver mais pesquisas, divulgando-as e publicando-as para que um número maior de pessoas interessadas no tema tenham acesso aos resultados.

17 - DIFICULDADES PARA O MAPEAMENTO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO CEFET-RN.

Autoras:

Narla Sathler Musse de Oliveira - -
narla@cefetrn.br - CEFET-RN

Margareth Miria Rodrigues Olinto Amaral

Margareth@cefetrn.br - CEFET-RN

Maria Rita Vitor Martins Rodrigues -
CEFET-RN - mariarita@cefetrn.br

Amélia Cristina Reis e Silva -
amélia@cefetrn.br - CEFET/RN/IERC

O CEFET-RN iniciou o atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais em meados da década de 1990, no auge do processo de inclusão mundial. Este processo teve início com a oferta de cursos de formação inicial e continuada na concepção do Decreto 5154/04. Foram cursos de lapidação de pedras preciosas. Posteriormente a instituição recebeu alunos com deficiências físicas (cadeirantes e muletantes), no ensino médio. Porém, a escola não tem registro destes alunos como pessoas com necessidades educacionais especiais, que por sua vez não entraram no censo escolar de atendimento especial. Cabe destacar também que estes alunos não procuraram atendimento especial, exceto a quebra de algumas barreiras arquitetônicas, entre as quais a adaptação dos banheiros. Ao se caminhar pelos corredores da instituição é possível observar pessoas com deficiências físicas, uma vez que a deficiência é visível. Porém ao se procurar registros desta clientela o que se encontra é um registro comum, sem referência a suas necessidades. Acreditamos que as pessoas que possuam deficiências que não são evidentes a um primeiro olhar estão em nossos bancos escolares e temos tratado-os de forma inadequada, às vezes até dificultando seu processo de aprendizagem pelo fato de ignorarmos sua necessidade. Diante disto o Núcleo de Inclusão do CEFET-RN em parceria com os alunos das licenciaturas de Geografia (turma 6.74) e Física (turma 6.73) realizaram um levantamento das pessoas com necessidades educacionais especiais da instituição. Foram investigadas todas as turmas existentes no sistema acadêmico da instituição. Durante a investigação o responsável esclarecia o propósito da pesquisa e distribuía um questionário para a participação voluntária dos alunos. Dentre os participantes da pesquisa, 5% se declararam como portadoras de algum tipo de deficiência. Entre os alunos que se declararam com deficiência, a maioria, 64,1%, se declarou como deficiente visual. Todos os tipos de deficiência foram identificados entre os alunos: motora (7,7%), auditiva (5,1%), mental (5,1%), múltipla (2,6%), altas habilidades (7,7%), superdotação (7,7%). Os resultados demonstram uma falta de conhecimento sobre as deficiências. Alunos que usavam óculos se identificaram como deficientes visuais. A Organização Mundial da Saúde - OMS - estima que 14% da população mundial possui algum tipo de deficiência. Assim, o número de pessoas com deficiência, atendidas pelo CEFET-RN é muito baixo. Porém, acreditamos que muitos alunos com necessidades especiais entram na escola através dos exames de seleção, sem reserva de vagas e não querem ser reconhecidos como deficientes. As instituições federais de educação tecnológica são voltadas para o mundo do trabalho e para a grande maioria dos cursos, o estágio é curricular. A história do preconceito e exclusão na sociedade leva pessoas com perdas auditivas, comprometimento visual e deficiências físicas

leves, a esconderem suas deficiências pelo receio de serem discriminadas e preteridas nas seleções para estágio e empregos. Portanto estas pessoas, apesar de estarem protegidas pelo sigilo e comprometimento com o código de ética da pesquisa, preferem não se exporem.

18 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO FORMA DE MEDIAÇÃO INCLUSIVA DOS PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NO MERCADO DE TRABALHO.

Autoras:

Helenice de Oliveira Silva

heleoli@yahoo.com.br

Zilda de Brito Lima

zildadebrito@yahoo.com.br

Centro Federal de Educação
Tecnológica do Piauí

INTRODUÇÃO

A acessibilidade é atualmente um dos termos mais importantes para garantia da cidadania plena dos Portadores de Necessidades Especiais - PNE. A educação, o trabalho e o lazer são formas de inclusão desta clientela na sociedade, onde a preparação para o trabalho e a inserção produtiva ao meio social, constitui um direito de todos.

JUSTIFICATIVA

Pensar nos PNE é envolver-se em um contexto amplo e delicado. A inclusão passa por diversos campos, todos interligados. A educação, por exemplo, deixa de está limitada apenas à ação dos agentes educativos públicos e privados passando a ser compartilhada com empresas, entidades representativas e com a sociedade em geral. O Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí - CEFET/PI, sensibilizado com a problemática de inclusão social que envolve também a Educação Profissional do PNE como uma alternativa de produção, de rentabilidade econômica e de crescimento pessoal, disponibiliza a esta clientela, cursos profissionalizante de nível básico, nível técnico, tecnológico e licenciaturas, tendo como base o princípio de igualdade e oportunidade, a partir da participação de todos no processo ensino aprendizagem e das potencialidades laborativas individuais.

OBJETIVO

Oportunizar aos Portadores de Necessidades Educativas Especiais, formação profissional adequada para o exercício da cidadania e colocação no mercado de produção.

METODOLOGIA

O CEFET/PI iniciou um trabalho de sensibilização e instituiu o Núcleo de Apoio ao Portador de Necessidades Educativas Especiais - NAPNE que é constituído por Educadores da

própria Instituição que trabalham articuladamente com as instituições que prestam atendimento aos PNEs. O NAPNE, através de um cadastro, conhece as necessidades e aptidões dos candidatos, e oferece cursos de nível básico, que satisfaça a demanda. O controle pedagógico dos cursos de extensão e o acompanhamento dos alunos dos cursos regulares do CEFET/PI são realizados de forma sistematizada.

RESULTADOS ALCANÇADOS

De 2001 a outubro de 2005 o NAPNE capacitou 499 PNE, destes, 195 foram encaminhados ao mercado de trabalho e 90 trabalham atualmente como autônomos. Atualmente está sendo realizado o curso de Informática Básica, Intermediário, Modelagem, Pintura em Tela e Bijuterias. O CEFET/PI hoje conta com uma Resolução administrativa disciplinar garantindo o atendimento do PNE no âmbito da Instituição.

BIBLIOGRAFIA

RULLI NETO, Antônio. Direitos do Portador de Necessidades Especiais. São Paulo: Editora Fiúza , 2002.

UNESCO, Necessidades Educativas Especiais. Inovação, Lisboa, 1994.

XIX - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA SURDOS: UMA VIVÊNCIA POLÍTICO-PEDAGÓGICA NO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SANTA CATARINA

Autor

Vilmar Silva - Santa Catarina

Vilmar@cefetsc.edu.br

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar pontos de ruptura na trajetória do Núcleo de Educação Profissional para Surdos (NEPS) durante os seus primeiros oito anos de trabalho - 1992 a 2000 - no Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET/SC), mais precisamente na Unidade de Ensino de São José (UNED/SJ), a partir de um estudo de caso histórico-institucional. Para tanto, estabeleci uma aproximação entre a Educação Profissional numa perspectiva crítica e os Estudos Surdos em Educação, tendo como ponto de convergência as relações de poder no âmbito da educação profissional.

Palavras chaves: Educação de Surdos, Educação Profissional e Trabalho

Abstract

This work has the objective to analyse breaking points the way of Professional Education Department for Deaf (NEPS) during its first eight years of work ? 1992 to 2000 ? on the Technological Education Federal Center of Santa

Catarina (TEFC/SC), more precisely at Teaching Unit of São José (UNED/SJ), from a historical-institutional case study. For such, it was set an approach between Professional Education in a critical perspective and Deaf Studies in Education, having as the convergent point the power relation in professional education environment.

XX - ESCOTISMO E NECESSIDADES ESPECIAIS: UMA EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO SOCIAL.

Autora

Maria Soares de Macêdo - CEFET-RN

mariasoaresh@cefetrn.br

Resumo

O Grupo Escoteiro do Mar Artífices Náuticos - GEMAN parte integrante da União dos Escoteiros do Brasil - UEB desenvolve atividades fixas e variadas objetivando o desenvolvimento integral do ser humano através da educação permanente dos jovens, contribuindo para que os mesmos assumam seu próprio desenvolvimento, especialmente do caráter, ajudando-os a realizar suas plenas potencialidades físicas, intelectuais, sociais, afetivas e espirituais, como cidadãos responsáveis, participantes e úteis em suas comunidades. O GEMAN, portanto, procura satisfazer as necessidades educacionais de cada jovem na medida em que estas se apresentam, enquanto continua estimulando o desenvolvimento em todas as áreas admitindo que cada pessoa tem diferentes potencialidades e, por isto, procura ajudar cada jovem, inclusive os com necessidades especiais, a desenvolver ao máximo suas habilidades, ou seja: fazer o melhor possível. As atividades realizadas têm como base o Projeto Educativo da UEB que é aplicado de acordo com o Método Escoteiro e fundamentado nos Princípios do Movimento Escoteiro, dividido em etapas chamadas Ramos e é composto por um conjunto de atividades e conhecimentos, que o jovem desenvolve e que resultaram em experiências educativas que contribuem para o crescimento pessoal, o aumento da autonomia e capacidade de assumir responsabilidades. Objetivando a melhoria da qualidade de inclusão social e cultural dos jovens o GEMAN planeja suas atividades com base num de seus objetivos que é fazer a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no nosso dia-a-dia em parceria com instituições como a ADEFERN - Associação dos Deficientes do Rio Grande do Norte e a Associação dos Surdos contribuindo assim com a missão social do CEFET-RN.

1. Introdução

O escotismo é um movimento feito para os jovens com a participação de adultos voluntários e reconhecido pelo MEC através do Decreto-Lei nº. 8.828 de 24 de janeiro de 1946 como uma instituição de educação extra-escolar. O Escotismo atua no desenvolvimento integral do ser humano e com a educação permanente dos jovens, como complemento familiar, escolar e de outras instituições. Seu propósito é contribuir para que o jovem assuma seu próprio desenvolvimento, especialmente do caráter, na educação, no lazer e na socializando de crianças e jovens através de atividades fixas e variadas que contribuem para a conquista dos objetivos educativos de maneira paulatina, seqüencial e cumulativa, ajudando-os a realizar suas plenas potencialidades físicas, intelectuais, sociais, afetivas e espirituais, como cidadãos responsáveis, participantes e úteis em suas comunidades.

Atualmente com mais de 30 milhões de membros ativos, o Escotismo desde sua fundação, há quase um século atrás, por iniciativa de voluntários adultos de alguns grupos de

escoteiros, ingressaram no movimento escoteiro, pessoas com necessidades educacionais especiais, mas, só a partir de 1988, por ocasião da Conferência Mundial do Movimento Escoteiro foi recomendado aos grupos escoteiros a reverem suas programações a fim de contemplar as necessidades educacionais especiais de todos os jovens que manifestassem interesse para tal.

O Movimento Escoteiro, portanto, procura satisfazer as necessidades educacionais de cada jovem na medida em que estas se apresentam, enquanto continua estimulando o desenvolvimento em todas as áreas, admitindo que, cada pessoa tem diferentes potencialidades e, por isto, procura ajudar cada jovem, inclusive os com necessidades especiais, a desenvolver ao máximo suas habilidades, ou seja: fazer o melhor possível.

2. Justificativa

O modelo educacional do CEFET-RN denota a sua missão, que é a de formar o trabalhador-cidadão, preparando-o para atuar no processo produtivo e participar criticamente das transformações sociais e foi essa preocupação em interagir com a sociedade da qual faz parte que fez com que a instituição encampasse a idéia de reativar as atividades escoteiras no CEFET-RN, assim nascendo, o 64º Grupo de Escoteiros do Mar Artífices Náuticos - GEMAN.

Com o propósito de oferecer o escotismo a um maior número de jovens e expandir o Movimento Escoteiro em Natal, o GEMAN desenvolve a prática do Escotismo para participação de alunos, filhos de servidores, servidores ativos e aposentados do CEFET-RN como também integrantes de comunidades carentes com ou sem necessidades educacionais especiais, tornando possível assim que mais crianças, jovens e adultos possam usufruir de experiências educativas, relacionadas ao seu desenvolvimento pessoal, utilizando o Método de educação não formal que maior sucesso alcançou em todo o mundo.

3. Objetivos

Tendo como preocupações o desenvolvimento integral e a educação permanente dos jovens, o GEMAN tem por objetivo propiciar condições favoráveis para que todas as atividades pertinentes ao movimento escoteiro se desenvolvam da melhor maneira possível, visando a melhoria da qualidade de vida, a inclusão social e cultural do membro juvenil, contribuindo dessa forma com a missão social do CEFET-RN.

4. Metodologia

Para alcançar nosso propósito, utilizamos o método escoteiro que constitui um todo onde se combinam diversos componentes:

Promessa escoteira - compromisso que o jovem aceita livremente, diante de seu grupo de companheiros, ser fiel à palavra empenhada e fazer o seu melhor possível. "prometo pela minha honra fazer o melhor possível para cumprir meus deveres para com deus e minha pátria, ajudar o próximo em toda e qualquer ocasião e obedecer à lei escoteira."

Lei escoteira - é um instrumento educativo em que estão expressos, de maneira compreensível para as diferentes faixas etárias, os princípios que nos guiam.

A aprendizagem pelo serviço - proporciona oportunidade para que os jovens assumam uma atitude solidária, realizem ações concretas de serviço e se integrem progressivamente ao desenvolvimento de suas comunidades. Além de contribuir para resolver um problema ou para aliviar uma dor, o serviço é uma forma de explorar a realidade, de conhecer a si mesmo, de descobrir outras dimensões culturais, de aprender a respeitar aos demais, de experimentar a aceitação e o reconhecimento do meio social, de construir a auto-imagem e de estimular a iniciativa em direção às mudanças e à melhoria da vida em comum.

A aprendizagem pela ação - educação ativa em que os jovens aprendem por si mesmos por meio da observação, do descobrimento, da elaboração, da inovação e da experimentação. Esta aprendizagem não formal permite viver experiências pessoais que interiorizam e consolidam o conhecimento, as atitudes e as habilidades. Desta maneira, e do ponto de vista cognitivo, se substitui a simples recepção de informação pela efetiva aquisição do conhecimento; no domínio da afetividade, se substitui a norma imposta pela norma descoberta e a disciplina exterior pela interior; e, no campo motriz, a passividade receptiva do destinatário cede lugar à criatividade efetiva do realizador.

Um sistema de equipes - um fator fundamental do método é a vinculação a pequenos grupos de jovens de idade semelhante. Estas equipes de iguais aceleram a socialização, identificam seus membros com os objetivos comuns, ensinam a estabelecer vínculos profundos com outras pessoas, geram responsabilidades progressivas, proporcionam autoconfiança e criam um espaço educativo privilegiado para que o jovem cresça e se desenvolva.

Uma sociedade de jovens - os pequenos grupos e as demais estruturas oferecidas pelo Movimento fazem lembrar uma sociedade de jovens. Nela se observam órgãos de governo e espaços para a participação, assembleias e conselhos que ensinam a administrar divergências e a obter consensos, organismos de tomada de decisões de interesse coletivo ou individual, equipes executivas que impulsionam à ação e fazem com que as coisas aconteçam. Uma escola ativa que incorpora a aprendizagem da convivência, da democracia e da eficiência à vida cotidiana.

A aprendizagem pelo jogo - o jogo oferece oportunidades para experimentar, aventurar, imaginar, sonhar, projetar, construir, criar e recriar a realidade. No jogo o jovem é protagonista onde ele desempenhará papéis diversificados, descobrirá regras, se associará com outros, assumirá responsabilidades, medirá forças, desfrutará de triunfos, aprenderá a perder, avaliará seus acertos e seus erros.

Sistema progressivo de objetivos e atividades - um variado programa de atividades que representa para o jovem uma oferta coincidente com seus interesses e dentro da qual eles escolhem o que desejam fazer. Os objetivos se baseiam nas necessidades do desenvolvimento harmônico dos jovens e se ajustam a suas possibilidades nas diferentes idades. As atividades propostas são desafiantes, úteis, recompensadoras e atraentes.

A vida ao ar livre - os desafios que a natureza apresenta permitem aos jovens equilibrar seu corpo, desenvolver suas capacidades físicas, manter e fortalecer a saúde, ampliar a criatividade, exercitar espontaneamente sua liberdade, estabelecer vínculos profundos com outros jovens, compreender as experiências básicas da vida em sociedade, valorizar o mundo, formar seus conceitos estéticos, descobrir e se encantar com a ordem da Criação.

A presença estimulante do adulto - no processo de crescimento dos jovens, o educador adulto se incorpora alegremente ao dinamismo juvenil, dando testemunho dos valores do Movimento e ajudando os jovens a descobrir o que não poderiam descobrir sozinhos. Este estilo permite estabelecer relações horizontais de cooperação para a aprendizagem, facilita o diálogo entre as gerações e demonstra que o poder e a autoridade podem ser exercidos a serviço da liberdade daqueles a quem se educa, dirige ou governa.

4.1 Ações desenvolvidas

Num primeiro momento, realizou-se reunião técnica, planejada e coordenada pela diretoria do GEMAN, com o envolvimento dos chefes (adultos) e pais que apoiariam as ações, objetivando a organização e captação dos jovens com necessidades educacionais especiais, como também, planejar e elaborar o cronograma de atividades.

4.2 Estrutura organizacional

O Programa Educativo do Escotismo, aplicado de acordo com o Método e fundamentado nos Princípios, é dividido em etapas chamadas, Ramos. Cada Ramo é composto por um conjunto de atividades e conhecimentos, que o jovem desenvolve e que resultaram em experiências educativas que contribuem para o crescimento pessoal, o aumento da autonomia e a capacidade de assumir responsabilidades.

A primeira etapa é a do Ramo Lobinho que é formada por Crianças de 7 a 10 anos que querem descobrir e entender o sentido das coisas. Toda esta fase é desenvolvida em torno do "Livro da Jângal" de Rudyard Kipling, resumido em "Mogli, O Menino Lobo", com o objetivo de aguçar a fantasia que as crianças dessa idade vivem.

A próxima etapa é no Ramo Escoteiro, em que participam os jovens de 11 a 14 anos. É o período de busca de valores, fundamentada em um sistema de equipes e num encontro com a natureza.

Em seguida, já adolescentes, eles passam para o Ramo Sênior, em que será trabalhada a formação da identidade do jovem. Desta fase participam os jovens que têm entre 15 e 17 anos. O principal aspecto neste Ramo é o desafio da auto-realização, incentivando as atividades aventureiras, o serviço comunitário, social e cultural.

Finalmente, o Ramo Pioneiro compreende a fase jovem-adulta do Movimento e vai até os 21 anos de idade. Nele, o jovem busca alcançar a completa autonomia e dá-se ênfase no seu processo de integração com o mundo adulto, privilegiando sobre tudo o serviço à comunidade, como expressão da cidadania.

A motivação que atrai os jovens à ação é: o brincar para o Ramo Lobinho, a aventura para o Ramo Escoteiro, o desafio para o Ramo Sênior e o serviço para o Ramo Pioneiro.

4.3 Desafios

Para atingir os objetivos propostos pelo Programa de Jovens, parte integrante do Projeto Educativo da União dos Escoteiros do Brasil, são realizadas atividades comunitárias para contextualizar o "aprender fazendo" dos integrantes do GEMAN.

Limpeza das praias e dos mangues, campanhas para arrecadar roupas, calçados, alimentos e remédios, aplicação de flúor em crianças carentes, ações de cidadania, são momentos preparatórios e decisivos para o início do atendimento a pessoas com necessidades educacionais especiais com a realização da ação de Inclusão Social por ocasião do Dia Global do Voluntariado Jovem coordenado pela ONG Natal Voluntários em parceria com União dos Escoteiros do Brasil que, ano após ano, concentra na mesma data inúmeras ações realizadas por jovens, visando melhorar a realidade por meio do serviço voluntário. O Dia Global também estimula novas gerações de jovens e amplia a discussão na sociedade sobre as formas de resolver seus problemas.

A ação inicial de INCLUSÃO SOCIAL dos Portadores de Necessidades Especiais foi planejada com base num dos objetivos do GEMAN que é fazer a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no nosso dia-a-dia, coordenada pela Diretoria Executiva do GEMAN e acompanhada pela Psicóloga e pela Assistente Social da ADEFERN - Associação dos Deficientes do Rio Grande do Norte e pela Presidente da Associação dos Surdos.

As atividades se desenvolveram sem nenhuma dificuldade no Bosque do CEFET-RN onde participaram 58 voluntários/associados sendo 38 crianças - menores de 13 anos, 12 jovens - 13 a 26 anos e 8 adultos - maiores de 27 anos e 25 deficientes com deficiência mental, física, auditiva, visual, autista, com dificuldades de aprendizagem, hiperativos, Síndrome de Dawn e Distrofia Miotônica acompanhados de seus familiares, pai ou mãe e até irmãos, atingindo assim nosso objetivo, visto que vários deficientes reservaram vagas para ingresso imediato no GEMAN.

4.5 Do ingresso

De acordo com o item I do artigo 22 do Estatuto Social reza que para integrar o GEMAN a pessoa precisa ser capaz de exercer direitos e assumir obrigações. No Regimento Interno, o artigo 127 orienta que os membros juvenis com necessidades especiais que desejarem participar do Grupo, deverão comparecer à Secretaria acompanhado de seus pais ou representante legal, para preenchimento da ficha cadastral e, automaticamente, passarão a figurar na lista de espera de vagas para as seções.

4.6 Avaliação progressiva

A avaliação num contexto educacional propicia subsídios para tomadas de decisões quanto ao direcionamento das ações como uma dimensão do processo educativo, dinâmico, processual, que deve qualificar e oferecer subsídios para um direcionamento ou redimensionamento de ações dos chefes/adultos.

A avaliação progressiva proposta pelo Projeto Educativo do Movimento Escoteiro, tem a participação de todos, mediante formas de animação que variam segundo as diferentes etapas de progressão, permitindo analisar, por exemplo, o impacto das ações desenvolvidas na realidade social concreta.

5. Resultados alcançados

Após a experiência, os portadores de necessidades especiais estão preparados para desenvolver sua vida em condições ao ar livre, em pleno contato com a natureza, integrados em pequenos grupos ao estilo das Patrulhas Escoteiras, organizados e projetados ao descobrimento vivencial de si mesmos, do grupo e da realidade em que se encontram na qual devem adaptar-se de acordo com suas imediatas necessidades existenciais.

O GEMAN acredita que investindo no permanente aperfeiçoamento do seu relacionamento com todos, promovendo a inclusão social e participando ativamente do desenvolvimento da comunidade onde está inserida, contribuirá substancialmente para o futuro da humanidade e, ao mesmo tempo, melhorará a sua imagem perante a comunidade.

O Escotismo deseja que o jovem que tenha sido escoteiro faça o melhor possível para ser um homem ou uma mulher: reto de caráter, limpo de pensamento, autêntico em sua forma de agir, leal e digno de confiança; capaz de tornar suas próprias decisões, respeitar o ser humano, a vida e o trabalho honrado; alegre, e capaz de partilhar sua alegria, leal ao seu país, mas construtor da paz, em harmonia com todos os povos; Líder a serviço do próximo; integrado ao desenvolvimento da sociedade, capaz de dirigir, de acatar leis, de participar, consciente de seus direitos, sem se descuidar de seus deveres; criativo, esperançoso, solidário e empreendedor; amante da natureza, capaz de respeitar sua integridade; guiado por valores espirituais, comprometido com seu projeto de vida, em permanente busca de Deus e coerente em sua fé.

6. Bibliografia

LOPES, Carolina Martins. Reportagem: Escotismo no RN. Cobertura da mídia local sobre a chegada do Escotismo no Rio Grande do Norte no século XX e sua atual representatividade. 2004. 60 f. Monografia. (Graduação em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

SERRAT, Fernando Braga Monte. A Inclusão de Crianças e Jovens Portadoras de Necessidades Especiais no Movimento Escoteiro no Brasil. 2002. 58 f. Monografia. (Pós-Graduação em Psicopedagogia) - Universidade Paulista, São Paulo.

UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL. Projeto Educativo do Movimento Escoteiro, 1993-1996. Curitiba, 1993. 16 p.

BADEN-POWELL. Robert S. S. Lições da Escola da Vida. 1ª edição. Editora Escoteira.

BRODESCHI, Fernando. CASAGRANDE, Melissa Martins. As Características Essenciais do Escotismo. Curitiba: Editare Indústria Gráfica Ltda, 2001.

NATAL VOLUNTÁRIOS. Dia Global do Voluntariado Jovem. Natal, 2005. Disponível em <http://www.diaglobal.org.br>. Acesso em 01 nov. 2005.

GRUPO ESCOTEIRO DO MAR ARTÍFICES NÁUTICOS. Relatório da Ação de Inclusão Social/Portadores de Necessidades Especiais. Natal, 2005.

GRUPO ESCOTEIRO DO MAR ARTÍFICES NÁUTICOS. Estatuto (2004). Estatuto Social do Grupo Escoteiro do Mar Artífices Náuticos. Natal, RN: GEMAN, 2004.

GRUPO ESCOTEIRO DO MAR ARTÍFICES NÁUTICOS. Regimento Interno (2004). Regimento Interno do Grupo Escoteiro do Mar Artífices Náuticos. Natal, RN: GEMAN, 2004.

XXI DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMA DE ELEVAÇÃO PARA PLANO INCLINADO COM TECNOLOGIA NACIONAL – PLATINCLIN

Silvana Terezinha Faceroli
CTU/UFJF
silvana@acessa.com
José Geraldo de Souza Vale
CTU/UFJF
Josevale52@gmail.com

Nos últimos anos, há uma crescente preocupação com a acessibilidade de portadores de necessidades especiais. Com relação aos espaços físicos, observa-se que em grande número de prédios públicos e privados, o acesso se faz através de escadas e muitas destas edificações não possuem um lugar previsto para a instalação de elevadores. Tal situação impossibilita a oportunidade de utilização destes espaços por cidadãos com dificuldades de locomoção. Várias escolas e universidades encontram-se nesta situação, impossibilitando o ingresso destas pessoas.

Em alguns países, a solução encontrada foi a utilização da Plataforma de Elevação Inclinada, que consiste em um sistema de elevador aberto, individual, colocado na lateral das escadas. No mercado, é possível encontrar uma variedade deste tipo de equipamento, com diversos níveis de sofisticação.

No entanto, esta variedade de equipamentos com alta tecnologia defronta-se com um obstáculo muitas vezes intransponível para a realidade da economia brasileira: o preço. A maioria dos equipamentos são importados e têm valores elevados, restringindo sua utilização. Neste aspecto, nota-se uma dualidade: existem equipamentos para possibilitar a

democratização do livre acesso a portadores com necessidades especiais de locomoção mas a aquisição dos mesmos é muito difícil.

O desafio que se apresenta é quebrar esta dualidade. Este trabalho tem justamente por objetivo desenvolver uma plataforma de elevação para plano inclinado com tecnologia nacional. Desta forma será possível produzir um equipamento com qualidade e, ao mesmo tempo, reduzir significativamente os custos. Isto possibilitará aos diversos setores, públicos e privados, oferecer autonomia de acesso a lugares e serviços aos portadores de necessidades especiais.

O projeto é dividido em duas partes básicas: concepção e construção de um protótipo. Inicialmente, será desenvolvido um modelo teórico para a plataforma de elevação. A validação deste modelo se dará a partir de simulações computacionais com softwares apropriados. Após esta fase, será iniciada a construção de um protótipo real. Para finalizar o trabalho, uma etapa de testes e simulações se faz necessária para a avaliação final do modelo a ser proposto. Uma equipe interdisciplinar, formada por profissionais nas áreas de mecânica, eletricidade e automação, está envolvida nestes estudos.

Este projeto encontra-se em fase inicial. Espera-se desenvolver um produto de qualidade que possa ser fabricado com tecnologia nacional a um preço acessível, possibilitando que as pessoas com necessidades especiais de locomoção tenham acessibilidade a diversos locais com autonomia e segurança, trazendo qualidade de vida, inclusão social e os dignificando cada vez mais.

Bibliografia:

C.A.Marques, A.S. Romualdo, J. Souza Júnior, A.M. Ferreira,M.C.G. Lima, Uma Leitura Crítica da Educação Especial a Caminho da Inclusão,"I Mostra de Graduação e Pós – XI Seminário de Iniciação Científica da UFJF, Juiz de Fora, 2004.

Encerramento: Apresentação do “Balé Fernanda Bianchini de Cegos”

Agradecimentos Especiais:

Alexksandro Wesley Ferreira de Azevedo - FNDE

Ana Júlia Souza - MEC

Antonio Belarmino da Paixão – CEFET/SE

Balé de Cegos Fernanda Bianchini

Carmen Prata – MEC/SEED/RIVED

Carolina Sanchez – CORDE/SEDH

Delzuita Lima – MEC/CAPES

Eduardo Josimar das Neves Alves – MEC/SETEC/CGSIFEP

Eliana dos Santos – MEC/SETEC

Érica Deslande – MEC/SEESP/IBC

Fabiano de Assunção Oliveira - CEFET-PA

Francisca Rosineide Monte – MEC/SEESP

Getúlio Marques Ferreira – CEFET/RN

Gleisson Cardoso Rubin – MEC/SETEC
Gustavo Maurício Estevão – CEFET/PE
Hélio Filho – MEC/SEED
Ivone Maria Elias Moreira – MEC/SETEC/DPAI
Isabel Mayor – CORDE/SEDH
Iti Guimarães – Chefia de Gabinete SETEC
Iza Luiza da Silva – Estagiária MEC/SETEC
Jailton Gomes - Fotógrafo
João Batista Cintra Ribas – SERASA/SP
José Costa – CEFET/MA
José Francisco de Souza – MEC/SEESP/IBC
Josimar Alves – MEC/SETEC/DPAI/CGSIFEP
Juscelina Friaça Teixeira – CEFET/Química-RJ
Leonardo Shimpo – Aposentado EAF Castanhal/PA
Liana Richter – ET/UFRGS
Lucindo - FAETEC
Luiz Antonio da Silva – MEC/CGSG/Som
Luzimar Camões Peixoto – Consultora Programa TEC NEP
Maria Auxiliadora Vieira (Cilia) – Aposentada MEC
Maria de Conceição Viegas – Professora GDF
Maria José Rocha – MEC/SETEC/DDPE
Marilene Ribeiro – FENAPAE
Marlene Gotti – MEC/SEESP
Mônica Aparecida Lopes Costa – ACS/RP/MEC
Paulo de Oliveira de Silva – Gestor Estadual Alagoras
Pedro Paulo de Oliveira – CEFET/MG
Pedro Normando Feitosa – EAF Iguatu/CE
Sandra Alonso Pinto – MEC/SEESP/INES
Sérgio Cabeça Braz - CEFET-PA
Sílvia Karla Winker e Silva – SEDUC/DEES/PA
Stny Basílio – MEC/SEESP/INES
Vera Lúcia Baldo – EAF Cáceres/MT

ANEXOS

I – Programação

SEMINÁRIO NACIONAL “EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E PROFISSIONALIZAÇÃO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS - PROGRAMA TEC NEP”

BRASÍLIA/DF, 13 a 16 de dezembro de 2005

Local: Centro Cenecista de Educação Profissional Felipe Tiago Gomes - CNEC

Endereço: SGAN Quadra 608 conjunto C – L2 Norte – Plano Piloto – Brasília/DF

PROGRAMAÇÃO

1º DIA (13/12/2005)

09h às 10h - Credenciamento

10h - Abertura Oficial (composição da mesa)

- MEC/SETEC – Prof. Eliezer Pacheco
- MEC/SEESP – Profª Kátia Barbosa
- SEDH/CORDE – Profª Izabel Maior

10h10 - Hino Nacional (Libras)

10h20 às 10h30 - Apresentação do Vídeo Institucional do Programa TEC NEP

10h30 às 11h - Fala das Autoridades

11h às 12h - Apresentação cultural: “Coral Todas as Vozes”.

12h às 13h30 – Intervalo para almoço

13h30 às 14h30 - Conferência Magna: *“A Educação profissional e tecnológica como fator de desenvolvimento e inclusão social”*

Conferencista: Profª Scheilla Abbud Vieira – Gestora Regional Norte do Programa TEC NEP

14h30 às 15h – Debate

15h às 15h30 – Intervalo

15h30 às 16h30 – 1º Painel: *“Políticas Públicas para uma educação profissional e tecnológica inclusiva”*

Coordenação: Prof. Franclin Nascimento – Coordenador-Geral do Programa TEC NEP

Painelistas:

- Prof^a Ivone Maria Elias Moreyra – Diretora de Políticas e Articulação Institucional da SETEC/MEC

- Prof^a Francisca Rosineide Monte – Representante da SEESP

- Prof^a Carolina Sanchez – Coordenadora-substituta da CORDE/SEDH

16h30 às 19h30 – Minicursos - Turma 1 (Vide programação)

2º DIA (14/12/2005)

09h às 10h – 1ª Mesa-Redonda: *“A inserção de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – Cotas ou Igualdade de condições?”*

Coordenação: Profª Scheilla Abbud – Gestora Regional Norte

Debatedores:

- Prof. Gustavo Estevão – NAPNE / CEFET Pernambuco
- Dr. Maurício Correia de Melo – Procuradoria Regional do Trabalho / MPT
- Sr. Lucimar Marques – Com. Jovem “Gente como a gente”

10h às 10h30 – Intervalo

10h30 às 11h30 – 2º Painel: *“A interface Educação Profissional e Tecnológica / Educação Especial: Caminhos para a Ação”*

Coordenação: Prof. Juarez Pontes – Gestor Regional Sul

Painelistas:

- Prof. Gleisson Rubin - Coordenador-Geral da Rede Federal SETEC
- Profª Giselda Jordão de Carvalho – GDF/Sec. de Estado da Educação
- Representante da Federação Nacional das APAEs

11h30 às 12h – Debate

12h às 14h – Intervalo para almoço

14h às 15h – 1ª Palestra: *“Equoterapia – alternativa de inclusão em Instituições de Ensino Agropecuário”*

Palestrantes:

- Cel. Cirilo – Presidente da Associação Nacional de Equoterapia
- André - EAF Ceres/GO

15h às 15h30 - Debate

15h30 às 16h – Intervalo

16h às 19h – Minicursos - Turma 2 (Vide programação)

3º DIA (15/12/2005)

09h às 10h – 3º Painel: *“O papel do Sistema ‘S’ na questão da inclusão – ações desenvolvidas”*

Coordenação: - Profª Cândida Emanuela de Jesus – SETEC/MEC

Painelistas:

- Prof. Loni Manica - SENAI Departamento Nacional
- Profª Soraya Santos - SENAT Departamento Nacional
- Profª Deimiluce Lopes Fontes - SENAR Departamento Nacional

10h às 10h30 – Debate

10h30 às 11h - Intervalo

11h às 12h30 – Apresentação Oral de Trabalhos

12h30 às 14h30 – Intervalo para almoço

14h30 às 15h30 – 4º Painel: “Ações ministeriais de inclusão: alternativas em construção”

Coordenação: Prof^a Narla Sathler – Gestora Regional Nordeste

Painelistas:

- Sr. Renato Boareto - Ministério das Cidades
- Prof^a Eliane Cavallheiro - Ministério da Educação
- representante do Ministério dos Transportes

15h30 às 16h – Intervalo

16h às 16h30 – Seção Painel – apresentação dos Pôsteres de Trabalhos Técnicos

16h30 às 17h30 – 5º Painel: “*Formação de Profissionais para uma Educação Inclusiva*”

Coordenação: Prof^a Nazaré Oliveira – Gestora Central

Painelistas:

- Prof. José Francisco de Souza – IBC/RJ
- Prof^a Stny Basílio – Diretora do INES/RJ
- Prof. Vilmar Silva – NAPNE / CEFET Santa Catarina

17h30 às 18h – Debate

4º DIA (16/12/2005)

09h às 10h - 2ª Mesa-Redonda: “*Acessibilidade: Garantindo o Ser, Estar, Permanecer e Participar*”

Coordenação: Prof. Paulo de Oliveira e Silva – Gestor Estadual Alagoas

Debatedores:

- Dr. Joelson Barbosa – Conselheiro da OAB no CONADE
- Representante da Acessibilidade nos Transportes
- Representante do Departamento de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades
- Representante da Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística

10h às 10h30 – Debate

10h30 às 11h – Intervalo

11h às 12h30 – Apresentação Oral de Trabalhos

12h30 às 14h30 – Intervalo para almoço

14h30 às 15h15 – 3ª Mesa-Redonda: *“Responsabilidade Social: O Papel da Mídia na Promoção da Inclusão”*

Coordenação: Prof^a Luzimar Camões – Consultora MEC/SETEC

Debatedores:

- Sr. Orlando Gonçalves Júnior- Jornalista MEC/ACS

- Jornalista MEC/SEESP

15h15 às 15:30 h – Intervalo

15h30 às 17h – Plenária Final

17h às 18h – Cerimônia de Encerramento – Show do Balé Fernanda Bianchini

II - RELATÓRIO

Relatório de Encaminhamentos Finais

Após as apresentações dos temas ocorreram debates e a apresentação de várias propostas que resultaram nos seguintes encaminhamentos:

1)Capacitações

- a)Continuidade de cursos de formação de professores e técnico-administrativos da Rede Federal de Educação Tecnológica;
- b)Disponibilizar cursos de Pós-Graduação *Lato e Strictu Sensu*;
- c)Incluir todas as IFETs em Programas de Capacitação de recursos humanos (nos moldes do desenvolvido pelo CEFET Bento Gonçalves / RS);
- d)Possibilitar o uso da metodologia dos cursos: “Interiorizando Libras” e “Interiorizando Braille” na Rede Federal de Educação Tecnológica.

2)Concurso Público

Sempre que houver concurso público na Rede Federal de Educação Tecnológica, garantir vagas para profissionais que atuem em áreas da Educação Especial.

3)Recursos financeiros para continuidade das ações

Garantir dotação orçamentária para as IFETs que possuem cursos de qualificação profissional e/ou de educação de jovens e adultos com profissionalização para alunos com necessidades educacionais especiais.

4) Reservas de Vagas para alunos com necessidades educacionais especiais nas IFETs

O Programa TEC NEP, por intermédio de seus NAPNEs deverá consultar as comunidades e todas as instituições de e para pessoas com necessidades educacionais especiais quanto a questão do ingresso de pessoas com necessidades educacionais especiais nas IFETs.

5)Fluxo de informações no Programa TEC NEP

O fluxo de informações deve seguir a mesma estrutura vigente no Programa TEC NEP, ou seja, grupo gestor central, grupos gestores regionais, grupos gestores estaduais e coordenadores de núcleos de apoio às pessoas com necessidades especiais.

6) Acessibilidade para todos os grupos de PNEs

Acompanhar o processo de implementação do Decreto 5.296, de dezembro de 2004 e da Portaria 3.284, de 7 de novembro de 2003 na Rede Federal de Educação Tecnológica.

7) Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – NAPNE no Organograma das IFETs

Fazer gestões para que os NAPNEs sejam incluídos no organograma das IFETs e seus(suas) coordenadores(as) tenham reduzidas suas cargas-horárias.

8) Priorizar o Programa TEC NEP em cada IFET

Enviar correspondência, por parte da SETEC, para a Direção-Geral das IFETs, destacando que o Programa TEC NEP é prioritário para o Governo Federal e, como tal, deverá ser priorizado também no âmbito de cada instituição.

Para tanto, a instituição deverá:

- a) destinar um espaço físico para instalação do NAPNE;
- b) estabelecer junto às Diretorias as cargas-horárias dos servidores que têm uma participação direta no Núcleo;
- c) adquirir equipamentos e mobiliário necessários bem como possibilitar a capacitação de recursos humanos em conteúdos inclusivos.

9) “Legitimar” a Gestão Regional e Estadual

Publicar Portaria conjunta da SETEC e da SEESP, com a designação dos Gestores.

10) Atribuições

Definir com clareza por parte do MEC, as atribuições de cada Secretaria (SETEC e SEESP), com relação ao desenvolvimento do Programa TEC NEP.

11) Eventos para 2006

Realizar, no exercício de 2006, uma reunião de trabalho em cada região do território nacional.

12) Página WEB

Criar uma página Programa TEC NEP na WEB ligada à página do MEC, para facilitar o acesso às informações.

III – Relação de Participantes

I – MEC / SETEC

- . Prof. Eliezer Pacheco – Secretário
- . Profª Ivone Moreyra – Diretora DPAI
- . Prof. Gleisson Rubin – Coordenador-Geral CGSIFEP

II – MEC / SEESP

- . Profª Kátia Maragnon – Coordenadora-Geral de Planejamento

III – SEDH/CORDE

- . Profª Isabel Mayor – Coordenadora-Geral
- . Profª Carolina Sanchez - Coordenadora-Geral Substituta

IV – CONVIDADOS

V - GRUPO GESTOR CENTRAL:

SETEC:

- Prof. Franclin Nascimento (franclincosta@mec.gov.br)
- Profª Cândida Emanuela de Jesus (candida.jesus@mec.gov.br)
- Profª Nazaré Oliveira (oliveiranazare@mec.gov.br)

Fone(s): (61) 2104.9681/9647 – Fax: (61) 2104.8599

SEESP:

- Profª Francisca Rosineide Monte (franciscamonte@mec.gov.br)

Fone(s): (61) 2104.9624

VI - GRUPO GESTOR REGIONAL:

NORTE

Scheilla de Castro Abbud Vieira

Fones: (91) 9991.9123

Fax: (91)

E.mail: schabud@orm.com.br

NORDESTE

Narla Sathler Musse de Oliveira

Fones: (84) 4005.2636 / 215.2672

Fax: (61) 201.9728

E.mail: musse@eol.com.br / narla@cefetrn.br

CENTRO-OESTE

Rupert Pereira

Fones: (65) 624.5635/ 624.2993

Fax: (61) 624.0950 / 322.6539

E.mail: rupertpereira@cefet.br

SUDESTE

Rute Ribeiro de Moraes Castro

Fones: (31) 3319.5000 / 3319.5006

Fax: (31) 3319.5009

E.mail: rtmoraes@deii.cefetmg.edu.br

SUL

Juarez Pontes

Fones: (48) 624.5635/ 624.2993

Fax: (61) 624.0950 / 322.6539

E.mail: jpontes@cefetsc.edu.br

VII - GRUPO GESTOR ESTADUAL:

ALAGOAS

Escola Agrotécnica Federal de Satuba

Paulo de Oliveira e Silva

Fones: (82)

Fax: (82)

E.mail:

BAHIA

Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – Profª Raidalva Tavares

Rua Emídio dos Santos, s/nº- Barbalho / Salvador -BA CEP: 40300-010

Fone: 71 242-0522 / Fax: 71 242-0621

E-mail: raidalva@cefetba.br

CEARÁ

Escola Agrotécnica Federal de Iguatu

Lucineide Torres

Rua Deocleciano Bezerra S/N

Iguatú -CE CEP: 63500-000

Telefone: (88) 3581-0442/3581-3199/9952-3344

Fax: (88) 3582-0868

E-mail: torresdefreitas@uol.com.br

Home Page: www.eafgt.gov.br

MARANHÃO

Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão

Vera

Escola Agrotécnica Federal de São Luís/MA

Alice

Colégio Universitário da UFMA

Profª Angélica

PARÁ

Escola Agrotécnica Federal de Castanhal

Mônica Coeli Mesquita

Fones: (91)

Fax: (91)

E.mail:

Paraíba: Escola Agrotécnica Federal de Sousa

Profª Dourivam Elias Vieira

Fones: (83)

Fax: (83)

E.mail:

Piauí: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí

Profª Helenice da Oliveira Silva

Fones: (86)

Fax: (86)

E.mail:

Rio Grande do Sul: Colégio Técnico Industrial da Fundação Universidade do Rio Grande

José Luiz Lima de Azevedo

Fones: ()

Fax: ()

E.mail:

Sergipe: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe

Isa Regina Santos dos Anjos

isaanjos@yahoo.com.br

Celular - (79)8821-6300

Rosemary Conceição Silva

rosemarycssilva@yahoo.com.br

Celular - (79) 9979-7684

Tel: (79) 3216-3141 NAPNEE

Fax: (79) 3214-3790

Fones: (79)

Fax: (79)

E.mail:

VIII – COORDENADORES(AS) DE NÚCLEOS DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS - NAPNES:

CENTROS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA:

AMAZONAS

Dalmir Peixoto

Av. Sete de Setembro, 1975 – Centro / Manaus -AM CEP: 69020-120

Fone: 92 621-6700 / Fax: 92 635-1981

E-mail:

BAHIA

Raidalva Tavares

Rua Emídio dos Santos, s/nº- Barbalho / Salvador -BA CEP: 40300-010

Fone: 71 242-0522 / Fax: 71 242-0621

E-mail: raidalva@cefetba.br

BENTO GONÇALVES – Rio Grande do Sul

Andréa Poletto Sonza

Av. Osvaldo Aranha, 540- Bairro Juventude / Bento Gonçalves -RS CEP: 95700-000

Fone: 54 452-2200 / 452-2221 / Fax: 54 452-2835

E-mail: anjjo@terra.com.br

Espírito Santo

Regina Ragassi

Av. Vitória, 1729- Jucutuquara / Vitória -ES CEP: 29040-333

Fone: 27 3331-2100 / Fax: 27 3331-2222

E-mail: reginaragassi@terra.com.br

GOIÁS

Rua 75, Nº 46- Setor Central / Goiânia -GO CEP: 74055-110

Fone: 62

E-mail:

MARANHÃO

Vera

Av. Getúlio Vargas, 4- Monte Castelo / São Luís -MA CEP: 65025-001

Fone: 98 218-9000 / Fax: 98 218-9001

E-mail: coplan@cefet-ma.br

MATO GROSSO

Miriam

Rua Professora Zulmira Canavarros, 95- Centro / Cuiabá -MT CEP: 78005-390

Telefone: 65 314 3500 / Fax: 65 314-3500

E-mail: gabinete@cefetmt.br

OURO PRETO

Anete

Rua Pandiá Calógeras, 898- Bauxita / Ouro Preto -MG CEP: 35400-000

Fone: 31

E-mail:

PARÁ

Maria Olinda Bastos

Av. Almirante Barroso, 1155- Marco / Belém -PA CEP: 66093-020

Fone: 91 211-0300 / 226-0710 / Fax: 91 226-9710

E-mail: cefetpa@cefetpa.br

PERNAMBUCO

Gustavo Maurício Estevão

Av. Prof. Luiz Freire, 500- Curado

Recife -PE CEP: 50740-540

Telefone: 81 3454-1600

Fax: 81 3271-2338

E-mail: etfpe@cefetpe.br

PIAUI

Praça da Liberdade, 1597- Centro / Teresina -PI CEP: 64000-040

Fone:86 215-5224 / Fax: 86 215-5206

E-mail: cefetpi@cefetpi.br

PELOTAS

Praça 20 de Setembro, 455- Centro / Pelotas -RS CEP: 96015-360

Fone:53 284-5000 / Fax: 53 284-5006

E-mail:

RIO GRANDE DO NORTE

Av. Senador Salgado Filho, 1559- Tirol / Natal -RN CEP: 59015-000

Telefone: 84 215-2600 /2152636 /Fax: 84 201-9728

E-mail:

RIO DE JANEIRO

Gilmar Fabiano de Almeida

Av. Maracanã, 229- Maracanã / Rio de Janeiro -RJ CEP: 20271-110

Fone: 21 2569-3022 / Fax: 21 2204-0978

E-mail: dired@cefet-rj.br

RORAIMA

Profª Silvina

Av. Glaycon de Paiva, 2496- Pricumã / Boa Vista -RR CEP: 69303-340

Telefone:95 626-4929 / Fax: 95 626-5140 / 626-5540

E-mail:

SANTA CATARINA

Juarez Pontes

Av. Mauro Ramos, 950- Centro / Florianópolis -SC CEP: 88020-300

Fone:48 221-0500 / Fax: 48 224-0727

E-mail: cefetsc@rct-sc.br

SÃO PAULO

Rua Pedro Vicente, 625 – Canindé / São Paulo -SP CEP: 01109-010

Fone: 11 3328-0563 / 3328-0592 / Fax: 11 229-3650

E-mail:

SERGIPE

Isa Regina

Av. Engº Gentil Tavares da Mota, 1166 – Getúlio Vargas / Aracaju -SE CEP: 49055-260

Fone:79 214-5884 / Fax: 79 214-3790

E-mail: etfse@infonet.com.br

ESCOLAS AGROTÉCNICAS FEDERAIS:

BARBACENA – MINAS GERAIS

Leila Maria Pereira

Rua Monsenhor José Augusto, 204- São José / Barbacena -MG CEP: 36205-018

Telefone: 32 3693-8600 / Fax: 32 3693-8614

E-mail: dap@eafb.org.br

CASTANHAL

Mônica Coeli Mesquita

Rodovia BR 316, Km 63- Saudade / Castanhal -PA CEP: 68740-970

Telefone: 91 3721-1196 / 3721-2529 / 3721-2089/37213005 / Fax: 91 3721-2685

E-mail: gabinete@eafc-pa.gov.br

CERES/GO

Mirian Lúcia Reis Macedo

Rodovia GO 154, Km 03- Zona Rural / Ceres -GO CEP: 76300-000

Fone: 62 323-2900 / Fax: 62 323-2900

E-mail: eafcedg@dioll.com.br / mirianloren@hotmail.com

IGUATÚ - CEARÁ

Lucineide Torres

Rodovia Iguatú/Várzea Alegre, Km 05, Vila Cajazeiras- Zona Rural / Iguatú -CE CEP: 63500-000 Fone: 88 582-1000 / 582-0987 / Fax: 88 582-0868

E-mail: eaf.gabinete@terra.com.br

MACHADO – MINAS GERAIS

Helena de Fátima Nery

Rodovia Machado/Paraguaçu, Km 03- Santo Antônio / Machado -MG CEP: 37750-000

Fone: 35 3295-5011 / Fax: 35 3295-5011 ramal 225

E-mail: gabinete@eafmachado.gov.br

MUZAMBINHO – MINAS GERAIS

Rosângela de Assis Lopes Rodrigues

Rodovia MG 491, Km 35- Morro Preto / Muzambinho -MG CEP: 37890-000

Telefone: 35 3571-1529 / Fax: 35 3571-1529

E-mail: eafmuz@eafmuz.gov.br / diretorira@eafmuz.gov.br

SALINAS - MINAS GERAIS – Profª Santina Aparecida Ferreira Mendes

Rodovia Salinas/Taiobeiras, BR 251, Km 02, Fazenda Varginha- Zona Rural / Salinas -MG CEP: 39560-000

Fone: 38 3841-1599 / Fax: 38 3841-1581

E-mail: eafsal@eafsalnet.com.br

SANTA INÊS - BAHIA –

Helenildo Café de Jesus

Rodovia BR 420, Km 0,2- Zona Rural / Santa Inês -BA CEP: 45320-000

Fone: 73 3536-1210 / Fax: 73 3536-1212

E-mail: eafsi@uol.com.br

SÃO JOÃO EVANGELISTA – MINAS GERAIS

Roberto Carlos Alves

Av. 1º de Junho, s/nº- Centro / São João Evangelista -MG CEP: 39705-000

Fone: 33 3412-1522 / Fax: 33 3412-1522

E-mail: eafsjemg@agronet.gov.br / Kleber@agronet.gov.br

SÃO LUÍS – MARANHÃO

Maria Alice

Av. dos Curiós, s/nº- Vila Esperança / São Luís -MA CEP: 65095-460

Fone: 98 241-8585 / 241-8505 / 241-8502 / Fax: 98 241-8504

E-mail: cgrh@elo.com.br ; fcadete@elo.com.br

SOUSA – PARAÍBA

Dourivam Vieira

Rua Presidente Tancredo Neves, s/nº- Jardim Sorrilândia / Sousa -PB CEP: 58805-970

Telefone: 83 522-2727 / 522-2726 / 522-2729 / Fax: 83 522-2727

E-mail: eafspb@newline.com.br

UBERLÂNDIA – MINAS GERAIS – Rosiane Maria da Silva

Fazenda Sobradinho, s/nº- Zona Rural / Uberlândia -MG CEP: 38400-974

Telefone: 34 3233-8800 / Fax: 34 3233-8833

E-mail: eafudi@eafudi.gov.br / rosiane@eafudi.gov.br

ESCOLAS TÉCNICAS VINCULADAS ÀS UNIVERSIDADES:

COLÉGIO AGRÍCOLA DE CAMBORIÚ – UFSC / SC

Márcia de Souza

Rua João da Costa, s/nº - Centro / Camboriú -SC CEP: 88340-000

Telefone:47 365-1055 / Fax: 47 365-1055

E-mail: cac@cac.ufsc.br

COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL PROF. MÁRIO ALQUATI – FURG / RS

José Luiz de Azevedo

Rua Engenheiro Alfredo Huch, 475, Campus Cidade- Centro / Rio Grande -RS CEP: 96201-900

Fone: 53 233-8600 / 233-8716 Fax:53 231-2637

E-mail: ctimsa@super.furg.br ctiadm@super.furg.br

COLÉGIO TÉCNICO UNIVERSITÁRIO – UFJF

José Geraldo Souza Vale

Rua Bernardo Mascarenhas, 1283- Fábrica / Juiz de Fora -MG CEP: 36080-001

Fone: 32 3229-7501 / 3229-7502 / 3229-7503 / Fax: 32 3217-6928

E-mail: ctu@ctu.ufjf.br

COLÉGIO UNIVERSITÁRIO COLUN/UFMA

Profª Angélica Moura

End:

E-mail:

ESCOLA DE ENFERMAGEM DE NATAL – UFRN / RN

Av. Nilo Peçanha, 619- Petropolis / Natal -RN CEP: 59012-300

Fone: 84 215-4258 / Fax: 84 215-4258

E-mail: escens@enfermagem.ufrn.br

ESCOLA TÉCNICA – UFRGS / RS

Ângela Vigolo

Rua Ramiro Barcelos, 2777- Santana / Porto Alegre -RS CEP: 90035-007

Telefone: 51 3316-5160 / Fax:51 3316-5438

E-mail: webmaster@etcom.ufrgs.br

IX – OUTRAS INSTITUIÇÕES

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Marisa Pacinatti

FACULDADE ESTADUAL SÃO MATEUS